

**SEMINÁRIO NACIONAL  
DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE ESPORTE E LAZER**  
**retrospectiva histórica**

**Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministro do Esporte**

Orlando Silva de Jesus Júnior

**Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer**

Rejane Penna Rodrigues

**Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte**

Dra. Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

**Universidade Federal do Amazonas**

**Reitora**

Professora Dr.<sup>a</sup> Márcia Perales Mendes Silva

**Vice-Reitor**

Professor Dr. Hedinaldo Narciso Lima

**Pró-reitoria de Ensino de Graduação - PROEG**

Professora Rosana Cristina Pereira Parente

**Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP**

Professora Selma Suely Baçal de Oliveira

**Pró-reitoria de Extensão e Interiorização - PROEXTI**

Professor Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda

**Pró-reitoria para Assuntos Comunitários - PROCOMUN**

Técnico em Assuntos Educacionais João Francisco Beckman Moura

**Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional -  
PROPLAN**

Professor Albertino de Souza Carvalho

**Pró-reitoria de Administração e Finanças - PROADM**

Técnico em Assuntos Educacionais Valdelário Farias Cordeiro

**Organizadores**  
**Almir Liberato**  
**Artemis Soares**

**SEMINÁRIO NACIONAL  
DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE ESPORTE E LAZER**  
**retrospectiva histórica**



**2009**

**Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer**  
Copyright © 2009 Universidade Federal do Amazonas

**Autores**

Almir Liberato  
Artemis Soares

**Projeto Gráfico, Capa, Diagramação, Impressão e Acabamento**

Geal Indústria e Comércio de Embalagens Ltda.

Av. Beira mar, n.º 104 - Coroado - Manaus-AM

Fone: (92) 3248.5236 - Fax; (92) 3639.4670

e-mail: graficageal@uol.com.br

**Revisão**

Artemis Soares

Os textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam.

---

Liberato, Almir / Soares, Artemis.

SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE ESPORTE E LAZER / retrospectiva histórica / Almir  
Liberato; Artemis Soares 1ª edição. / Manaus: EDUA, 2009.  
146p.

**ISBN 978-85-7401-499-9**

---

## **PREFÁCIO**

É com muita satisfação que prefacio este livro, que registra a história de um evento nacional, o “Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer”, cuja XVIII edição foi realizada em Manaus, pela Universidade Federal do Amazonas/Faculdade de Educação Física, com o apoio da Secretária Nacional do Desenvolvimento do Esporte recreativo e do Lazer, do Ministério do Esporte. Evento que, por não ser institucionalizado, vai na “contra-mão” dos eventos regulares que discutem o lazer e o esporte, e as políticas públicas a eles ligadas, no nosso País.

Esse seu caráter dá-se por uma itinerância que revela o crescente interesse pela discussão das políticas públicas de esporte e lazer em nosso meio e a produção na área nas diferentes regiões do país. Por isso, trata-se de um evento que contribui para a difusão e, ao mesmo tempo, retroalimentação de possibilidades das produções regionais para a qualificação de nossas ações políticas.

Sua organização, a exemplo de outros eventos como o ENAREL (Encontro Nacional de Recreação e Lazer), se dá por uma rede de profissionais (gestores e pesquisadores) de diferentes estados da federação, interessados no aprofundamento de temas específicos das Políticas Públicas de Esporte e Lazer, constituindo um período muito rico da nossa história política, a partir da criação do Ministério do Esporte e dos avanços nas pesquisas e experiências de gestão inovadoras nestes campos.

É importante registrar que o número de interessados em organizar o evento é bastante significativo, havendo disputa, no final de cada edição e , com antecedência de dois anos, pela próxima cidade sede onde se dará a realização de mais uma edição. A cidade que sediou o último evento passa a ser assessora da próxima localidade, garantindo assim, os objetivos desta empreitada coletiva.

Evento que nasceu na Universidade Estadual de Campinas, numa co-promoção entre Pró-reitoria de Extensão da UNICAMP e Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas em Lazer da Faculdade de

Educação Física desta Universidade, liderado pelo professor Nelson Carvalho Marcellino. Grupo este atualmente extinto e que nos deixou o Seminário como herança, entre outras relevantes realizações no campo.

Minha satisfação de estar apresentando o relato desta trajetória história é redobrada, porque a segunda edição do evento, ocorreu em Porto Alegre, quando nós estávamos na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do município e, assim, pude sentir toda a energia e compromisso cidadão que perpassa a organização de um evento como esse: acolhedor e até certo ponto informal, o que facilita a convivencialidade e as trocas de teorias, experiências e metodologias.

O apoio que a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer vem dando a este evento — que a cada ano amplia sua abrangência nacional, diversifica seu tema e qualifica seu alcance — se justifica pelo seu compromisso com a Política Nacional do Esporte. Política essa política que busca a democratização do acesso ao esporte e ao lazer como prevê a Constituição Federal de 1998, o que implica a discussão de diretrizes, a formação de gestores, a qualificação de práticas de gestão, a análise de experiências exitosas e debates sobre limites vividos de modo a contribuir com a implementação pretendida e o estabelecimento de ações sólidas de participação social.

Desejo a você uma leitura rica, crítica e criativa dos caminhos, aqui relatados, que vimos construindo coletivamente nas políticas de esporte e lazer no País.

Rejane Penna Rodrigues

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer Ministério do Esporte

## **APRESENTAÇÃO**

### **Um evento que se renova.**

O Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e lazer, objeto deste livro, difere-se dos demais eventos realizados, na área, pelo seu pioneirismo, em discutir uma temática, que não era comum, na época da sua primeira edição.

Difere-se também pela forma de construção, em rede, a exemplo do Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL), sem Instituição polarizadora na coordenação de cada edição, configurando-se assim como construção coletiva, a partir de uma Instituição de Ensino e pesquisa, em conjunto com órgãos mais diretamente ligadas à construção e gestão de Políticas Públicas (prefeituras e governos de estado, contando também com o apoio do Governo Federal: Ministério do Esporte, Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Quanto ao primeiro tópico, o evento vem se consolidando na área, principalmente com a participação de gestores, cada vez mais crescente, como um dos elementos de difusão e produção do conhecimento produzido pelas Instituições Universitárias e pelo corpo de gestores que se dedicam às Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Com relação ao segundo tópico, a escolha da Cidade Sede, se dá em plenário, no final de cada edição, com a análise dos participantes, das propostas das cidades com candidatura. Essa escolha se dá a cada ano, para os dois anos subseqüentes. Assim, a Paranaesporte, em conjunto com as Instituições de Ensino e Pesquisa, tem conhecimento de que Curitiba-PR, é a cidade sede da edição 2009, desde o ano de 2007.

Da mesma forma Fortaleza, teve sua candidatura aprovada em 2008, para o evento que será realizado no ano de 2010. Portanto, embora os eventos sejam anuais, o seu processo de produção é estabelecido com dois anos de antecedência.

Esse rodízio dos promotores do evento, procurando atender a todas as regiões do país, contribui para sua renovação, o que pode ser observado nos vários capítulos, de autoria dos Coordenadores do Seminário Nacional, que procura retratar o desenvolvimento histórico dos Seminários.

Esse livro contribui também com o resgate histórico dos eventos realizados até aqui, uma forma de preservação da memória de parte do desenvolvimento das Políticas Públicas entre nós.

Boa Leitura!

Nelson Carvalho Marcellino

## SUMÁRIO

### **Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer: desafios para a 1ª edição**

*Nelson Carvalho Marcellino e José Luis “Luli” de Paiva ..... 13*

### **II Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer - Porto Alegre-RS - Formação e Desenvolvimento de Pessoal**

*Rejane Penna Rodrigues e Gilmar Tondin ..... 23*

### **III Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer em Belém. Cidade e Urbanismo: Espaços e Equipamentos de Lazer**

*Lucília da Silva Matos ..... 37*

### **IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer - Participação Popular: Governo e População Partilhando o Poder da Decisão**

*Cláudia Regina Bonalume e Silvana Regina Echer ..... 53*

### **V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer - a Prefeitura do Recife Contribuindo Para o Debate Nacional e Histórico**

*Katharine Ninive Pinto Silva, Jamerson Antonio de Almeida da Silva, Raphael José D’Castro, José Nildo Alves Caiú, Renata Christiane Salgues Lucena Borges e Fátima Maria de Souza ... 75*

### **VI Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer: Por Detrás dos Montes Claros**

*Georgino Jorge de Souza Neto, Elisângela Chaves, Leandro Batista Cordeiro e Ricardo Magalhães Dias Cardozo ..... 103*

### **VII Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer: Articulando o Movimento,**

**Construindo Resistências e Apontando Caminhos**

*Marcus Vinícius de Faria Oliveira, Maria Isabel Brandão de Souza  
Mendes e Lerson Fernando dos Santos Maia ..... 121*

**VIII Seminário Nacional de Políticas Públicas de  
Esporte e Lazer: ESPORTE E LAZER - Sustentabilidade  
Ecológica**

*Artemis Soares e Almir Liberato ..... 131*

# **Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer: desafios para a 1ª edição**

Nelson Carvalho Marcellino<sup>1</sup>  
José Luis “Luli” de Paiva<sup>2</sup>

Iniciar o registro da ainda pequena história do “Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer”, ou Seminários de Políticas, como até hoje o chamamos, talvez nos exija uma responsabilidade ainda maior do que a organização do primeiro evento, em 2001.

Dizemos isso, pois, se foi duro o início dessa caminhada, com desconfiças e resistências de segmentos de que não esperávamos tais reações, também é igualmente dura a tarefa de sermos o mais fiel possível no registro desses primeiros passos.

Porém, antes de chegarmos aos Seminários propriamente ditos, uma outra história deve ser lembrada: a dos Encontros Nacionais de Recreação e Lazer (ENAREL), visto que foi ali onde se criaram as condições fundantes do evento que hoje abre sua 8ª edição, já com sedes eleitas até a 10ª. Edição..

O ENAREL surge em 1989 em Brasília, a partir da idéia de um grupo de professores / pesquisadores do campo do lazer / recreação que haviam participado de um Congresso no exterior, na área, e na volta decidiram criar um espaço para troca de experiências de trabalho e de pesquisas, no Brasil. Os três primeiros eventos ocorreram em Brasília-DF, e logo após o ENAREL passou a ser itinerante, sendo a cada ano realizado em um estado Brasileiro.

De um modo geral as temáticas iniciais do ENAREL giravam em torno da reflexão sobre a área do lazer e do profissional que atua na área. Mesmo com essa ênfase, a partir do público extremamente diverso que freqüentava e ainda freqüenta o ENAREL, outros pontos

---

<sup>1</sup> Sociólogo, Doutor em Educação, Livre docente em Educação Física- Estudos do Lazer, Docente da Graduação e do Mestrado em Educação Física, da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP, Coordenador do Núcleo do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer-REDE CEDES, do Ministério do Esporte, Líder do GPL, Grupo de Pesquisas do Lazer, e Pesquisador do CNPq.

<sup>2</sup> Mestre pela Faculdade de Educação Física da UNICAMP, na área de concentração de Estudos do Lazer e bacharel em “Recreação e Lazer” também pela FEF/UNICAMP. É co-autor de *Políticas Públicas Setoriais de Lazer-o papel dos municípios*, da Editora Autores Associados, e de *Repertório de atividades de Recreação e Lazer*, 4ª.ed., Papirus..

tenham seu lugar cativo nas discussões. Aliás, uma das características mais interessantes dos eventos de grande porte (o público médio de cada edição do ENAREL é superior a 500, chegando a 1000 participantes), é justamente a possibilidade de proporcionar aos envolvidos desenvolverem temas paralelos ao tema central do evento, seja, a partir dos trabalhos individuais apresentados, de uma mesa específica ou mesmo a partir de reuniões informais de grupos de interesse.

O próprio caráter do ENAREL, evento praticamente “desregulamentado”, livre de amarras institucionais, contribui para que o mesmo fosse identificado como local privilegiado de encontro de diversas “tribos” do lazer, tais como animadores, gestores, pesquisadores, professores, com formação específica na área da Educação Física (predominante), do Turismo, das Artes, da Administração, ou mesmo sem formação acadêmica.

É também nessa época, o início dos anos 90, que vemos aflorar um grande número de inovadoras experiências de políticas públicas da área do Lazer, políticas essas que têm em seu eixo central uma visão concreta do lazer e carregadas com valores da democratização cultural, diferenciando-se das políticas até então não só hegemônicas, mas quase que completamente únicas, desenvolvidas a partir das diversas abordagens funcionalistas do lazer.

Inicialmente com mais frequência nos anos pré-eleitorais e a partir do ENAREL de Porto Alegre, em 1995, em todas as edições, alguns participantes do ENAREL realizavam reuniões de gestores do campo-democrático e popular, grupo político sob o qual se congregava as experiências administrativas que mais despertavam interesse no ENAREL. Mesmo com toda a fragilidade organizacional inerente a um grupo de pessoas que participavam de reuniões anuais, de caráter informal e não institucional, sem pauta previamente elaborada, foi-se criando um acúmulo de informações e de relacionamentos que demandava novos e melhores passos.

Basicamente foi isso que levou os participantes das reuniões de gestores do campo democrático e popular, durante o ENAREL de Balneário Camboriu, em 2000, a deliberarem sobre a realização de um encontro de gestores, que inicialmente manteria a mesma estrutura básica das reuniões realizadas durante o ENAREL, ou seja, restrito ao campo político democrático popular, e deveria ser realizado em Campinas, SP.

---

---

Para organizar este evento foi designada uma comissão de três pessoas<sup>3</sup> que teriam por objetivo buscar levantar as condições para a realização de um encontro que tivesse por pauta central a socialização de experiências de gestão pública no campo do lazer, visto que segundo a análise dos presentes era imperioso “deixar de reinventar a roda”, e avançar tendo como referência as experiências consolidadas, buscando minimizar seus erros e maximizar seus acertos. Essas experiências na época já eram em número considerável, como se podia constatar pelas apresentações realizadas nos ENAREL, em suas diversas possibilidades.

Para manter o caráter proposto para o evento que começava a ser organizado, fez-se uma série de reuniões com membros do futuro Governo Municipal de Campinas, eleito pelo Partido dos Trabalhadores para o período de 2001 – 2004. Apesar da boa vontade em relação ao tema, não se conseguiu construir as condições necessárias para se organizar um evento de porte médio como era a proposta.

Dentre os principais fatores que inibiram que o evento desabrochasse a partir da Prefeitura Municipal, avaliamos que o fato de se tratar do momento inicial daquela administração, sendo que inclusive os primeiros contatos com a nova equipe foram feitos no período de transição entre as administrações vigente e eleita, caracterizadas por orientações ideológicas diametralmente opostas, fizeram com que aqueles passos iniciais fossem necessariamente mais lentos, numa velocidade porém, que inviabilizaria nosso cronograma, que previa o encontro para meados do primeiro semestre de 2001. Também não termos contado com interlocutores plenamente conscientes e sensíveis com a problemática do lazer e suas possibilidades como política pública, fez com que a iniciativa não vingasse.

Sem a prefeitura, apresentava-se a nós como opção privilegiada para a realização do evento a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), instituição com a qual os três responsáveis pela organização mantinham fortes vínculos. A opção pela UNICAMP nos trazia a necessidade de descaracterizar a idéia inicial do evento, voltado a um público mais restrito, para outro mais amplo, de todas as

---

<sup>3</sup> Os dois autores deste texto e Maria de Fátima dos Santos Grillo, visto que o grupo mantinha estreitas ligações com a UNICAMP e poderia também ter acesso ao grupo recém eleito para administrar a cidade de Campinas-SP.

---

vertentes das políticas públicas do lazer, aos estudiosos e pesquisadores, enfim, o evento passaria a ter uma formatação mais acadêmica, porém sem abrir mão do objetivo principal, que era a difusão de experiências na área do lazer. Após consultas a alguns participantes das reuniões dos gestores que se realizou em Camboriu, decidiu-se que a opção colocada era a melhor solução para dar conta da preocupação central daquele grupo.

Nascia nesse momento a proposta dos Seminários Nacionais de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, um evento dirigido ao público de gestores municipais e estaduais, porém sem ficar restrito a esses, e que teria como objetivo principal a apresentação, reflexão e difusão de ações (programas) e políticas na área.

A formatação inicial dos Seminários foi apresentada à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos e Comunitários (PREAC) da UNICAMP, órgão responsável por acolher, encaminhar e apoiar propostas dessa natureza.

A escolha da PREAC para se apresentar a proposta inicial deveu-se ao fato de que um dos integrantes do grupo organizador ali prestava assessoria técnica, o que facilitaria a apresentação da proposta e, se a mesma fosse aceita, contaríamos com a estrutura da Pró-Reitoria, bastante privilegiada para dar conta da empreitada que teríamos pela frente.

Após a apresentação e aceitação do projeto, a Pró-Reitoria, na figura do Pró-Reitor, encaminhou-o à Faculdade de Educação Física (FEF), buscando naquela unidade de ensino, pesquisa e extensão o apoio institucional da mesma. Dentro da FEF, apesar do apoio inicial, houve a manifestação contrária do Departamento de Estudos do Lazer, exigindo que a Faculdade se posicionasse contrariamente ao mesmo, colocando entre outras razões que seria ali o local para se organizar evento com aquela temática, exceção da Profa. Dra. Heloísa Helena Baldy dos Reis .

Após uma série de encontros entre PREAC e membros da FEF, a Pró-Reitoria decidiu manter o evento nos moldes em que estava, comprometendo-se inclusive a apoiar futuro evento a ser proposto pelo Departamento em questão. Tal decisão, ao nosso julgo, se mostrou correta, pois viabilizou os Seminários, que aconteceram com bastante êxito, porém, não chegou a viabilizar um outro evento a ser proposto pelo Departamento, pelo fato de que o mesmo não chegou a ser elaborado pelo Departamento na gestão da referida Pró-

---

---

Reitoria.

Com a decisão da Pró-Reitoria, o Departamento de Estudos do Lazer encaminhou à Congregação da Faculdade de Educação Física a solicitação para que a mesma se colocasse oficialmente contra os Seminários. Já às vésperas da data do encontro, quando o assunto foi à pauta da Congregação, a proposta do Departamento foi rejeitada pelo coletivo dos representantes, num dos raros momentos em que um Departamento teve suas solicitações rejeitadas em votação.

Na mesma congregação, foi votada a não renovação do vínculo de “Professor Convidado do Programa de Pós-Graduação do Curso de Educação Física” do Prof. Nelson C. Marcellino, rompendo o elo que o ligava à Universidade. No entendimento de muitos na época e nosso também, essa não renovação deu-se como retaliação pela sua participação no processo de organização dos Seminários.

Superada essa e outras histórias que não se contam, ou melhor, que não merecem ser contadas, realizar-se-ia então, sob a coordenação da PREAC e apoio da FEF, no Centro de Convenções da Unicamp, os Seminários de Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Em seu projeto inicial na proposta do I Seminário a Pró-Reitoria de Extensão da UNICAMP, assim se manifestava:

*“A Pró-Reitoria de Extensão, ciente das responsabilidades que uma política de extensão deve ter, pretende, com a realização deste Seminário, dar a sua colaboração para a troca de experiências, que visem o estabelecimento ou o redirecionamento de políticas públicas de Esportes e Lazer, uma área muitas vezes esquecida ou relegada a planos secundários em administrações municipais, estaduais e federal, mas que, por outro lado, trata de direitos assegurados à população, na Constituição vigente.*

*Uma política de extensão, entre outros aspectos, deve levar à Comunidade o que é produzido na Universidade, mas deve ouvir da Comunidade o que vem sendo feito, nos mais variados setores, como forma de alimentar o trabalho acadêmico. Esse Seminário tem essa característica. Ao trazer painéis e trabalhos em forma de pôsteres, com pesquisas e relatos de experiências já desenvolvidas ou em desenvolvimento na área, pretende não só oferecer subsídios aos executivos dos âmbitos municipal, estadual e federal, mas também buscar informação que possa alimentar as discussões de ensino e gerar novas pesquisas.*

*Ao somar esforços com a Faculdade de Educação Física, a Unidade de Ensino e Pesquisa mais familiarizada com o setor,*

*a PRE vem buscar maiores elementos para consubstanciar a proposta do Seminário, a discussão da temática com toda a Comunidade (UNICAMP, 2001).*

Os objetivos fixados para o primeiro Seminário, não obedeciam a um tema determinado, como ocorreu nas edições seguintes, mas nortearam-se pela ligação Universidade, Órgãos Gestores e Comunidade, e especificamente para as gestões municipais que iniciavam seus mandatos naquele ano.

**Objetivos:**

- *Propiciar a discussão entre a Universidade, os órgãos executivos municipais, estaduais e federais, e a comunidade em geral, das diretrizes norteadoras de políticas setoriais em esporte e lazer, levando em conta o contexto cultural mais amplo;*
- *Propiciar troca de experiências entre Universidade e Comunidade;*
- *Propiciar elementos para o planejamento das gestões municipais que se iniciam em 2001, nas áreas de Esporte e Lazer, parte integrante de uma política cultural ampla, relacionada a outras esferas da atividade humana (UNICAMP, 2001).*

Isso pode ser constatado, também, na definição do público alvo do evento:

**Público Alvo:**

*Constituído preferencialmente e de forma dirigida por Administradores e membros dos Executivos Municipais, Estaduais, Federal e do Terceiro Setor; e também por profissionais e estudantes de graduação e pós-graduação, ligados à questão, tais como: Educação Física, Administração, Turismo, Ciências Humanas, Educação, Arquitetura e Urbanismo, etc.*

E assim, o I Seminário foi realizado de 18 a 20 de abril de 2001, no Centro de Convenções da UNICAMP, constituído por painéis, e exposições de pôsteres com pesquisas e relatos de experiências, em número de quarenta e três, de diversas Universidades brasileiras e do exterior, além de órgãos públicos governamentais (UNICAMP, 2001).

A escolha dos nomes para fazer parte dos painéis que compuseram o Seminário demandou uma pesquisa de experiências significativas que vinham sendo feitas em todo o Brasil. Mas, só as

---

---

experiências narradas pelos seus autores e atores, eram importantes, mas não bastavam. Foram convidados também autores de trabalhos acadêmicos, que refletiram em profundidade, em áreas diferenciadas sobre administrações significativas. Houve a participação muito especial, com depoimento riquíssimo de uma líder comunitária, da Vila Costa e Silva, de Campinas-SP, onde a UNICAMP, desenvolvia projeto de extensão, a Assistente Social Maria do Carmo Carvalho. Cremos que, assim conseguimos avançar em questões de valores, e operacionais, as grandes preocupações, de quem está lidando com as políticas públicas, e que têm que concatenar visibilidade, com resultado político de mudança, produto com processo sócio-educativo, quantidade, com qualidade, em meio a pressões de Gabinetes, de Câmaras, da população, dos vícios “clientelistas”, que a despeito de tudo, ainda persistem, e insistem, da Imprensa, nem sempre com críticas construtivas, etc.

Os participantes, como o tema exigia, também eram de variadas formações, incluindo estudos nas áreas de Educação, Educação Física, Ciência Política e Administração.

O Prof. Nelson Carvalho Marcellino participou com uma fala sobre as Políticas Públicas Setoriais de Lazer, enfatizando o eixo da formação e desenvolvimento de pessoal para atuação.

O suporte da análise que a Profa. Meily Assbú Linhales, trouxe para o Seminário foi sua dissertação de mestrado sobre a temática da Política em Esporte, elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Fafich/UFMG.

Dois análises acadêmicas de tentativas de políticas municipais também estiveram presentes: A da gestão de esportes/lazer, na SEME, durante a administração Luíza Erundina (1989-1992), analisada a partir de tese de doutorado da Profa. Mara Cristan, apresentada à Escola de Administração da Universidade Federal de Bahia; E a da gestão da Frente Popular, de 93 a 96, em Florianópolis, SC, analisada pelo Prof. Manoel Luís Martins da Cruz (Maneca), a partir de sua dissertação de mestrado, apresentada à UDESC, em 1999.

Três experiências de executivos municipais compuseram um belo painel: duas em construção, na época, já com belos frutos: o caso de Belém, relatado pela Profa. Lucília da Silva Matos, e o de Caxias do Sul, pela Profa. Cláudia Regina Bonalume, e outra em grande sedimentação, também com belos frutos: o caso de Porto Alegre,

---

---

analisado pela Profa. Rejane Penna Rodrigues.

Um dos temas que mais preocupação levantava na época com relação às políticas públicas setoriais de lazer e esporte, também foi abordado: a relação estado/municípios, e para isso foi apresentada a experiência da FUNDESPORTE, que ainda estava no seu início, no Mato Grosso do Sul, relatada pelo seu Presidente, Professor Rodrigo Terra.

Belém(PA), Caxias do Sul( RS), Porto Alegre(RS), Florianópolis(SC), São Paulo(SP), Mato Grosso do Sul: procurou-se, nos limites do Seminário, estabelecer um pequeno painel do Brasil.

O resultado foi uma ampla participação do público que pode ser verificada nos debates que compuseram os painéis, e nos questionamentos aos apresentadores dos pôsteres.

Compuseram a Comissão Científica os então doutorandos pela FEF-UNICAMP Edmur Antonio Stoppa e Hélder F. Isayama, e os Profs. Drs. Heloísa Helena Baldy dos Reis (FEF-UNICAMP), Jocimar Daólio (FEF-UNICAMP), Nelson Carvalho Marcellino (UNIMEP-Coordenador) e Celene Margarida Cruz (Assessora da PREAC-UNICAMP). E a Equipe de Apoio Técnico-Operacional foi composta pelos então acadêmicos em Estudos do Lazer da FEF-UNICAMP – Débora Alice Machado da Silva, Josilene Ferro Antunes, Luciana Cristine Okamori e Maria de Fátima dos Santos Grillo, pelos mestrandos em Estudos do Lazer, da mesma instituição José Luiz “Luli” de Paiva (coordenador) e Mônica Delgado, e Rosinei Cervigni Rossi Violaro e Alex Calixto, pela PRE/UNICAMP.

Além do Caderno de Resumos que publicou os 43 pôsteres expostos durante o evento, as comunicações feitas nos painéis deram origem ao Livro “Lazer e Esporte: políticas públicas”, que teve duas edições lançadas pela Editora Autores Associados, no ano de 2001 (MARCELLINO, 2001 a. b.).

O Seminário atingiu seu público alvo, com um total de mais de 350 participantes, mas com pouco atendimento a gestores, o que dificultou o encaminhamento de soluções que se pretendia inicialmente para as administrações que se iniciavam em 2001. Mas, cremos que a publicação de duas edições do livro resultante do evento, no mesmo ano de sua realização, possa ter contribuído também nesse sentido.

Finalmente, ver os Seminários, ano a ano, rodar pelo Brasil,

---

---

dando “palco” para que experiências de gestão sejam apresentadas, discutidas e refletidas, e, principalmente, replicadas, como era a proposta do grupo que num final de dia de ENAREL, em Camboriu, reuniu-se e encaminhou o assunto é muito gratificante. Constatar também como a proposta se desenvolveu, elegendo cidades-sede, de forma democrática, a cada realização, e passando a discussão profunda de temas específicos das políticas públicas do lazer, servindo para o constante amadurecimento da área, é outro sinal de que valeu a pena os percalços do início.

Vida longa aos Seminários e boas trocas de experiências e discussões.

## **Referências**

MARCELLINO, N.C. (Org.) **Lazer e esporte: políticas públicas**, 1ª. Ed. Campinas, Autores Associados, 2001 a.

\_\_\_\_\_. **Lazer e esporte: políticas públicas**, 2ª. Ed. Campinas, Autores Associados, 2001 b.

UNICAMP - Pró-Reitoria de Extensão. Seminário de Políticas Públicas em Esporte e Lazer. **Caderno de resumos**. Unicamp, abril/2001.



# **II Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer - Porto Alegre-RS Formação e Desenvolvimento de Pessoal**

Rejane Penna Rodrigues<sup>1</sup>

Gilmar Tondin<sup>2</sup>

## **Introdução**

A história é feita de pessoas, fatos, lugares e tempo. Tempo este que traz consigo não só a contagem dos dias, horas e minutos. Tempo que marca nossas vidas e a de muitas pessoas, deixa vestígios dessa caminhada ao longo do percurso, pontos que se tornam referência parte de um processo que ainda não terminou. Com as Políticas Públicas de Lazer e Esporte no Brasil os tempos de construção e de evolução têm deixado marcas significativas nas diversas edições do Seminário discutido neste texto. Seminário que, aproveitando os tempos de construção, inovação e evolução permanentes, também tem contribuído para o desenvolvimento do esporte e do lazer no nosso País.

Nesta experiência, temos a oportunidade de escrever e discutir sobre o tema com o olhar privilegiado daqueles que vivem processos da construção histórica das políticas públicas de esporte e lazer “por dentro”. Daqueles que ainda estão trilhando este caminho; daqueles que tiveram tropeços, alguns desgastes e quedas, mas, ao se levantarem, sentiram-se mais fortes por descobrirem que não caminham sozinhos; que possuem companheiros fiéis nesta jornada.

Em 2001, após quase uma década de franca expansão das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, ainda faltava um espaço de convivência e de troca de experiências dessa natureza. Enquanto gestores públicos, reconhecíamos a importância de diversos eventos científicos e pedagógicos nos quais tínhamos a possibilidade de participar para tratar das questões de nosso interesse. As pautas dos eventos que aconteciam não davam destaque

<sup>1</sup> A autora é a atual Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte. Por ocasião do Seminário, ocupava o cargo de Secretária de Esporte, Recreação e Lazer de Porto Alegre. Contato: [rejaner@pop.com.br](mailto:rejaner@pop.com.br)

<sup>2</sup> O autor atua na Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer de Porto Alegre e, na época do Seminário ocupava o cargo de Gerente Geral nesta Secretaria. Contato: [tondin.gilmar@gmail.com](mailto:tondin.gilmar@gmail.com)

para a participação de gestores e de assuntos que atendessem à suas necessidades de aperfeiçoamento quanto a gestão. Na verdade, havia muita ansiedade de nossa parte. Precisávamos de parâmetros de qualificação de nosso cotidiano e de ampliarmos trocas de informações específicas e de parcerias com o conhecimento acadêmico.

O caminho para construirmos respostas a essas demandas, no nosso entendimento, foi sinalizado pela sensibilidade do Professor Nelson Carvalho Marcellino, que teve a ousadia de propor e realizar no espaço universitário o I Seminário de Políticas Públicas, que tinha como objetivo discutir, com exclusividade, as políticas públicas de esporte e lazer, cuja história foi relatada no capítulo anterior.

A Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME) de Porto Alegre vinha desenvolvendo, desde 1993 quando foi criada, uma política orientada pela participação cidadã, pelo permanente diálogo com outros órgãos públicos, com universidades e, enfim, com a sociedade em geral, buscando a valorização de todas as formas de aprimoramento. Desta forma, sentiu-se plenamente à vontade para candidatar-se como sede da segunda edição do Seminário de Políticas Públicas de Lazer e Esporte. Isso ocorreu em 2001, durante a realização do I Seminário, na cidade de Campinas/SP, mais precisamente nas dependências da UNICAMP. Ao ser atendida no seu pleito, a SME propôs o desafio de desenvolver o tema **A formação e o desenvolvimento de pessoal** já que havia sido constatada a necessidade de aprofundamento da questão, tanto no que diz respeito a atuação de profissionais como a de voluntários no esporte e lazer.

Foi, assim, que a Prefeitura de Porto Alegre, por meio da SME, durante a quarta gestão consecutiva da Administração Popular na capital gaúcha, realizou o II Seminário de Políticas Públicas de Lazer e Esporte, no período de 25 a 27 de abril de 2002, contando com a participação de 350 pessoas, especialmente gestores municipais.

Os objetivos deste Seminário foram: proporcionar a discussão das diretrizes norteadoras de políticas setoriais de esporte e lazer, pelo debate entre poder público, a comunidade acadêmica e a comunidade em geral, levando em conta os contextos cultural e social mais amplo; proporcionar trocas de experiências entre poder público, universidades e comunidades; aprofundar a reflexão sobre a formação e o desenvolvimento de pessoal para a atuação na área,

---

---

envolvendo profissionais e voluntários.

O evento foi dirigido, preferencialmente, para administradores e membros de executivos municipais, estaduais, federal e do terceiro setor, e também profissionais e estudantes de graduação e pós-graduação, ligados às áreas de: educação física, administração, turismo, ciências humanas, educação, arquitetura e urbanismo, entre outras.

O Seminário ocorreu em Porto Alegre num período de amadurecimento da instituição SME, do seu quadro técnico, político e funcional, bem como do Governo Municipal como um todo, no que se refere à política de esporte e lazer, que culminou com a formulação das diretrizes pedagógicas e de governo da PMPA. Nesse sentido, as conferências, mesas redondas, os trabalhos acadêmicos, pôsteres e relatos de experiências, apresentados no decorrer do Seminário, contribuíram para a qualificação desse importante elemento das políticas públicas sociais.

Os temas centrais abordados no Seminário foram: formação e desenvolvimento de pessoal em políticas de esporte e lazer; o trabalho voluntário; profissionais de competências específicas; e profissionais de competência geral, como sintetizado a seguir.

## **1 – Formação e Desenvolvimento de Pessoal em Políticas de Esporte e Lazer**

Este foi o tema da conferência de abertura, desenvolvida por Nelson Carvalho Marcellino, enfatizando que os processos de formação de profissionais para atuação na área do lazer vêm ganhando, cada vez mais espaço, no Brasil, em decorrência da demanda verificada no mercado, em franca expansão. Além da inclusão de disciplinas específicas sobre o Lazer, em cursos de graduação, como Educação Física, Turismo e Hotelaria, entre outros, foi discutida a criação dos primeiros cursos específicos de graduação e um número razoável de cursos técnicos na área. Na sua grande maioria, no entanto, esses processos de formação procuram "preparar" o chamado especialista tradicional, a partir de uma visão abstrata de lazer. Na vinculação com o esporte, percebe-se, ora a ênfase numa vertente ligada à educação física escolar, ora ao chamado treinamento esportivo.

O mercado tem aparecido como regulador do tipo de profissional

---

---

a ser formado, vendo o lazer e o esporte como "mercadorias" a serem consumidas no tempo disponível, inclusive sem uma perspectiva de controle social. Para uma política pública na área - alicerçada em valores de participação popular e de contribuição, no plano cultural, para o exercício da cidadania -, é fundamental o processo de formação e desenvolvimento de quadros que venham a atuar, na perspectiva de reversão de expectativas da própria população, qualificando a demanda por serviços públicos, inexistente para determinadas parcelas da população, ou viciada pelos valores da indústria cultural, em amplos setores.

Além de dar vida aos programas e projetos, os profissionais que compõem os quadros de pessoal representam, inclusive, a possibilidade de garantia de continuidade das políticas, para além dos mandatos. Nesse sentido, e também para a busca da ligação entre a ação técnica e a base da população, minimizando os riscos de atuação dos "especialistas", é necessário o trabalho voluntário. Capacitar e desenvolver uma estrutura de animação, composta de animadores profissionais (de competências específica e geral) e de animadores voluntários, é o desafio que se apresenta para órgãos gestores de políticas públicas na área. A busca deve ser de um novo especialista, que atue em equipes multiprofissionais, procurando o trabalho interdisciplinar, a partir de uma visão concreta do lazer. É importante aliar competência técnica, sólida cultura geral e exercício constante da reflexão sobre a ação desenvolvida, consubstanciada no compromisso com a mudança, através da exploração das amplas possibilidades de se trabalhar no plano cultural, numa perspectiva democratizada.

A ação a ser buscada é a do educador e não a do "mercador". Essa tarefa deve incluir:

1. processos de recrutamento e seleção em consonância com os valores que regem as políticas públicas;
2. fases de sensibilização para com os valores norteadores da política;
3. cursos de formação e desenvolvimento (que incluam teoria do lazer e do esporte, significado e valores de políticas públicas em geral e na área, técnicas e processos de formação de multiplicadores, planejamento e repertório de projetos e atividades);
4. reuniões técnico-pedagógicas periódicas e;
5. intercâmbios (estágios, participação em congressos, grupos de

---

---

discussão, organizações profissionais e científicas, etc.).

Uma das alternativas é a parceria com universidades, aliada aos incentivos à autoformação continuada, tanto para o desenvolvimento de quadros profissionais, quanto para o de voluntários, a serem engajados em movimentos mais amplos, constituídos de núcleos, que possam fazer intercâmbios de experiências.

## **2 - O Trabalho Voluntário**

Esse tema foi abordado por vários palestrantes, na mesa 1. O professor José Luis Luli de Paiva/SP abordou o tema com a palestra "*Por um voluntário local*". Iniciou fazendo uma crítica ao "Ano Internacional do Voluntário", porque, em sua opinião, esse tipo de campanha despolitiza o tema, gerando conseqüências perversas como: incutir, em grande parcela da população, que para se tomar um cidadão pleno, basta envolver-se em alguma ação que busque atenuar as graves mazelas que assolam nosso País. Para melhorar a educação, basta ser "amigo da escola", por exemplo. A segunda conseqüência é carregar ainda mais o termo "voluntário" com significados que necessariamente não lhe são próprios, tais como "prática alienada", "ato despolitizado", "atitude encobridora dos descasos públicos", entre outros.

Faz-se necessário, desde já, diferenciar qual o significado e os valores que estaremos emprestando ao termo "voluntário", a fim de que possamos superar sua visão comum e sermos coerentes com a proposta de política de capacitação e ação que aqui será abordada. O primeiro passo é colocar o trabalho voluntário como uma responsabilidade social de cada indivíduo, com vistas à melhoria de suas condições de vida e da sociedade como um todo. Porém, esse trabalho e essa responsabilidade não são um favor dos mais abastados para as camadas que historicamente estão à margem do desenvolvimento social, privadas de condições dignas de sobrevivência. Não é esmola, como vemos em grande parte das ações mostradas com glamour pelas telinhas.

Trabalho voluntário, entendido como uma responsabilidade de cada pessoa, independente de sua classe social, ganha a dimensão de uma ação que deve ser inerente a todo o cidadão, que, junto com os demais membros de sua comunidade, seja ela qual for, envidará esforços para superar os problemas vividos e alcançar os anseios

sonhados. Obviamente que se é considerado como uma responsabilidade social, essa postura do voluntário deve estar sensível para a realidade que o cerca, não podendo ser uma ação isolada ou realizada por muitos, isto é, não é o número de pessoas ou o universo onde a ação acontece, que por si só justificará e dará legitimidade ao trabalho, e, sim, a noção de que esse grupo faz parte de uma sociedade maior e deve assim se posicionar.

No campo do lazer, destacam-se diversos aspectos interessantes no âmbito do trabalho voluntário. A estreita ligação entre o voluntário e a cultura local é um fator que trará para o interior das políticas de lazer e esporte valores e ações mais próximas da população atendida.

Abordando a mesma questão a professora Norma Rejane Santos Ribas/MS desenvolveu a palestra *“Tecendo o lazer no estado de Mato Grosso do Sul: o trabalho voluntário”*, descrevendo as iniciativas da FUNDESPORTE/MS (Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul) e parceiros, para qualificar recursos humanos que atuavam na sociedade com políticas públicas de esporte e lazer com enfoque comunitário. O referido trabalho se iniciou por um levantamento de informações e reflexões, entre o corpo técnico da FUNDESPORTE, sobre as ações desenvolvidas em esporte e lazer no Estado. Essa ação levou à implantação do projeto: *“Capacitação de Militantes Culturais para o Esporte e o Lazer”*, que começou com o que foi chamado *“Tecendo o Lazer no MS”*, no qual, através de cadastramento, foram identificadas as pessoas que, nas comunidades, desenvolviam projetos voltados para as questões do lazer e do esporte. De posse do cadastramento deu-se início aos contatos e convites para participação em cursos e encontros, nos municípios pólo e na capital do Estado.

Para o trabalho da Fundação, esses militantes culturais, representados por lideranças comunitárias, pedagogos, ex-atletas, profissionais e acadêmicos de Educação Física, foram de fundamental importância para alterar a percepção da comunidade e das administrações municipais sobre a importância do lazer na vida das pessoas e a necessidade de um trabalho articulado, nas diversas instâncias da administração.

Discutindo *“O trabalho voluntário para o esporte e lazer em políticas públicas: conceitos, problemas e desafios”*, a professora Leila Mirtes Santos de Magalhães/MG, tratou do tema afirmando que hoje o trabalho voluntário em geral e, especialmente, em políticas

---

---

públicas de esporte e lazer, não exige o Estado, as organizações em geral e os cidadãos dos deveres que lhes são próprios. Ele se junta às intervenções destes, participando da construção da cidadania e do desenvolvimento das forças de responsabilidade social. É movimento que encontra correspondência na idéia de uma ação organizada de homens, mulheres e instituições, que se unem para a melhoria da qualidade de vida da nossa sociedade.

Este debate destaca que o trabalho voluntário em esporte e lazer não deve se restringir a ações sociais e culturais, mas, especialmente, precisa dedica-se a ações educativas. À medida que o voluntariado ajuda a conscientizar a população da necessidade de mudanças estruturais; a apoiar a organização das pessoas para que lutem pela vivência de lazer e de esporte como uma das condições básicas de sua qualidade de vida; a promover intervenções que resultem em políticas públicas que priorizam a justiça social e a democracia participativa, contribui, substancialmente, para a superação de limites sociais diversos. Por isso, precisamos exercer o voluntariado para o esporte e lazer, nas políticas públicas, como educação para o voluntariado sustentável e realização humana, e não como "marketing", como objeto a mais de promoção.

A professora Rejane Penna Rodrigues/RS abordou o tema “Lideranças comunitárias que atuam no desenvolvimento de esporte e de lazer: voluntários de Porto Alegre”. Destacando as desigualdades sociais com as quais convivemos, mundo onde a globalização em vez de propiciar maior convergência entre ricos e pobres contribui para crescer o número de excluídos, é preciso que os governos, especialmente os governos locais, se encontrem para discutir políticas públicas atendendo aos diferentes segmentos. Nesse sentido, as administrações populares têm a responsabilidade de avaliar suas experiências, debater temas específicos e encontrar, junto com a sociedade, caminhos em comum, como descentralização, participação popular, segurança cidadã e gestão local, dentre outros.

Relatou como a SME de Porto Alegre vinha enfrentando esses desafios, articulando políticas que contribuam para potencializar ações que levem ao encontro de que “um outro mundo é possível”. E enfatizou o reconhecimento das ações desenvolvidas por lideranças comunitárias, de forma individual e coletiva (associações e ligas), que aconteciam cotidianamente. Assim, formava-se uma rede entre

---

---

comunidades e poder público, contribuindo para o desenvolvimento real da cidadania, atingindo um número cada vez maior de pessoas e instituições para o usufruto do lazer e do esporte como direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988.

O voluntariado é entendido como ação pautada na vontade do cidadão em contribuir com a sociedade. Predisposição subjetiva baseada no entendimento da responsabilidade pela construção de um projeto social. Nesse sentido, há uma conscientização de que não é possível ao poder público, no caso a prefeitura de Porto Alegre, responder a todas as necessidades da comunidade, o que pode ser alcançado pelas parcerias. O voluntariado é uma das formas de parcerias importantes para isso. E lembrando Paulo Freire segundo palavras de Teixeira Coelho (1980:7), disse que:

*um traço deve caracterizar o ser humano, ainda não embrutecido pela própria fraqueza ou pela realidade tremenda, é a liberdade que ele se reserva de opor ao evento defeituoso, a situação decepcionante, uma força contraditória. Essa força poderia chamar de esperança: esperança de que aquilo que não é, não existe, pode vir a ser; uma espera no sonho de que algo se mova para a frente, para o futuro, tornando realidade aquilo que precisa acontecer, aquilo que tem de passar a existir.*

### **3 - Profissionais de Competências Específicas**

Nesta mesa o professor Paulo Mauro da Silva/RS relatou a formação e atuação dos coordenadores culturais na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, coordenada pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), abordando o perfil e a função do coordenador cultural, considerando alguns conceitos básicos. Entre eles, destacou: o de lazer como possibilidade de atuação no plano cultural; o de educação permanente, que acontece em toda a vida e que visa ao completo desenvolvimento do ser humano, dentro de um estilo de vida pessoal e social; e as possíveis intervenções no desenvolvimento cultural das comunidades em que se encontram as escolas da Rede Municipal de Porto Alegre.

Para o desenvolvimento dos referidos conceitos realizava-se um programa de formação continuada e de permanente acompanhamento, o que garantia a continuidade e a qualidade dos projetos implementados neste campo.

---

---

A relação entre o programa, que concretiza a política cultural da SMED, e as políticas públicas de lazer estava no referencial teórico comum e na forma como são desenvolvidas suas ações. Ou seja, na maioria das vezes nas atividades culturais alternativas (oficinas, grupos de produção artística, eventos esportivos, turísticos ou ligados à educação patrimonial...), de cunho opcional e permanente oferecidas aos alunos e professores, no turno inverso ao regular, caracterizando-se como atividades de genuíno lazer.

Com a palestra “*Turismo e lazer; conteúdos de uma única questão*”, a professora Marutschka Martini Moesch/RS iniciou sua fala afirmando que há a necessidade de uma política de normatização, não para introduzir conceitos ideológicos sobre como a sociedade deve agir no uso de seu tempo livre, os quais devem garantir a liberdade de escolha e participação, mas para evitar a sua transformação em consumo, trazendo prejuízo à qualidade de vida e a exploração abusiva do meio natural e cultural da localidade.

Para a palestrante, outro tema em discussão na atualidade versa sobre a diminuição da divisão entre tempo de trabalho e tempo de lazer, assumindo a formação uma importância fundamental, que exige altas doses de criatividade e elevado grau de informações, pelos participantes dos processos produtivos, cujo tempo de ócio será dedicado a educação, objeto e método da política cultural de uma localidade.

Os sujeitos do lazer e do turismo são os mesmos, porque são sociais, e lazer e turismo são práticas sociais. Assim, o imaginário destes sujeitos passa de um lazer e turismo alienados para práticas mais conscientes social, cultural e ambientalmente, exigindo novas políticas e profissionais que atuem de forma mais interdisciplinar nestas políticas.

Os referidos profissionais devem atuar no campo da animação turística, visando um lazer qualificado aos moradores das localidades e/ou, uma experiência de afastamento simbólico do cotidiano, coberto de subjetividades, portanto explicitadores de uma nova estética diante da busca do prazer. Não são apenas profissionais dotados de técnicas, são sujeitos construtores de sensibilidade.

Assim, nesse construto entre prazer e trabalho devemos garantir projetos qualificados, nos quais os profissionais responsáveis sejam autores, organizadores e gestores das proposições de conteúdos esportivos, recreacionais, culturais, ambientais e estéticos

---

---

trabalhados de forma relacional, buscando a totalidade do sujeito turístico. Não é um desafio simples, pois a ênfase na formação profissional não está na totalidade, e, sim, na particularidade. Precisamos também ser protagonistas na formação destes profissionais para atuarem na área pública como nas empresas particulares.

A professora Maria Teresa Cauduro/RS, abordou o tema “*Criança, esporte e sociedade e os profissionais de competências específicas*”, afirmando que o desafio da universidade é com a formação de professores, formação esta que deve ser encarada como um processo permanente, integrado ao dia a dia dos professores e da universidade, e não como uma função que intervém à margem dos projetos profissionais e institucionais.

A universidade, no que diz respeito à formação de professores, requer profissionais que tenham adquirido uma bagagem cultural de clara orientação política e social, que tenha desenvolvido capacidades de reflexão crítica sobre a prática, que tenha um compromisso político como intelectual transformador em aula, em projetos de extensão e no contexto social.

A professora afirma ser este o papel da universidade para colaborar com a melhoria da cidade e a construção da cidadania. Nas cidades do novo milênio, a organização e a participação da cidadania são consideradas recursos muito importantes, um capital social para que todos nós contribuamos co-responsavelmente para melhorar a qualidade de vida e demonstrar que com democracia se vive melhor. Assim, a universidade pode ajudar com projetos de parcerias, de ação comunitária e de voluntariado.

#### **4 - Profissionais de Competência Geral**

Nesta mesa, Marco Paulo Stigger/RS falou sobre “Profissionais de competência geral”, partindo de resultados de uma investigação de abordagem antropológica sobre o esporte, visto como um elemento da cultura e prática de lazer. Refletiu sobre alguns aspectos relativos às competências do profissional que atua em políticas públicas nesta área. Tendo em vista a investigação ter mostrado uma diversidade de modos de viver o esporte, buscou refletir sobre o lugar do profissional que atua numa área que, apesar das diferenças sociais e culturais e das disputas por hegemonia que ocorrem neste contexto,

---

---

é um momento da vida em que é legítimo que as pessoas escolham. Considerando que as atividades do lazer representam cultura vivenciada no tempo disponível, e escolha dos indivíduos, questionou: onde se insere o profissional desta área, que, por um lado, não pode ser prescritivo, mas, por outro, deve ser o condutor de uma determinada política? Como resposta à esta indagação defendeu a idéia de um profissional com *capacidade de escuta*, capaz de conduzir um processo de *participação* na gestão das políticas da área, e de fazê-lo dentro de uma perspectiva pedagógica, onde o processo deva ser mais valorizado do que o produto.

“ *A formação profissional e a população de verdade*”, foi a palestra de Humberto Lippo/RS, que abordou o tema sob o olhar das pessoas portadoras de deficiência, afirmando que a permanente discussão entre identidade e diversidade vem ao encontro do que hoje se debate em termos de construção de um modelo político e econômico que dê conta das complexidades existentes em todas as áreas da vida humana e que demandam ações e políticas específicas.

O desafio de todos os atores sociais comprometidos com a construção de um país melhor é o de não deixar morrer o sonho por uma sociedade pautada em relações solidárias e com justiça social e, ainda mais, de construir efetivamente os mecanismos para a reversão do quadro de exclusão social e as práticas autoritárias, que predominam nas sociedades em nível mundial.

A luta que travam as "pessoas portadoras de deficiência" contra a segregação social tem os mesmos preceitos da luta pela desconstrução de valores éticos, que sustentam e legitimam a sociedade capitalista pautada na desigualdade social.

A transformação social e a mudança cultural, necessárias neste caso, não são meramente ações a serem feitas, não é um fenômeno espontaneísta. Necessitam de políticas públicas conseqüentes, intersetoriais e articuladas, que contemplem as diversas dimensões da vida humana. Não é uma questão de assistência social, apesar de incluí-la; é uma questão de educação, saúde, cultura, trabalho, acessibilidade, etc.; é uma questão de cidadania.

Em uma sociedade de massas as políticas públicas têm que necessariamente assumir a condição de "políticas generalistas" no sentido de atenderem o maior número possível de situações. Acontece que essa condição não lhes permitem atender adequadamente àqueles que, por possuírem "diferenças" em relação

---

---

ao padrão/norma, requerem procedimentos e adequações específicas.

Essa constatação por si justifica a necessidade de adequação das políticas públicas e, fundamentalmente os profissionais que nelas atuam, no sentido de dotá-las de condição de atendimento às demandas da população real, quer seja com "diferenças restritivas" ou não.

Na programação do Seminário foram apresentados, ainda, 36 trabalhos no formato de pôsteres e, paralelo a ele ocorreu o Encontro dos Gestores Municipais de Esporte e Lazer. Este encontro foi coordenado pela ASMEL – Associação Nacional das Secretarias Municipais de Esporte e Lazer -, com o objetivo de promover a discussão sobre a necessidade de organização e qualificação dos gestores públicos em esporte e lazer.

Este encontro foi uma confirmação da necessidade de gestores públicos de esporte e lazer de se encontrar e trocar experiências. A intersetorialidade (relações com outros órgãos governamentais e da sociedade) e interdisciplinaridade (outras áreas do conhecimento), na formulação de políticas e ações nos âmbitos de esporte, cultura e lazer locais, não esquecendo que estes caminhos passam necessariamente pela qualificação de recursos humanos dos setores público, privado e voluntariado.

O resultado final do Seminário foi publicado organizado pelo Professor Nelson Carvalho Marcellino e publicado pela Editora Papyrus, que incluiu a totalidade das discussões temáticas desenvolvidas.

## **Considerações Finais**

A realização deste evento, para Porto Alegre, reafirmou a importância das políticas que já vinham sendo desenvolvidas no esporte e lazer da cidade. Entendimento fundado em política de formação de recursos humanos que, atualmente, está incorporada na política do Ministério do Esporte.

Formação que pode ser vista de cada lugar social, cultural e histórico, que são diferentes. E se os lugares e as pessoas são diferentes, a exigência e a expectativa sobre os mesmos também não são iguais. Sendo assim, a formação, por exemplo, no Curso de Educação Física ou em outros, não garante por si só, suprir todas as

---

---

necessidades trazidas pelo trabalho em esporte e lazer para quem exerce suas atividades profissionais ou voluntárias em comunidades carentes das grandes cidades, em zonas rurais, ribeirinhas, comunidades quilombolas, indígenas, etc. Daí a necessidade de atualização e qualificação permanentes, de leitura, de momentos de discussão, reflexão e troca de experiências.

É bem verdade que em 2002, época da realização do II Seminário de Políticas Públicas de Lazer e Esporte, nossas ansiedades e expectativas tinham foco mais específico nos desafios locais (cidade, comunidades específicas). Hoje, atuando em políticas públicas no nível nacional, temos condições de “enxergar” o mapa do Brasil claramente desenhado, de forma mais explícita. Mas reconhecemos, motivados pelas vivências em territórios menores, que os desafios porém não são menos difíceis do que hoje temos frente à gestão da Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte. Há preocupação permanente com a Formação e o Desenvolvimento de pessoal para atuar no setor.

O Seminário desenvolvido também ressaltou o que Pedro Demo (2004) discute com competência. Ou seja, nas políticas públicas é preciso sabermos refazer a noção e a prática da aprendizagem no sentido reconstrutivo para dar conta da qualidade formal (manejo do conhecimento com destreza, sobretudo, participar de sua construção) e qualidade política (políticas sociais do conhecimento e da educação, fatores decisivos da inclusão social). Nada é mais contundente hoje do que ficar fora da sociedade intensiva de conhecimento.

Os governos precisam tratar com muita atenção e cuidado os profissionais e voluntários que desenvolvem as políticas públicas de esporte e lazer já que as mesmas se devem, em grande parte, a atuação destes recursos humanos. Cuidado que passa, necessariamente, pelas oportunidades oferecidas de acesso ao conhecimento, à aprendizagem e à reconstrução permanente.

É necessário estabelecer a relação pedagógica já que a formação implica aprendizagem tanto individual como social, com direito às oportunidades de igualdade e de direito às diferenças. É nesta relação complexa e desafiadora, que tanto podem envolver os profissionais e voluntários do esporte e do lazer, discutida no II Seminário e atual até os dias de hoje, que a SNDEL se vê desafiada pelas demandas dos pesquisadores, de gestores e pela sua proposta.

---

---

## Fontes Bibliográficas

COELHO, Teixeira. *O que é utopia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

DEMO, Pedro. *Professor do futuro e reconstrução do conhecimento*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas*. Campinas: Papyrus, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Diretrizes pedagógicas da Secretaria Municipal de Esportes de Porto Alegre*. Porto Alegre: PMPOA, 2002. (mimeo)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Seminário de políticas públicas em esporte e Lazer, 2, Porto Alegre, 2002. *Anais*.

# III Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer em Belém. Cidade e Urbanismo: Espaços e Equipamentos de Lazer

Lucília da Silva Matos<sup>1</sup>

“Marco Pólo descreve uma ponte, Pedra por Pedra.

-Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – Pergunta Kublai klan.

-A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco – mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Klan permanece em silêncio, refletindo.

Depois acrescenta: Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Pólo responde: -Sem Pedras o arco não existe.”

(Ítalo Calvino, 1990:79)

## 1 - Memórias Aguçadas, Histórias Tecidas: Caminhos Traçados

No livro “Cidades Invisíveis”, Ítalo Calvino constrói sua narrativa a partir das lembranças de cidades visitadas por seu personagem principal, o jovem viajante veneziano Marco Pólo, que tem como missão conhecer inúmeras cidades para depois descrevê-las ao imperador dos tártaros, Kublai Klan. Marco Pólo descreve as muitas cidades que conheceu: Zirna, Fedona, Ipazia, Ândria e tantas outras de nomes femininos. De cada uma revela suas singularidades e mostra o quanto, muitas vezes, as aparências enganam. O leitor é transportado para um mundo complexo de símbolos que exprime a tensão existente entre a racionalidade geométrica e a complexidade da existência humana. Nessas cidades flui a vida e tudo muda incessantemente. A imagem que é traçada constitui um adeus à imutabilidade, aos conhecimentos do mundo cristalizados.

Referimo-nos a esse livro porque nos leva a refletir sobre as cidades não como uma abstração ou como mero instrumento de usos técnicos tais como circular, trabalhar, morar, etc., mas, como uma realidade complexa de sentidos particulares inundada pelos desejos mais profundos dos sujeitos, em outras palavras, a cidade como um espaço de realização de sonhos.

Foi pensando na cidade como espaço de realização de sonhos que se escolheu Belém para sediar o III Seminário de Políticas Públicas

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade do Estado do Pará e da Secretaria de Educação do Estado do Pará, Licenciada Plena em Educação Física, Mestre em Antropologia (UFPA) e Doutoranda em Ciências Sociais (PUC-SP).

em Esporte e Lazer. Na mesma perspectiva definiu-se como tema central *Cidade e urbanismo: espaços e equipamentos de lazer*. Em Belém o processo de planejamento, execução e avaliação foi coordenado pela Prefeitura Municipal de Belém e pelo Congresso da Cidade, com apoio da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Editora Paka-Tatu, Universidade da Amazônia (UNAMA), o Centro Universitário do Pará (CESUPA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) em diálogo com muitas outras instituições e cidadãos<sup>2</sup>.

Ao aceitarmos o desafio de, após quase cinco anos, contar a história desse III Seminário percorremos caminhos que pudessem ajudar na recuperação de sua memória. Por isso buscamos materiais impressos sobre o evento, conversamos com colegas que estiveram na organização, selecionamos a bibliografia que julgamos fundamental para a reflexão sobre o tema e, por fim, definimos um roteiro básico para a tecitura dessa história<sup>3</sup>. Desse modo pensamos estar contribuindo para o amadurecimento desse processo circular, porque periódico, e pulsante de realização de Seminários voltados a refletir teoricamente sobre experiências concretas de Políticas de Lazer realizadas por diversas instituições estatais ou não-estatais nas mais diversas cidades por este Brasil a fora.

O que apresentamos aqui é esforço de memória coletiva. Maurice Halbwachs (2006) nos ensina que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, uma vez que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. As nossas idéias, sentimentos, paixões são inspiradas pelo grupo. Nessa perspectiva, “na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual que chamamos de

---

<sup>2</sup> O Seminário teve como coordenadores a nível Nacional o Professor Nelson Carvalho Marcellino e a nível Regional as Professoras Fátima Moreira (representando a Prefeitura Municipal de Belém) e Lucília da Silva Matos (Representando a Universidade do Estado do Pará), contamos com uma grandiosa equipe de profissionais ligados a PMB: Maria das Graças Nascimento, Aldir Araújo, Roseli Sousa, Eliana Medeiros, Dalva Santos, Lucélia Bassalo, Nazaré Gouvêa, Maria Goreti Medeiros, Sara Santana, Robson Santos, Carmem Lilian Faro, Zaira Fonseca, Livia Araújo, Joselene Mota, Roberto Cravo, Alberto Andrade, Marta Ferreira, Marta Jardim, Edgar Ketler, Andrea Carvalho, Ana Claudia Pinto, Sebastião Guilherme Nunes, Antonio Juraci, Luis Claudio Negrão, Mauro Borges, Silene Marques, Selma Penna, Mariléia Alencar, Patrícia Araújo, Paulo Alves. E Profissionais das instituições apoiadoras do evento.

<sup>3</sup> É importante esclarecer que o fato de estarmos hoje morando, durante a realização do doutorado, em São Paulo, dificultou a coleta de documentos sobre o seminário, nesse sentido, contamos com o folder do evento, com anotações pessoais que tínhamos de algumas palestras proferidas e com a conversa com pessoas que participaram do seminário. Contudo, o fato do encontro não ter registrado em anais as palestras, pôsteres e oficinas, sem dúvida deixou uma lacuna na memória desse evento.

---

---

intuição sensível – para distingui-lo das percepções em que entram alguns elementos do pensamento social” (ALBWACHS, 2006: 42). A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Este é um aspecto relevante na construção da presente reflexão, uma vez que por ocasião do evento a autora fazia parte de um coletivo de educadores que, durante oito anos, esteve à frente das Políticas de Esporte, Arte e Lazer no âmbito do Governo Municipal de Belém. No entanto, falamos agora de outro lugar em termo espaço-temporais. Ontem, olhávamos a partir de dentro da dinâmica institucional e hoje, já distanciados do nosso objeto de análise e olhando desde fora do fazer cotidiano das políticas, esperamos poder exercer uma reflexão que, em sendo fruto de memória coletiva e por isso mesmo, seja suficientemente crítica, o que é fundamental para uma práxis emancipadora.

Neste sentido, a visão de história e de memória que balizará o texto não está pautada na explicação tradicional na qual a memória refletiria os acontecimentos verdadeiros enquanto a história espelharia a memória. A questão é mais complexa, lembrar o passado e escrever sobre ele não são atividades neutras como a ciência positivista levou a acreditar até pouco tempo. Tanto as histórias quanto as memórias são tomadas aqui como fenômenos de seleção consciente ou inconsciente, interpretação e distorção. Para Peter Burker ambos os casos devem ser vistos como processos de seleção, interpretação e distorção condicionados ou pelo menos influenciados por grupos sociais e não como obras de indivíduos isolados. Ao considerarmos a memória como fenômeno histórico, partimos da premissa de que a memória social como a individual é seletiva e é necessário identificar os princípios de seleção e identificar como os mesmos variam de lugar para lugar ou de um grupo para outro, e como se transformam com o tempo, mesmo porque as “memórias são maleáveis”, o que obriga-nos a buscar compreender como e por quem elas são concretizadas, bem como e quais os limites dessa maleabilidade. (BURKE 2000: 69-72).

Outro aspecto relevante referente à construção do texto foi termos exercitado um certo *estranhamento* com o objeto de estudo que nos parecia familiar e, ao mesmo tempo, termos tentado tornar

*familiar* o que nos parecia *estranho*<sup>4</sup>, como nos parece ter sido o caminho de Marco Pólo ao dirigir seu olhar às diversas cidades visitadas<sup>5</sup>. Assim ao organizarmos o material que tínhamos e ao escrevermos livremente nossas memórias, sabíamos que era necessário exercitar o estranhamento diante daquilo que estava ali dado. Nesse sentido iniciamos o processo de problematização, tentamos ler as entrelinhas, buscamos teorizar sobre a realidade. Exercitamos o movimento de nos familiarizarmos com as teorias e, ao mesmo tempo, estranhá-las.

Em resumo, a trilha que construímos para contar essa história passa por: 1. *Belém e suas marcas históricas: sede estratégica do III seminário*. Iniciaremos situando em linhas gerais a cidade de Belém, importante metrópole brasileira incrustada no coração da Amazônia e os impactos por ela sofridos em consequência da modernização conservadora da região, situando também, em linhas gerais, a concepção de cidade e urbanismo a partir da gestão do governo democrático e popular (1997-2004). Tais reflexões têm como objetivo principal afirmar a importância estratégica da realização desse seminário naquele momento histórico em Belém. Em seguida, 2. *Políticas Públicas de Esporte e lazer. Cidade e urbanismo: espaços e equipamentos de lazer situaremos* o porquê do tema do seminário assim como seus objetivos fazendo uma reflexão teórica sobre o tema central e abarcando, ainda que tangencialmente, os subtemas das diversas mesas. Como complemento deste trabalho e tendo em vista a importância de uma síntese da memória geral do evento apresentamos ao final (anexo) a programação contida no folder de divulgação do III seminário.

---

<sup>4</sup> Cf. DaMATTA, Roberto. “O ofício do etnólogo ou como ter ‘antropological blues’” In A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

<sup>5</sup> Marco Pólo conseguia levar kublai Klan a “discernir, através das muralhas e das torres destinadas a desmoronar, a filigrana de um desenho tão fino a ponto de evitar as mordidas dos cupins”. (Calvino, 1990:10). Isso porque ao lembrar-se das cidades que visitou as descrevia menos no que tinham de comum, mais, principalmente, no que tinham de peculiar, suas diferenças, as formas que eram representadas e os diversos significados que elas tinham para os que faziam e viviam lá e para ele como viajante. Seu olhar era de fora, no entanto se revelava sensível as diferenças, capaz de estranhar o que lhe parecia familiar e de tornar familiar o que lhe parecia estranho. Sua forma de lembrar-se das cidades estava entranhado com suas próprias memórias, com sua forma de ser, com o conhecimento prévio que levava e com os novos conhecimentos construídos nesse processo de ir de uma cidade à outra. Além de que, contava suas memórias para uma pessoa especificamente e certamente contamos uma mesma história de maneiras diferentes a depender de quem é o interlocutor.

## **2 - Belém e Suas Marcas Históricas: Sede Estratégica do III Seminário**

Ao rememorar o III Seminário, sentimos a necessidade de contextualizar alguns aspectos históricos referentes à cidade de Belém, mais especificamente os impactos sofridos com o processo de modernização conservadora da Amazônia, principalmente no período que se inicia no Pós-Guerra e que segue até hoje com outras feições. Contextualizar, também, em linhas gerais a concepção de cidade e urbanismo a partir da gestão do governo democrático e popular (1997-2004) na intenção de afirmar a perspectiva estratégica que foi a realização desse seminário naquele momento histórico em Belém.

Belém foi fundada em 1616 e vêm sendo construída por homens e mulheres, índios, brancos e negros que a ergueram à beira da Baía do Guajará, no estuário do rio-mar Amazonas, cidade que hoje conta com cerca de 1,4 milhões de habitantes, ou mais de 2 milhões de pessoas se considerarmos os municípios da região metropolitana. Convive com o passado e o presente, expressos nos belos monumentos da arquitetura colonial, palácios, antigos casarões, ruas estreitas de paralelepípedos, lindas praças e nos modernos “arranha-céus”, avenidas, *shopping centers*, feiras, casas e barracos em palafitas.

Centro estratégico do sistema que estruturou a notável economia de exploração da borracha extrativa, a cidade herdou grande acervo patrimonial, onde se destacam monumentos arquitetônicos e urbanísticos de grande importância para a compreensão da história urbana da Amazônia e do Brasil. Essa diversidade de paisagens ao longo do tempo foi delineando seus 72 bairros, esculpidos de forma desordenada, ressaltando os graves contrastes sociais, mas inundados pela memória e tradição de pessoas de todos os cantos do Pará, do Brasil e de outros países, que vivem construindo o novo a partir da síntese dos costumes herdados de antepassados.

A cidade de Belém, assim como as diversas cidades dos países periféricos, vem sofrendo e assumindo as conseqüências dos processos de modernização conservadora, como enfatiza Otília Arantes, processo de “reposição da armadilha clássica do subdesenvolvimento (ou seja, da modernização sem desenvolvimento, isto é, sem homogeneização social) a velha

dualidade brasileira, elevada, aliás, agora a paradigma da polarização mundializada”. (ARANTES, 2000: 69).

É uma das principais cidades metropolitanas da Amazônia, viveu momentos de apogeu com a economia extrativista da borracha, quando uma série de equipamentos públicos de lazer foram construídos, grandes praças, museus, teatros. No entanto, desde o esgotamento do primeiro virtuoso período dessa economia na década de 1910, excetuado um curto período em que os “Acordos de Washington”<sup>4</sup> possibilitaram certo restabelecimento do dinamismo econômico, a Amazônia vivenciou uma profunda estagnação econômica até meados da década de 1950, quando um novo período se inicia, vindo dotar a região de certo capital básico, sendo este, canalizado através de instituições do Estado criadas com o fim declarado de gerenciar o desenvolvimento regional, possibilitando a integração da Amazônia à economia nacional, bem como sua integração espacial, num processo que exacerba as disparidades intra-regionais e inter-regionais. A integração da Amazônia a essa dinâmica obedeceu à formas autoritárias de planejamento, com destaque ao Plano de Metas de JK e ao Plano de Integração Nacional do regime militar pós-64, e mais recentemente às políticas do Estado brasileiro que, em nome da liberdade do mercado – modo eufêmico para referir-se à tirania do capital financeiro no estágio atual da internacionalização capitalista -, vêm aprofundando a crise sócio-espacial de forma avassaladora, nesse sentido, a crise urbana. (RODRIGUES: 1996).

Desta forma o que temos é uma cidade cindida, com profundas desigualdades sócio-espaciais, mas uma cidade de um povo alegre, hospitaleiro e sonhador que embora marcado pela dureza de viver em espaços construídos desordenadamente, pelo desemprego, subemprego, por políticas que não condizem com os seus anseios de cidadania, tem tradição de luta e resistência. Dos Tupinambá ao colonizador português, a dos quilombos contra a escravidão e a cabanagem (revolução popular na qual índios, negros e mamelucos

---

<sup>4</sup> O Acordo de Washington assinado entre a aliança comandada pelos EUA e o Brasil durante a 2ª Guerra Mundial, implicou no fornecimento exclusivo da borracha amazônica em troca de pagamento acima do preço no mercado internacional por esse produto. Para garantir a produção demandada o governo brasileiro arregimentou, para trabalhar na Amazônia, milhares de famílias nordestinas entre outras. O fim da guerra resultou em intenso fluxo desses migrantes em direção as principais cidades da região, sendo Belém a que recebeu o maior impacto urbanizatório nesse período.

---

---

---

tomaram o poder), até as lutas dos nossos dias, onde o sonho de uma sociedade solidária e democrática tem sido marcante (MATOS: 2001).

O Processo de gestão democrática assumida a partir de 1997 até 2004 por um governo popular foi resultado dessas lutas populares por direitos. Nesse sentido a administração deu-se a luz do Planejamento territorial socialmente construído, denominado *Congresso da Cidade* que envolveu os mais diversos agentes sociais da cidade, uma esfera pública não-estatal de planejamento e de controle social do Estado (esfera municipal), que respeitava a autonomia da parcela da população tida como organizada, sociologicamente falando, e daquela parcela significativa que é tida como desorganizada, mas que desenvolve em sua cotidianidade, formas alternativas de organização e resistência.

Os fóruns democráticos de reflexão e debate eram permanentes, o horizonte desse tipo de planejamento não estava centrado apenas em demandas de serviços e equipamentos, mas eram espaços para refletir criticamente sobre as problemáticas locais e sua relação com processos mais globais e vice versa. Desta forma a participação popular tornou-se, nesse governo, um instrumento fundamental para a estratégia de disputa para a superação das tradicionais formas de poder, para a inversão de prioridades e dá suporte ao processo de transformação da cultura política local.

Desenvolver políticas públicas de esporte e lazer pressupunha, na concepção dessa gestão, ter direito a cidade, o que equivale a dizer que para que a população se apodere da cidade é fundamental romper com a visão fragmentária e setorializada que historicamente veio se amalgamando. Esse era um desafio, porque o que temos são cidades fragmentadas, tratadas como mercadoria, vendidas para aqueles que têm renda e acesso aos melhores espaços, com serviços e equipamentos apropriados, enquanto a maioria dos cidadãos, ou seja, os que não podem pagar vivem precariamente porque não lhes é permitido se apropriar de bens e serviços fundamentais à cidadania.

Historicamente o lazer foi negado enquanto obrigação do poder público. Ou melhor, enquanto bem social (bem não mercadológico), logo um direito humano. Por isso existe hoje uma dívida social imensa nesse campo que manifesta as cidades como espaços divididos, onde uma minoria pode exercer o direito ao lazer, devido morarem em bairros onde estão localizados os melhores

---

---

equipamentos de lazer, enquanto os moradores das periferias em termos geográficos e sociais, que são a grande maioria da população, como regra geral, têm que construir formas alternativas de lazer a fim de negar a naturalização que o estado, na maioria das vezes, perpetra da exclusão desse direito.

Durante o período dessa administração o lazer passou a ser um tema tratado como bem social<sup>5</sup>, um direito do cidadão e um instrumento essencial à apropriação da cidade por toda a sociedade.

Nesta perspectiva realizar o Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer em Belém foi estratégico por muitos motivos que em seguida passamos a enumerar: 1. "Realizar o III Seminário de Políticas Públicas em Esporte e Lazer na cidade de Belém – PA é garantir a continuidade de um desejo coletivo de gestores, professores, comunidade, setores esportivos, que vêm efetivando mudanças de valores sócio-culturais e vivenciando experiências inovadoras nas gestões democráticas e populares do país." (Folder do Seminário: 2003); 2. Esse formato de modernização conservadora do território vivido pela Amazônia, pela Região Norte do Brasil, destaque Belém, tem produzido e ampliado o fosso entre esta e as demais regiões, ou seja, as desigualdades inter-regionais têm sido causa importante da produção de desigualdades sócio-espaciais intra-regionais. Nesse sentido, as reflexões do seminário constituíram um leque importante de ações no contexto do espaço amazônico; 3. Receber as pessoas de outras regiões do Brasil em Belém para debater temas referentes às Políticas Públicas de Esporte e Lazer foi fundamental para dialogarmos sobre as experiências de cada cidade presente, suas problemáticas e possibilidades de superações locais e globais, importante para constituir no coletivo participante uma noção de nação numa perspectiva mais totalizante, tendo em vista ser comum pensar-se o Brasil tendo como referência apenas aquilo que Milton Santos (1998) chamaria de região concentrada<sup>6</sup> que tem no Estado de São Paulo sua principal expressão. E isso é fundamental se considerarmos que esse esforço seminarial tem, entre outros, o objetivo de pensar políticas de esporte

---

<sup>5</sup> O lazer desde a Constituição de 1998 aparece como direito social. No entanto esse direito vem sendo negado historicamente. Cf. MARCELLINO, Nelson Carvalho. Políticas de Lazer In MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). Lazer e esporte: políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associados. 2001:6.

<sup>6</sup> Cf. SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional: Editora HUCITEC, 1998. P. 142-143.

---

---

---

e lazer no contexto de um projeto de Brasil. 4. Possibilitamos aos participantes dar continuidade aos processos de reflexão-ação que fazem parte do cotidiano da cidade. Assim, o evento não virou vento uma vez que trouxe conseqüências qualitativas para esses, sejam estudantes (turismo, Ed. Física, arquitetura e urbanismo, pedagogia, educação artística, etc.); sejam educadores, gestores, animadores culturais, donas de casa, lideranças comunitárias, etc., contribuindo, no processo de formação teórica e compreensão mais abrangente do lazer na ação como gestores e cidadãos; 5. Afirmamos a cada momento as ricas formas de expressão cultural amazônica, nas programações artísticas (apresentações de contadores de histórias, de grupos circenses, de música, de dança, mostra de cinema “Curtas paraenses”, bois, pássaros, quadrilhas juninas, passeios pela cidade, lançamento de livros) e nas mesas, que sempre tiveram compondo suas coordenações ou palestrando pessoas de diferentes instituições (PMB, UEPA, UFPA, Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal de Belém, Conselho da Cidade de Belém, etc.).

Enfim estamos certos de que se o seminário pode contribuir para uma visão totalizante de Brasil, mais ainda cumpriu papel estratégico no âmbito amazônico, especialmente em Belém.

### **3 - Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Cidade e Urbanismo: Espaços e Equipamentos de Lazer**

Aqui, como já nos referimos anteriormente, faremos uma reflexão geral sobre a temática do seminário, seus objetivos, privilegiando a análise do tema central, mas abarcando, também, ainda que tangencialmente, os sub-temas das diversas mesas.

O tema central do evento surgiu como uma forma de instigar os debates a nível nacional entre gestores, estudantes, pesquisadores - das áreas de turismo, urbanismo, cultura, educação, esporte, lazer, - professores, movimentos sociais e participantes em geral sobre as problemáticas presentes na relação cidade-lazer. Os diversos lugares e equipamentos de lazer, suas formas de gestão e acesso foram o foco central de nossas reflexões e análises com vistas a problematizar as políticas nessa área, mediante os princípios da igualdade de direitos, da participação popular e da justiça social, vistos como parte indissociável dos cotidianos e identidades culturais das cidades.

O objetivo foi o de oportunizar o debate sobre as políticas

públicas de esporte e lazer a partir da análise de diferentes concepções de cidade e urbanismo, assim como das diferentes formas de gestão e de construção e animação dos equipamentos de lazer nas cidades.

Ao refletirmos sobre o tema é importante situar que hoje 52% da população mundial, aproximadamente 3,2 bilhões de pessoas vivem em cidades. A Organização das Nações Unidas (ONU) fez uma estimativa onde afirma que em 2020 pelo menos 60% da população – mais de 5 bilhões de pessoas para uma população mundial de aproximadamente 9 bilhões – viverão em zonas urbanas. Nesse sentido, pode-se apreender que efetivamente o mundo é hoje urbano, o que em termos globais representa uma fase histórica onde analisar o urbano é tarefa científica fundamental para desenvolver qualquer projeto que, alicerçado no presente, ilumine o futuro. Nesse sentido o urbano e as cidades adquirem novos e importantes conteúdos estratégicos. No Brasil o senso demográfico realizado em 2000 mostra que 81,2% da população vivem em zonas urbanas. Sendo as regiões mais urbanizadas a Sudeste (90,5%) e Centro-Oeste (86,7%). A Amazônia já alcançou uma taxa de 69,7% de urbanização e o Estado do Pará 66,5% (Rodrigues & Novaes, 2002). Esses dados servem para nos levar a refletir, entre outras coisas, sobre uma região que no imaginário social é tida como “terra sem homens”, mas que na realidade apresenta um significativo nível de urbanização. O que confirma a necessidade de pensarmos em um projeto alternativo de desenvolvimento no qual a pauta principal seja o urbano e que o lazer seja tomado como parte do direito à cidade.

Neste sentido, problematizar as práticas e contradições do lazer presentes no mundo, nas grandes metrópoles, assim como nas médias e pequenas cidades e em áreas agrícolas é fundamental, uma vez que a cultura de massa, através dos aparatos de comunicação, está presente nos lugares mais longínquos, numa tentativa de homogeneização dos gostos e estilos de vida. No entanto, por dentro dessa lógica hegemônica, dessa racionalidade, manifestam-se em todos os lugares contra-racionalidades, oposições à razão instrumental da sociedade de mercado, esta última baseada nos princípios da eficácia, produtividade e lucratividade. Essas contra-racionalidades podem ser exemplificadas, entre diversas outras formas, pela existência dos muitos movimentos indígenas que a cada dia vêm afirmando suas diferenças; os movimentos dos

---

---

remanescentes quilombolas, além de diversos grupos que se organizam em condições adversas para preservar e recriar suas manifestações culturais (grupos de quadrilhas juninas, de pássaros, de capoeira, de futebol de várzea, de folclore, etc.). (MATOS: 2007).

Para Raquel Rolnik (2003)<sup>7</sup>, o modelo de cidade, de urbanismo e urbanização que temos no país deu forma para que, nas últimas décadas, fossem desenvolvidas políticas sob a égide das desigualdades, uma vez que a base dessas políticas está fundada no modelo da exclusão social, com concentração dos poucos espaços e equipamentos nas mãos de poucos.

Podemos afirmar que ao longo da história a sociedade brasileira vive relações conflituosas, o que vem fazendo com que o desenvolvimento se configure injusto em termos sócio-espaciais. As elites econômicas neste sentido acabam dando a tônica sobre onde devem ser investidos os recursos públicos. O que vem se configurando com os seguintes processos: privatização especulativa do território, direcionamento de investimentos públicos em projetos culturais de turismo e lazer restritivos do direito popular a esses bens sociais, financiamento de projetos de lazer controlados por instituições privadas de educação, etc.

Segundo Rolnik (2003) o lazer é uma dimensão da vida da cidade, não é simplesmente um equipamento, um lugar. Daí a necessidade de enxergarmos o lazer mais encarnado na vida das cidades do ponto de vista territorial. Para tanto é necessário mudarmos a direção do nosso olhar, questionar e não simplesmente aceitar a visão de urbanismo que aí está, pois são as multiplicidades de situações que fazem a cidade que precisam ser apreendidas para ser à base do nosso urbanismo e não o contrário.

Nesse sentido podemos afirmar que a problemática dos espaços e equipamentos de esporte e lazer está ligada a questões gerais da sociedade tais como a violência urbana, a preservação do patrimônio ambiental e cultural, a reordenação do solo e outras questões urgentes, importantes, para as políticas de lazer, mas que transcendem a elas.

A afirmação de Rolnik nos transporta novamente às descrições de Marco Pólo sobre as cidades, ambos nos levam a pensar a cidade

---

<sup>7</sup> Observação feita com base nas anotações por nós realizadas durante a conferência de abertura do III Seminário: A cidade: espaço de construção de práticas culturais de resistência ou de dominação? Proferida pela Professora Dra. Raquel Rolnik que ali representava o Ministério das Cidades. As interpretações da palestra são de nossa inteira responsabilidade.

---

---

para além de sua dimensão material, arquitetônica, espaço tangível, mas para também enxergar, sentir, o que não se dá nessa dimensão material, ou seja, sua dimensão imaterial, intangível.

A cidade é então, essencialmente, criação coletiva. Do mesmo modo que nossa memória. Como afirma Mariano Arana:

“Toda cidade é essencialmente criação coletiva. A cidade a fazem e a habitam inumeráveis seres humanos ao largo das muitas gerações. A cidade é um feito físico, espacial, tangível, que modifica e caracteriza a paisagem, e ao mesmo tempo é um feito cultural, social, histórico, sucedido nessa criação coletiva.” (ARANA apud LIMA & RODRIGUES, 1999:56).

A dimensão de coletividade nos remete à idéia de Pólis (Rolnik, idem). A Pólis surge da igualdade das diferenças, pessoas diferentes vivem em conjunto e estabelecem um contato político social. Nesse sentido “o milagre cidade” se produz porque o homem, como ser político se concretiza quando convive socialmente.

É nesse sentido que se afirma a importância da existência dos espaços públicos, de se abrir os espaços públicos da cidade, de democratizá-los, porque são nesses espaços que se materializarão esses contatos. Garantir nas cidades espaços para que as diferenças da sociedade de diferentes, da diversidade, exista, é fundamental. Nessa perspectiva, vale evocar um tipo de urbanismo e, nesse contexto, uma política de lazer capazes de destruir os muros e as grades invisíveis ou visíveis que segregam sócio-espacialmente as maiorias pobres das urbes. Neste ponto, vale ressaltar, o III seminário serviu de rico espaço de reflexão alternativa ao urbanismo que tem servido à ordem vigente.

A grande utopia seria transformar todas as cidades e as cidades todas, logo o mundo, em um grande equipamento de lazer. A construção histórica dessa utopia pressupõe a existência de projetos inter-setoriais, integrados. Para tanto, é preciso superar o setorialismo e o corporativismo que têm caracterizado as políticas de esporte e lazer, como espécies de entes que não se relacionam apesar de só poderem cumprir função social se os nexos com a totalidade forem estabelecidos. Somos seres integrais e o ambiente que vivemos é multidimensional como os seres humanos. No entanto as políticas são pensadas de forma isolada, fragmentadas, o que prejudica o lazer. Essa postura que pode ser tida como irracional do ponto de vista de

---

---

recursos e políticas é, contudo, a própria racionalidade capitalista, logo, racionalidade da cidade do capital. As políticas fragmentadas expressam-se em ações também fragmentadas, porque se tornam concorrentes e não integradas e, desse modo, perpetram um processo permanente de fragmentação do espaço como um todo.

Na mesma direção Marcellino (2007) ensina-nos que:

“Democratizar o lazer implica em democratizar o espaço. Muito embora as pesquisas realizadas na área das atividades desenvolvidas no tempo disponível enfatizem a atração exercida pelo tipo de equipamento construído, deve-se considerar que, para a efetivação das características do lazer é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível. E se a questão for colocada em termos da vida diária da maioria da população, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano.” (2007:41)

No entanto este espaço, o urbano, vem sendo comercializado como mercadorias, cada vez mais os equipamentos de lazer, os espaços de convívio seguem a tendência de privatização, incluindo as áreas verdes. (Marcellino: 2007). Por isso, afirmar, através de políticas, o lazer como bem não-mercadológico, em outras palavras, como bem social é conteúdo central dessa acepção de urbanismo.

Algumas administrações democráticas e populares<sup>8</sup> têm dado provas de que é possível tecer sonhos que rompam com a visão hegemônica de perspectiva funcionalista, que prega a preservação da ordem estabelecida e funciona como válvula de escape dessa própria ordem social que matiza o lazer como mercadoria, para um entretenimento alienado e consumista.

Experiências de políticas públicas alicerçadas em práticas de participação popular efetivas nos permitem pensar em possibilidades de intervenção no campo do lazer e de outras esferas da vida, não numa perspectiva de dirimir as contradições entre as classes sociais (que convivem em luta na sociedade atual através de práticas que só servem para embotar a consciências dos excluídos de direitos, para embaçar o olhar diante dessas contradições sociais), mas numa intervenção que aponte para formas de organização e resistência dos grupos sociais populares e reafirme os princípios de uma sociedade

---

<sup>8</sup> O Seminário contou com a participação de cinco cidades que fizeram suas exposições num *Painel de experiências em gestão e construção de Espaços e equipamentos de Lazer. Belém, Porto Alegre, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Recife.*

---

---

mais fraterna, com respeito à dignidade e justiça social.

Nessa perspectiva, acreditamos que não podemos pensar em políticas públicas de lazer de forma isolada, mas como um fenômeno moderno, resultante e inerente às tensões entre capital e trabalho e que se materializa como uma relação tempo- espaço na qual as vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassam por relações de hegemonia (Mascarenha, 2003). Ou seja, o lazer entendido como síntese histórica dessa realidade contraditória; enquanto componente da cultura, podemos torná-lo um canal educativo de estímulo à criação e recriação construtiva e coletiva, de encontro dos diversos agentes sociais populares, podendo, por isso, ser espaço de contestação a essa mesma sociedade que o criou para vendê-lo como mercadoria.

Ter direito ao lazer significa mais do que ações específicas, mas uma rede de serviços implementados com participação popular para possibilitar o acesso digno à sua vivência: trabalho/emprego, educação, transporte, infra-estrutura urbana, etc. Significa condições de realização global do viver dignamente, ou seja, o lazer como um bem social, um direito do cidadão e um instrumento essencial à apropriação da cidade por toda a sociedade, para pensá-la estrategicamente, com o objetivo de humanizá-la, o que pressupõe a construção de uma nova ordem social (Matos: 2001).

Nesse sentido as políticas públicas de lazer e de esporte podem se apresentar como instrumentos pedagógicos de forte caráter transformador na medida em que ousem, a partir da apreensão crítica dessa realidade contraditória e mesmo por dentro (e por causa) da ordem social hegemônica, se expressar como práxis social transformadora dessa ordem, o que pressupõem um caráter conscientizador dessas políticas. Uma política de lazer para afirmar valores sociais de solidariedade, de participação comunitária, de cooperação, de respeito às diferenças, sejam elas sexuais, religiosas, de cor, de tipo físico, etc. Valores que se contraponha a lógica da cidade capital e que some na construção da cidade para a felicidade humana.

---

---

## Referências

ARANTES, Otília. **A Cidade do Planejamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis: 2000, 2ª edição.

BURLKE, Peter. “História como memória social” IN: **Variiedades de história e cultura**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

DaMATTA, Roberto. “O ofício do etnólogo ou como ter 'anthropological blues’” IN: **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LIMA, Carlos & RODRIGUES, Edmilson. “Reflexões sobre a cidade e sua gestão”. IN Quaestio. **Revista de estudo de Educação**. Ano 05. N°. 01, Sorocaba, SP, maio, 2003.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. “Políticas de lazer”: IN MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

\_\_\_\_\_. Equipamentos de lazer e esporte – relações do público e dos profissionais. - subsídios para políticas públicas em cidades sede de regiões metropolitanas. **Relatório final de pesquisa de bolsa de produtividade em pesquisa, apresentada ao CNPq**. Área: corporeidade Pedagogia do movimento e lazer, FACIS, 2007.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática da liberdade**. Uma proposta educativa para a juventude. Goiânia: Editora UFG, 2003.

MATOS, Lucília da Silva. “Belém: do direito ao lazer ao direito à cidade” IN: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados.

2001.

**Políticas públicas para a Educação Física, esporte e lazer: algumas reflexões.** Palestra proferida pela Programação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte na 59ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Belém, julho, 2007. (mimeo).

NOVAES, Jurandir & RODRIGUES, Edmilson Brito (Orgs.). **Luzes na Floresta. O Governo democrático e Popular em Belém (1997-2001).** Editado pela Prefeitura Municipal de Belém, 2002.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Aventura Urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém.** Belém: NAEA/UFPA: 1996.

ROLNIK, Raquel. **Palestra sobre o tema: A cidade: espaço de construção de práticas culturais de resistência ou de dominação?** Belém, Pa. (anotações feitas por Lucília da Silva Matos) 14 de junho, 2003.

SANTOS, Milton, Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1998.

## **IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer - Participação Popular: Governo e População Partilhando o Poder da Decisão**

Cláudia Regina Bonalume<sup>1</sup> e

Silvana Regina Echer<sup>2</sup>

*“A democracia é frágil como prática pela própria natureza de sua proposta: limitar e controlar o poder dos poderosos.”* (Costa, *apud* BRAVO & PEREIRA, 2002)

### **Apresentação**

A participação popular nas políticas públicas é um tema que vem sendo muito debatido em áreas como a saúde, assistência social e educação, principalmente a partir da década de 80 e, mais especificamente no Brasil, da constituição Federal de 1988. No tocante às políticas públicas de esporte e lazer, falar em controle social ainda significa falar de experiências pontuais que estiveram ou estão em construção e, na maior parte dos casos, encontram dificuldades no que diz respeito às possibilidades de aprofundamento e, especialmente, de continuidade.

A Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, pela Secretaria Municipal de Esporte e de Lazer, teve o prazer de organizar e realizar a quarta edição do Seminário Nacional de Políticas Públicas, que teve, tendo como tema a “Participação Popular”, tema esse central para o governo democrático popular que, na época, estava à frente desta Prefeitura. Caxias do Sul, cidade do Nordeste Gaúcho, tinha, na época do evento, uma população de 320 mil habitantes. De 21 a 24 de abril de 2004, 407 pessoas, de 14 estados brasileiros, 63 municípios, estiveram reunidas neste evento discutindo o tema em pauta, trocando idéias e experiências, com vistas à qualificação das políticas públicas de esporte e de lazer.

A realização da IV Edição desse Seminário deu continuidade às discussões iniciadas em 2001, em Campinas, oriundas da crescente

---

<sup>1</sup> Professora de Educação Física, Especialista em Educação do Movimento, Secretária Municipal de Esporte e Lazer de Caxias do Sul 2000-2004, atualmente chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte. E-mail: cbonalum@terra.com.br

<sup>2</sup> Professora de Educação Física, Especialista em Educação do Movimento, Coordenadora de Planejamento da Secretaria Municipal de Esporte e de Lazer de Caxias do Sul 2000-2004, atualmente professora da Rede Municipal de Ensino. E-mail: silnoor@yahoo.com.br

demanda que se apresentava em relação à necessidade de políticas públicas de esporte e de lazer que priorizassem o tratamento dessas áreas como direitos de todos os cidadãos e cidadãs. Pensar essas políticas sua construção, formatação e financiamento é o principal desafio do evento, desde sua criação.

A IV edição do Seminário Nacional teve como objetivos:

- ✓ propiciar a discussão das diretrizes norteadoras de políticas setoriais em esporte e de lazer, levando em conta o contexto cultural, social e de participação da comunidade;
- ✓ proporcionar elementos para o planejamento das gestões municipais, nas áreas de esporte e lazer, parte integrante de uma política cultural ampla, relacionada a outras esferas da atividade humana;
- ✓ aprofundar a temática da participação popular na gestão de esporte e lazer nas cidades;
- ✓ propiciar troca de experiências entre poder público, universidades e comunidade.

Para desencadear os debates realizados, o IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer tomou por desafio pensar a respeito de questões como:

- De que forma chegar a uma gestão participativa, partilhada com a sociedade civil?
- Como romper com a visão particularista de atendimento de demandas públicas e fiscalização de governos, que gera corporativização e fragmentação da questão social e, em especial, desresponsabilização do Estado?
- Que aspectos ainda dificultam uma efetiva implementação da participação da sociedade na formulação e implementação das políticas públicas de esporte e lazer?

O ponto de partida dos debates estava centrado na crença de que o Estado será democrático na medida em que a população tenha mais consciência de seu dever e do seu direito ao exercício pleno da participação e, conseqüentemente, da democracia e esteja voltado – o Estado - para o agenciamento da vontade geral e do interesse público, não visando atender os interesses de determinados grupos que estão no poder ou mesmo que são parceiros para que este poder se mantenha.

O Seminário foi organizado com conferências ministradas por

---

---

estudiosos na área da participação popular, por gestores públicos com ações reconhecidas no tema e por um especialista da área do planejamento participativo. A programação contou também com diversos relatos de políticas públicas de esporte e lazer, desenvolvidas em rede no Brasil, na época do evento, com a vivência de uma ação de turismo, organizada com a participação da comunidade envolvida, apresentação de pôsters e lançamento de livros. Além disso, aconteceu o Encontro de Gestores Públicos Municipais de Esporte e Lazer, coordenado pela ASMEL (Associação de Secretários Municipais de Esporte e Lazer), presidida pela Sra. Rejane Penna Rodrigues, então Secretária Municipal de Esporte e Lazer de Porto Alegre.

Para a organização do presente texto que relata essa experiência procuramos mesclar dados a respeito da organização do evento, falas de palestrantes que conseguimos resgatar e complementá-las com referenciais teóricos pesquisados pelas autoras, com vistas a enriquecer o material bibliográfico levantado, discutido a seguir.

## **1 - Participação Popular**

A conferência de abertura do evento desencadeou o debate sobre o tema “Participação Popular”, sendo ministrada por Gaudêncio Frigotto, reconhecido pesquisador, principalmente pelos seus estudos na área da educação. Como destaques da sua fala podemos apontar a afirmação de que não existe uma separação entre projeto societário e projeto político- pedagógico-educativo. Cada época tem suas ideologias dominantes, seus aparelhos e instituições. O modo de produção da vida dos seres humanos conjuga três coisas: uma forma de organizar a produção material, baseada no trabalho; idéias e teorias que tentam justificar esta forma de organização; e, por fim, instituições que sedimentam e produzem significados. Sem dúvida nenhuma, o fim do século XX, quando nós imaginávamos a possibilidade de um salto para além das perspectivas sociais democráticas, marcou um retrocesso. O neoliberalismo não é nada de novo. E o velho liberalismo transforma ciência, conhecimento, seres humanos, educação e lazer em mercadorias. Cada vez mais os governos neoliberais querem transformar o direito ao esporte e ao lazer em espaço comercial ou, na esfera pública, num serviço ou numa filantropia.

No momento em que “a esquerda” assume um governo, esta precisa questionar sobre as políticas de esporte e de lazer que acredita e as que combate. Qual o ideário básico deste projeto que passa a se construir? A primeira idéia básica sustenta que, para serem democráticas, as diretrizes e a organização do campo das políticas públicas de esporte e de lazer têm que ser o resultado de um processo que se articule a um projeto societário, que instaure mecanismos de democracia e cidadania efetivas e que viabilize o acesso aos bens econômicos e culturais às maiorias excluídas. Ou seja, implica um projeto calcado na idéia da autonomia dos povos, de desenvolvimento humano, social e relações econômicas, políticas e culturais solidárias no plano internacional - uma globalização incluyente.

Outra idéia básica é de que o acesso democrático ao esporte, ao lazer e aos bens culturais, ao lado dos direitos à vida, à saúde, à educação, à aposentadoria digna e ao trabalho, somente podem ser assegurados dentro de uma esfera pública democrática. Por isso, o eixo norteador da concepção dessa política, defendido nos debates constituintes e na formulação da Política Nacional de Esporte e de Lazer, deve girar em torno da defesa das políticas públicas de esporte e de lazer com gestão democrática, gratuitas, universais e de qualidade. Portanto, uma concepção de formação humana que desenvolva as múltiplas dimensões do ser humano enquanto um ser de necessidades materiais, culturais, estéticas, afetivas e lúdicas.

Para alcançarmos tal objetivo parece-me que há um embate permanente a ser sustentado na construção contra-hegemônica que se situa no terreno da ideologia (sentido gramsciano) e, portanto, no plano ético-político. Trata-se de um movimento de crítica aos valores dominantes e de afirmação dos valores centrados na democracia efetiva, na igualdade e solidariedade entre os seres humanos. Nesse sentido é fundamental tornar senso comum a idéia simples e, ao mesmo tempo, de força humana extraordinária, assinalada num trecho do “Manifesto Comunista de 1848”, de que *“tudo o que é solido se desmancha no ar”* e que, portanto, a hegemonia da “burguesia vanguarda do atraso” vigente no Brasil não será eterna. Tão pouco são as concepções e as políticas mercantilistas e assistencialistas de esporte e de lazer. Se isto é sustentável, e certamente o é, historicamente, há um duplo movimento a se efetivar: de desmistificação da ideologia, dos valores e das políticas

---

---

dominantes e de afirmação das concepções, valores e práticas democráticas, nos múltiplos espaços dos movimentos sociais, esportivos e de lazer.

No plano das concepções e das teorias que sustentam as políticas socialistas, o desafio é o de continuar a crítica à fragmentação, ao dualismo e ao tecnicismo. No plano ético político a crítica deve centra-se no combate ao individualismo e às perspectivas biologistas que buscam atribuir a componentes genéticos aquilo que resulta da desigualdade produzida pelas relações sociais. É preciso articular organicamente as relações sociais de produção e as relações políticas, culturais, educativas, de esporte e de lazer. Isto implica conquistar de fato, no plano político, um Estado que governe com as organizações da sociedade e para a sociedade e não em nome da sociedade, sem a sociedade e contra as maiorias. Como afirma Tarso Genro, a partir da rica experiência de gestão pública com a sociedade, na Prefeitura de Porto Alegre:

*“trata-se de compartilhar uma nova concepção de reforma do Estado, a partir de uma nova relação Estado-Sociedade que abra o Estado a estas organizações sociais (e a participação do cidadão isolado), particularmente aquelas que são auto-organizadas pelos excluídos de todas as matizes, admitindo a tensão política como método decisório e dissolvendo o autoritarismo do Estado tradicional sob pressão da sociedade organizada.”*

No plano de afirmação da perspectiva de radicalidade democrática do esporte e do lazer é necessário, primeiramente, criar capacidade de perceber os espaços onde as forças comprometidas com um projeto contra-hegemônico dominante hoje no Brasil, acumulam experiência e práticas alternativas. Ter esta visibilidade e tomá-la como elemento de reflexão e de ação, é uma tarefa prioritária. Já há um acúmulo não desprezível em todo o Brasil. Porto Alegre, Belém, Recife, Mato Grosso do Sul e Caxias do Sul são apenas exemplos fortes de uma rede muito mais ampla desse acúmulo, que precisa ser dilatado. Os múltiplos congressos, seminários, encontros nacionais, regionais e locais, que reúnem profissionais, gestores e agentes que atuam, quotidianamente, nas áreas, sinalizam uma vontade política que pode ser qualificada e dilatada em práticas que resistem e criam alternativas às propostas

hegemônicas de políticas públicas de esporte e de lazer.

No campo das alternativas, mormente no campo das relações entre mundo do trabalho, da produção material da existência e dos processos formadores, há um longo caminho a percorrer. O desafio é, pois, o de incorporar as múltiplas dimensões da produção e reprodução social dos seres humanos e dos múltiplos processos formadores do humano. A perspectiva fundamental é o controle democrático, e, portanto, transparente, dos recursos e das políticas públicas, dos processos e conteúdos do projeto esportivo e de lazer da classe trabalhadora, para evitar que esse seja reduzido a mero adestramento. Necessita ser construído na ótica do desenvolvimento do conjunto de capacidades humanas necessárias à produção de valores de uso econômico, cultural, político e estético. Tem que fornecer elementos de formação técnica, científica e política. "Dominar a máquina", recriar a máquina e saber a serviço de quem e de quantos está a ciência, a tecnologia e a riqueza produzida pelo trabalhador.

Há pois, um amplo desafio para entender mais profundamente este campo contraditório, que hoje precisa ser desmistificado pelo governo. Não se pode, sem dúvida, romantizar esta realidade, mas, também, não se pode desconhecer que a exclusão monumental do capital, que retirou as conquistas da classe trabalhadora, em termos de seus direitos sociais conquistados nesta última metade de século, produz uma realidade onde os trabalhadores, porque querem e necessitam viver, se organizam das mais diversas formas. Neste espaço pode situar-se "uma nova cultura de trabalho" e uma ação pedagógica marcada pelo horizonte de formas societárias solidárias e socialistas. Como nos instiga Mészáros, não basta lutar hoje pela redução da jornada de trabalho, nem para que todos trabalhem menos e para que todos trabalhem (slogam disseminado na Europa), mas, sobretudo, para mudar o "sentido do trabalho".

A vitória da frente de partidos aglutinados pelo PT não é condição suficiente, mas certamente trata-se de uma condição necessária para a inversão de sinal do avassalador projeto social neoliberal excludente, vigente até hoje no Brasil, e a sedimentação de relações políticas, econômicas, educativas e culturais, vincadas na democracia e na cidadania, efetivas no plano interno e nas relações internacionais.

---

---

## 2 - Democracia Participativa

A Mesa 1, que tratou do tema “Democracia Participativa” teve como palestrantes Gilberto Pepe Vargas, então Prefeito de Caxias do Sul/RS e João Paulo Lima e Silva, Prefeito do Recife. Os destaques das falas dos prefeitos podem ser resumidos em afirmações como as que defendem que a democracia participativa exige transparência entre a ação política e o resultado. Essa transparência depende da gestão eficaz das ações, da sua relação com os resultados e da capacidade de retorno das estruturas de delegação e representação, enquanto a intensidade da participação depende do desenho institucional e das regras de funcionamento das instâncias participativas.

Como afirma Gramsci, o Estado comporta duas esferas: a sociedade política ou Estado, no sentido estrito de coerção, e a sociedade civil, construída pelo conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias. São estas duas esferas que constituem, em conjunto, o Estado no sentido amplo ou sociedade política mais sociedade civil.

No que diz respeito ao conflito entre democracia participativa e representativa existe possibilidade de combinação dessas duas formas básicas de democracia, se houver coexistência e complementaridade, ou seja, convivência de diversas práticas, organização administrativa e variação de formas de gestão, com o reconhecimento, pelos gestores, de que a participação, o controle social, sobre o que é público, e as deliberações coletivas podem substituir boa parte do processo de representação e deliberação.

*“quanto menor for uma unidade democrática maior será o potencial para a participação cidadã e menor será a necessidade para os cidadãos de delegar as decisões de governo para os seus representantes. Quanto maior for a unidade, maior será a capacidade para lidar com problemas relevantes para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadãos de delegar decisões para os seus representantes.*  
(Dahl, 1998:110, apud SANTOS, 2002)

Moisés (1995), afirma que a democracia, como parte da política, implica um processo aberto de aprendizado, que vai além do simples pactuar normas democráticas e cujo resultado final não é previamente determinável, uma vez que as condições podem mudar

sob efeito da ação dos atores políticos. Trata-se de um processo longo, difícil e, por vezes, bastante penoso, para o qual não existem pressupostos/conceitos absolutos.

A cultura política é apontada como uma variável indispensável que, articulada às variáveis estruturais, instrumentais e políticas, contribui significativamente para a compreensão do surgimento, continuidade, estabilidade e até desaparecimento dos regimes políticos. *“O termo 'cultura política' refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes, com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública.”* (Sani, 1980, in MOISÉS, 1995, p. 86).

Desta forma, tudo indica que o procedimento democrático tem que ser um exercício coletivo de poder político, baseado em um processo livre de apresentação de razões entre iguais, para ir além da atuação das instituições, o que requer também iniciativas dos atores sociais, no sentido de avançar das demandas e reivindicações particulares às questões coletivas, capazes de se tornarem políticas públicas, fazendo o Estado atuar na sociedade.

É importante transformar as práticas locais de democracia, por mais simples que sejam, em elos de redes e movimentos mais amplos e, conseqüentemente, com mais capacidade de transformação, pois estes permitem a aprendizagem recíproca e contínua, considerando que não existem soluções que sejam válidas para qualquer contexto.

Segundo Paulo Freire, uma proposta de trabalho democrático exige conhecimentos organizados, mas não cabe em pacotes pré-determinados, está em constante processo de descoberta. Ou seja, é necessário refletir sobre a própria situacionalidade, na medida em que, desafiados por ela, agimos sobre ela de forma crítica. Os homens são porque estão em situação. Pensá-la é pensar a própria condição de existir.

O controle social passa a ir além da luta pela garantia de um direito adquirido, pela potencialidade e criatividade dos usuários, reais conhecedores das necessidades e parceiros na elaboração da política. Reivindicar direitos implica questionar a gramática social e estatal de exclusão e propor uma mais inclusiva.

Procurar desenvolver uma cultura de participação da sociedade na atual estrutura mundial é um trabalho árduo, significa atuar contra o individualismo possessivo e mercantilista que o neoliberalismo tem implementado. A globalização também atua como ameaça à

---

---

democracia por alimentar a tensão permanente entre a prática política de movimentos populares e associações civis e os obstáculos criados pela institucionalidade com sua tendência de fazer prevalecer suas práticas.

Para *Política Pública* adotamos a definição de PEREIRA (2000): “...*linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei.*” É através das políticas públicas que os bens e serviços são distribuídos ou redistribuídos, de acordo com as demandas da sociedade. Interessava ao debate do IV Seminário Nacional buscar formas de construir relações de reciprocidade e antagonismo entre as esferas envolvidas, ou seja, Estado e sociedade civil.

A Constituição Federal de 1988 permitiu a incorporação de novos elementos culturais da sociedade, abrindo espaço para a prática da democracia participativa. O processo representou, no plano jurídico, a promessa de afirmação e extensão dos direitos sociais, ao estabelecer mecanismos de democracia direta como plebiscitos, referendos, projetos de iniciativa popular e conselhos de gestão setorial.

Analisando a conclusão da pesquisa de Moisés (1995) é possível perceber que o Brasil vem passando por um processo de transformações democráticas da estrutura, acompanhado por mudanças na cultura política da população. Os segmentos que não participam ou participam de maneira muito superficial da vida política não compreendem o sentido destas transformações. A educação é apontada como possibilidade de preparação para o exercício da cidadania e, entre os pesquisados, os segmentos com menos acesso a este direito têm mais dificuldade de informar-se e decidir-se frente às alternativas que lhes são apresentadas.

Podemos citar três importantes conquistas da cidadania, no mínimo, referentes à questão legal, nos três últimos séculos: no século XVIII, os direitos civis, no século XIX, os políticos e no século XX, os sociais.

### **3 - Planejamento Participativo**

A Mesa 2 teve como tema “O planejamento participativo das políticas públicas”, cuja palestra foi ministrada por Markus Erwin

Brose, de Porto Alegre/RS, que abordou a questão enfocando que o controle social aparece inscrito na Constituição do Brasil (1988) com o sentido de participação da população na elaboração, implementação, fiscalização e avaliação dos resultados alcançados pelas políticas públicas.

A participação requer oportunidades igualitárias de acesso à informação e de capacitação, para que as discussões sejam feitas entre pessoas com entendimento claro das questões, para a construção de alternativas e decisões que contribuam para o avanço coletivo. Se a informação é imprescindível no processo de democratização, cabe ao poder público investir no acesso à mesma, na sua difusão e inteligibilidade, ou seja, garantir que a informação disponível seja informação acessível e não tão técnica, que não possa ser compreendida pela população. *“...o instrumento de poder mais importante da burocracia é transformar as informações oficiais em informações sigilosas, usando o conceito de sigilo profissional. Em última instância, um método para segurar a administração contra qualquer controle.”* (WEBBER, 1993, p. 73)

A importância da participação é reconhecida pela maioria dos autores e mesmo governantes, o que parece ser questionado é sua viabilidade técnica e as formas de operacionalização, dada a magnitude, complexidade e burocratização dos sistemas políticos contemporâneos. Surge, então, a necessidade de criar e institucionalizar procedimentos democráticos viáveis. Pode-se sugerir, como proposta de roteiro para um planejamento participativo partir do diagnóstico ou estudo da realidade, avançar para o estabelecimento da situação desejada, a elaboração do plano de ação, a gestão coletiva das políticas públicas e a avaliação. Especificando um pouco cada passo:

### **3.1. - Diagnóstico ou Estudo da Realidade**

Elaborar um diagnóstico é identificar e analisar a situação do esporte e lazer na cidade, caracterizar os principais problemas que a população vive no cotidiano, explicar suas causas, perceber os efeitos, no sentido de definir formas de intervenção capazes de mobilizar o apoio da sociedade e alcançar impacto na realidade social.

Para que a atuação obtenha êxito, deve estar profundamente

---

---

enraizada no conhecimento da realidade, das necessidades e aspirações da população. Ao caracterizar e analisar a situação atual, é possível planejar sua transformação, definir quais problemas se pretende resolver, considerando insatisfações, demandas e expectativas dos envolvidos. Quanto maior o número de informações e pontos de vista, maior será a capacidade de identificar e analisar os problemas e as demandas.

A participação da comunidade em geral e dos profissionais da área amplia a percepção sobre as situações que serão enfrentadas, pois traz o olhar de quem vive e sente as necessidades e os problemas.

Para realizar o mapeamento da realidade pode-se optar por: pesquisas de opinião, consultas a censos, levantamentos dirigidos à população; criação de espaços de diálogo com diversos setores e com pessoas que atuam na área; consulta aos órgãos públicos e setores com atuações afins; informações disponíveis em estudos realizados por IBGE, IPEA, Ministérios do Esporte, Saúde e Educação, UNICEF, organismos estaduais, universidades e institutos de pesquisa; resoluções de conferências e plenárias temáticas.

Um estudo da realidade bem formulado, que soma capacidade de equipe, qualidade das informações disponíveis e ferramentas adequadas para sua organização, significa uma base sólida para construir o plano de ação.

## **3.2. - Estabelecimento da Situação Desejada e Elaboração do Plano de Ação**

Construir a ponte entre o presente e o futuro, entre a situação atual e a situação desejada, é o que tem sido chamado de estabelecer a visão de futuro, que serve de ponto de partida para a elaboração de programas e ações.

Considerando a impossibilidade de o poder público atender todos os interesses e necessidades e solucionar todos os problemas é preciso priorizar, ou seja, selecionar e ponderar onde serão focadas ações para alcançar a nova situação desejada, levando em conta as condições técnicas, os recursos humanos e financeiros disponíveis. Esse é o momento em que a clareza da proposta política que se acredita e se busca efetivar é decisiva para garantir a tomada de decisão e chegar no que chamamos de inversão de prioridade e/ou discriminação solidária.

Ao identificar os problemas, compreender suas causas e definir prioridades, caminha-se para dimensionar as soluções desejadas, expressar a mudança que se pretende obter na situação, apontada pelo problema ou necessidade, construir a nova situação traduzida no planejamento, por meio do conjunto de programas, projetos e atividades, necessários para tornar a realidade o compromisso assumido.

Os programas que compõem o plano devem, sempre que possível, reunir, articular e integrar ações entre os diversos setores diretamente envolvidos, refletindo o processo de participação e integração intersetorial do planejamento, não se resumindo à somatória das intervenções dimensionadas em cada uma delas.

A relação entre planejamento e prática não é simples. O que se propõe em um plano nem sempre é viável de início. Um bom planejamento é aquele capaz de perceber os pontos de inviabilidade e construir possibilidades, quando for o caso.

No processo de planejamento é importante mobilizar e gerenciar todos os recursos necessários para qualificar um programa, tais como:

- Políticos: credibilidade, capacidade de negociação, influência, poder de deliberação, envolvimento com as ações gerais de governo, capacidade para ouvir e formar opinião.
- Organizativos: capacidade para coordenar processos, agilidade, eficiência operacional.
- Cognitivos: conhecimentos acumulados, capacidade de elaboração, de buscar e lidar com informações, de inovar e/ou estabelecer interlocução com especialistas.
- Econômicos/orçamentários: realidade financeira, dotação orçamentária, capacidade de endividamento, capacidade de remanejamento.

### **3.3. - Avaliação**

Para avaliar o estágio de consolidação de um plano é preciso refletir sobre as informações e indicadores levantados a cada etapa, buscando identificar o que foi planejado e realizado, o planejado mas não realizado, e o não-planejado, mas que foi realizado.

Caracterizar o quanto se avançou com os resultados já atingidos,

---

---

os prejuízos causados e a necessidade de novas ações. Todos estes aspectos devem ser levados em conta no momento em que, com base na avaliação e em uma nova análise da realidade, forem definidas as ações para o próximo período.

A capacidade do setor de ampliar a adesão de grupos sociais, conseguir o apoio de outros níveis de governo e conquistar reconhecimento público depende do sucesso das ações praticadas para enfrentar os problemas, coletivamente definidos como prioritários. A realização de avaliações coletivas dá transparência à ação da gestão, possibilita compartilhar avanços, dificuldades e responsabilidades, mostrando a seriedade e compromisso de seus integrantes.

Um plano bem sucedido não é necessariamente aquele em que 100% das ações foram realizadas exatamente como planejado, mas aquele pelo qual se chega aos resultados esperados, mesmo que por caminhos diferentes dos previstos. Assim, é preciso acompanhar com cuidado os indicadores, aperfeiçoar e monitorar as ações, atualizar periodicamente a análise feita e promover estudos mais detalhados sobre a viabilidade.

#### **4 - Gestão Coletiva nas Políticas Públicas**

O tema “Gestão coletiva nas políticas públicas de esporte e lazer” foi pautado na Mesa 3, por Cláudia Regina Bonalume, Secretária Municipal de Esporte e Lazer de Caxias do Sul/RS e Fátima Macapá, Coordenadora de Esporte e Lazer da Prefeitura de Belém/PA. As palestrantes enfocaram que uma política de esporte e lazer é feita por diversos atores os quais, no dia a dia, desenvolvem inúmeras ações voltadas ao público diretamente ligado a elas. Cada uma dessas iniciativas tem seu mérito e precisa ser valorizada, respeitando-se o papel, a ideologia e o espaço.

No intuito de garantirmos a participação e a construção coletiva, temos a ação comunitária como alternativa imprescindível para dar ao esporte e ao lazer um tratamento especial, que priorize a participação ativa da população e, sobretudo, valorize as manifestações esportivas de nossa cultura, buscando ampliá-las qualitativamente e garantir a apropriação de sua prática, de sua assistência e de seu conhecimento.

A inserção de sujeitos coletivos no processo de

construção/realização transforma o lazer em veículo e objeto da cidadania, conquista e vivência do espaço público compartilhado, quando permite aos mesmos desvelar condições possíveis para superar a visão de lazer como produto de consumo, meio de conformismo e instrumento de alienação.

A ação comunitária é uma alternativa operacional nas políticas de lazer, entendida como esforço de mobilização, organização e capacitação da população, em busca da co-gestão entre grupos comunitários e o poder público, na prática de lazer e, conseqüentemente, da autonomia. Para que essa ação gere as transformações desejadas, é preciso valorizar a participação consciente, crítica e criativa do sujeito no lazer. Esse processo geralmente passa por três etapas: a primeira é a de despertar a consciência para a necessidade de mudança; a segunda transformar a necessidade em disposição e ação propriamente dita e, como terceiro passo, provocar mudanças cognitivas, de ação, de comportamento e, enfim, de valores.

Podemos apontar como pontos chave do trabalho comunitário: confiança mútua, clareza nos objetivos e disponibilidade de trabalhar com a comunidade e não para ela. Assim, uma alternativa de ação comunitária leva em conta a necessidade do conhecimento da realidade, dos interesses e aspirações de determinada população; a participação efetiva desta população no planejamento, organização, realização e avaliação das ações e a integração com órgãos e instituições.

Mais do que oferecer programas e atividades, uma política pública precisa criar condições para que o lazer passe a ser um valor indispensável na vida das pessoas, mudando a qualidade dessa vida, e fazendo com que a população passe a buscar este direito, junto ao poder público.

Uma política municipal de esporte e lazer é feita por diversos atores, que não devem ser vistos como concorrentes e sim como complementares, uma vez que, no dia a dia, desenvolvem inúmeras ações voltadas aos cidadãos. Cada uma dessas iniciativas tem seu mérito e precisa ser valorizada, respeitando-se o papel, a ideologia e o próprio espaço.

É imprescindível que existam mecanismos que permitam à população intervir continuamente nos processos decisórios. Encontramos na literatura defesas de que cidadãos informados e que

---

---

disponham de alternativas institucionais de participação ativa encontram-se em melhores condições de instruir e/ou responsabilizar os seus representantes.

Quando se busca construir governos dotados de autoridade para gerar políticas públicas necessárias, três aspectos são apontados como principais:

*“em primeiro lugar a importância da construção da autoridade de pública, necessária para que os governos democráticos sejam eficazes e, ao mesmo tempo, efetivos em suas iniciativas; em segundo lugar, o reconhecimento de que sem autonomia e especialização de suas distintas esferas de decisão essa autoridade funciona mal ou não funciona; e, em terceiro, a necessidade de institucionalizarem-se mecanismos capazes de assegurar que o processo de tomada de decisões, nas democracias, tenha meios para contornar os bloqueios que, episodicamente, se armam a sua frente.”*

(MOISÉS, 1995, pg 75)

Instituições como associações, ligas e clubes podem e devem ser parceiras na luta pelo controle social das políticas públicas de esporte e lazer, com a intenção de criar mecanismos que contribuam com o objetivo de representar os interesses populares e de ampliar os processos de participação nas decisões referentes às políticas públicas. Citamos alguns exemplos que contribuem com estas metas:

#### **4.1. - Conselhos de Políticas Sociais e de Direitos**

Diferentes formas de organização de conselho estão em curso atualmente no Brasil, revelando pressões em busca de novos canais de participação da sociedade civil na coisa pública. Como espaço político por natureza, que congrega representações diversas e, por vezes, antagônicas, o conselho se constitui em espaço de disputa, discussão, negociação e conflito, combina participação direta com participação através de representantes. Visto dessa forma, o conselho permite a ampliação dos mecanismos de soberania popular e a diminuição da delegação de poder.

Conselho: espaço tenso em que diferentes interesses estão em disputa. É pautado pela concepção de participação social com base na universalização dos direitos e na ampliação do conceito de cidadania, é uma forma de controle exercida pela sociedade através da presença

e da ação organizada de diversos segmentos.

Por serem espaços de participação e controle democrático, os conselhos não devem ser confundidos com instâncias governamentais, nem assumir a função de executores das políticas públicas, em substituição à competência governamental. Vinculados à máquina estatal devem operar através da participação, com poder de planejamento e decisão.

*“Os conselhos são espaços de interação que se caracterizam por um tipo de distribuição de poder justificada pela realização de uma tarefa comum, de interesse comum, para o aprimoramento de uma responsabilidade comum.”*

(Costa, *apud* BRAVO & PEREIRA, 2002)

## **4.2. - Conferências:**

São eventos realizados periodicamente para discutir as políticas públicas, em cada esfera e propor diretrizes de ação. Suas deliberações devem nortear a implantação destas políticas e podem influenciar, inclusive, as discussões dos conselhos. São momentos privilegiados de avaliação da política e construção da agenda participativa a ser implementada pelos governos. Contribuem para a definição das diretrizes e princípios, definidos em forma de resoluções a serem implementados pelo executivo e pela própria sociedade civil.

## **4.3. - Orçamento Participativo (OP):**

O processo do orçamento participativo tem por princípio básico a discussão e decisão coletiva dos investimentos públicos. É uma das principais formas de democracia direta. Para tal, é preciso que quem está no governo tome a iniciativa de abrir mão de prerrogativas de poder que até então lhe eram exclusivas, em favor das formas de participação. É a sociedade política decidindo por ampliar a participação pela transferência e devolução de deliberação de prerrogativas decisórias, até então sob sua única responsabilidade.

A experiência do OP configura um modelo de co-gestão, ou seja, um modelo de partilha do poder político mediante uma rede de instituições democráticas orientadas para obter decisões por deliberação, por consenso e por compromisso.

---

---

SANTOS (2002) aponta três principais características do orçamento participativo:

*(1) participação aberta a todos os cidadãos sem nenhum status especial atribuído a qualquer organização, inclusive as comunitárias; (2) combinação de democracia direta e representativa, cuja dinâmica institucional atribui aos próprios participantes a definição das regras internas; (3) alocação dos recursos para investimentos baseada na combinação de critérios gerais e técnicos, ou seja, compatibilização das decisões e regras estabelecidas pelos participantes com as exigências técnicas e legais da ação governamental, respeitando também os limites financeiros.*

Dentro do processo do Orçamento Participativo podem ser realizadas as plenárias temáticas, nas quais governo e população discutem e deliberam a respeito de temas ou determinadas políticas públicas mais específicas, impulsionando o processo democrático, por aprofundarem a discussão acerca das carências e necessidades destas para a sociedade em geral.

#### **4.4. - Congressos da Cidade ou Congressos Constituintes**

Consistem em um esforço para pensar a cidade como um todo, com a participação direta dos cidadãos e/ou através de seus representantes. Têm como principal objetivo articular os mais diversos setores sociais para planejar o futuro, dialogando com a sociedade, aprofundando a democracia e ampliando os espaços de debate para o âmbito da cidade, estado ou país como um todo. Os congressos geralmente vêm sendo realizados como culminância e integração geral de todos os canais de participação e discussão, definindo o modelo de cidade, estado ou país que se quer construir.

### **5 - A Participação na Política Nacional de Esporte e de Lazer**

A conferência de encerramento do evento foi ministrada pelo então Secretário Executivo do Ministério do Esporte Orlando Silva Júnior, que pautou a realização da I Conferência Nacional do Esporte, em fase de realização das etapas regionais e estaduais, cujas

resoluções serviriam de base para a elaboração da Política Nacional do Esporte, a ser aprovada pelo Conselho Nacional de Esporte. Destacou ações do Governo Federal no sentido de tratar o esporte e lazer como políticas concretas, com foco na inclusão social, entre elas os Programas “Segundo Tempo” e “Esporte e Lazer da Cidade”.

Os principais objetivos e diretrizes de ação do Governo Federal, na área de esporte e lazer tratam como questões fundamentais a democratização do acesso a esses direitos, a formação de uma rede de cooperação com outras esferas do governo e da sociedade, a busca da diversificação do financiamento para o esporte em todas as suas dimensões. Tratam-se de medidas efetivas de democratização e da prática do controle social.

Cabe uma breve análise do processo de democratização instaurado no Brasil com o fim do regime militar. A década de 80 foi extremamente contraditória para o País. Configurou um período de aprofundamento das desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, foi palco de avanços democráticos sem precedentes na história da política brasileira. A sociedade vivenciou um processo de democratização política, acompanhado de uma profunda crise econômica, que persiste até hoje. A década ficou marcada pela participação como fato inédito na história. Movimentos sociais e populares criaram e ampliaram o espaço público e a democracia assumiu um lugar central no campo político a partir deste período.

Pensar e discutir políticas públicas de esporte e de lazer no Brasil é fato um tanto recente, gerado, de um lado pelo crescimento das possibilidades de consumo de bens e serviços, e de outro pela organização da sociedade civil (terceiro setor) e do poder público (com o surgimento de administrações populares e progressistas), que passam a reconhecer a necessidade de assegurar o direito constitucional ao lazer e suas possibilidades de atuação no plano cultural.

A Constituição Federal de 1988 passou a tratar do lazer no Título II, Capítulo II, Artigo 6º, como um dos direitos sociais. O tema é geralmente pautado quanto à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Seção III, Do Desporto, no Artigo 217, no 3º e último parágrafo do item IV – “O Poder Público incentivará o lazer como forma de promoção social”. Cabe salientar que, apesar de tratar-se de um grande avanço, ainda percebe-se um forte caráter assistencialista, utilitarista, descomprometido e um tanto restritivo – restringe o lazer

---

---

ao conteúdo esportivo - no texto da Constituição.

Com a intensificação do debate a respeito das políticas públicas, especialmente de cunho social, como o esporte e o lazer, dá-se início ao questionamento acerca do padrão histórico que caracterizou a implementação das mesmas até então (seletivo, fragmentado, excludente e setorizado), bem como da necessidade de democratização dos processos decisórios.

Com relação à descentralização das políticas públicas, importantes dispositivos foram definidos no sentido da criação de um novo pacto federativo. O município passou a ser tratado como ente autônomo da federação, transferindo-se, para o âmbito local, novas competências e recursos públicos com o objetivo de fortalecer o controle social e a participação da sociedade civil nas decisões políticas. Áreas como educação, saúde e assistência social já garantiram importantes conquistas neste sentido, uma vez que com a Constituição veio a regulamentação desta participação.

A história do esporte e do lazer acompanha a história da sociedade e, no caso do Brasil e do esporte, com forte presença do Estado brasileiro em suas questões. Além dos aspectos legais ocorridos no século XX, o processo de urbanização vivido pela sociedade brasileira no mesmo período, criou necessidades e levou a população a começar a reivindicar, junto aos governantes, políticas públicas de esporte e lazer.

## **6 - O Seminário, os Pôsters e os Relatos de Experiências**

Como parte significativa do Seminário, por permitir a troca de experiências, de idéias e de conhecimentos, destacaram-se relatos e pôsters em temas agrupados entre: ludotecas como espaços de brincar; programas sistemáticos que garantem o direito de acesso ao esporte e ao lazer; a gestão participativa nas políticas de esporte e lazer; a co-gestão no gerenciamento dos espaços e equipamentos de esporte e lazer; o esporte e o lazer como facilitadores de inclusão social; e formas de controle social das políticas públicas.

A Comissão Científica do evento, organizada pela Faculdade da Serra Gaúcha, recebeu 76 trabalhos para serem avaliados e selecionados para pôsters, além dos diversos relatos que foram apresentados à plenária, nos temas acima referidos.

Para a realização da IV Edição do Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul contou com a parceria do Ministério do Esporte, da Faculdade da Serra Gaúcha e o apoio do Hotel Intercity, da Milletour Agência de Turismo e da Imprensa local. O custo de realização do evento foi de R\$ 23.233,62 (vinte e três mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta e dois centavos). Cabe mencionar que estes custos não incluem a infra-estrutura disponibilizada pela Prefeitura e parceiros. No encerramento das atividades, Recife foi escolhida a próxima cidade sede do Seminário Nacional.

## **Considerações Finais**

O evento foi avaliado, pelos participantes pelo preenchimento de um instrumento, quanto aos quesitos: objetivos do Seminário, conteúdos das mesas de debate e relatos, sessão de pôsters e quanto a organização, obtendo-se os seguintes resultados:

- quanto aos objetivos: 28% ótimo 40% muito bom 31% bom 1% ruim
- quanto aos conteúdos das mesas: 47% ótimo 26% muito bom 22% bom 5% ruim
- quanto à sessão de pôsters: 42% ótimo 34% muito bom 21% bom 3% ruim
- quanto à organização: 78% ótimo 25% muito bom 15% bom 2% ruim

Qualitativamente pode-se afirmar que os principais resultados obtidos foram a discussão ampla das diretrizes de políticas públicas em esporte e lazer, além de elementos gerais para o planejamento das gestões públicas; o aprofundamento da questão da participação da comunidade nas decisões do governo, para qualificação das políticas públicas de esporte e lazer nas cidades comprometidas com a inclusão social; a troca de experiências entre o poder público, universidades e a comunidade; e a integração entre os participantes.

A democratização do Estado exige abertura de canais de participação acompanhados pela crescente organização da sociedade civil e de sua apropriação dos diversos espaços de discussão. Para que isso ocorra é imprescindível a consolidação de modelos de gestão que combinem democracia direta com democracia

---

---

representativa, eficiência administrativa e qualificação dos serviços públicos.

Pelo que foi apontado e observando-se o dia a dia da construção, implementação, fiscalização e avaliação das políticas públicas de esporte e lazer, é possível afirmar que, apesar dos avanços contidos na Constituição Federal de 1988, se não houver intensa mobilização da sociedade civil, desde a escolha de seus representantes, até a busca da construção de canais diretos de participação, o controle social sobre as políticas públicas permanecerá muito restrito.

Para alterar a tendência histórica de subordinação da sociedade civil ante ao Estado, é preciso que se permita e se estimule a atuação da população como interlocutora, dotada de representatividade e legitimidade, no processo de encaminhamento e tomada de decisões. Trata-se da construção de uma nova cultura política que consolide a participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas em geral.

As experiências de controle social precisam permitir a aprendizagem fundamental de uma dada consciência democrática de valorização da participação ativa, que ajude e/ou estimule os governos a voltarem-se para os interesses dos setores populares, socialmente construídos. Trata-se da reconstrução do Estado enquanto pacto de poder, avançando da tradição autoritária para uma concepção democrática de esfera pública.

*“É a devolução da palavra e da ação a quem a história sonheou o direito de constituir-se como sujeito na sociedade brasileira.” (RAICHELIS, 2000)*

## **Referência Bibliográfica**

BONALUME, Cláudia R. *Políticas públicas de esporte e lazer em Caxias do Sul: uma vivência construída coletivamente*. In Revista Participe, 5, nº 8/9, 2005, Ed. Unijuí, Ijuí.

COSTA, Vanda M. Ribeiro. Teoria democrática e conselhos de política social. In: BRAVO, Maria Inês & PEREIRA, Potyara A. P., (org.) Política social e democracia. RJ: Ed. Cortez/UERJ, 2002.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. SP: Ed. Perspectiva, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. *Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazer a melhor através da ação*. In BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste no conservador e alternativa democrática. In GENTILLI, Pablo & SILVA, Tomaz T. Neo-liberalismo, qualidade total e educação. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 31-92.

\_\_\_\_\_. Educação e crise do capitalismo real. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 231.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Org. *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. *Capacitação de animadores sócio-culturais*. Campinas, UNICAMP, FEF, DEL; Brasília: DF: MED, SEED, PFDC, 1994.

MOISES, J.A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ed Ática, 1995.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica do mínimos sociais*. SP: Ed. Cortez, 2000.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. 2ª ed. Revista SP, Ed Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza (org) *Democratizar a Democracia, os caminhos da democracia participativa*. RJ: Civilização Brasileira, 2002.

WEBBER, Max. *Parlamento e governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos*. Petrópolis: RJ, Ed. Vozes, 1993.

IV SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E DE LAZER – Anais – Caxias do Sul, RS, 2004.

# **V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer - a Prefeitura do Recife Contribuindo Para o Debate Nacional e Histórico**

Katharine Ninive Pinto Silva  
Jamerson Antonio de Almeida da Silva  
Raphael José D'Castro  
José Nildo Alves Caú  
Renata Christiane Salgues Lucena Borges  
Fátima Maria de Souza

## **Introdução**

O Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer reúne, anualmente, gestores, profissionais e pesquisadores do setor para socialização e avaliação das experiências inovadoras realizadas em âmbito local e nacional.

Em 2004, durante a realização do IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, pela Prefeitura de Caxias do Sul/ RS, nosso Prefeito João Paulo Lima e Silva, em seu primeiro mandato na Prefeitura do Recife, foi convidado a realizar uma Conferência importante na programação de tal encontro, devido ao trabalho que vinha desenvolvendo no setor de Esporte e Lazer e devido também ao investimento realizado na Formação da Equipe Gestora e Docente vinculada ao setor, cuja participação neste evento era um exemplo de tal investimento.

Sendo assim, as experiências dos Círculos Populares de Esporte e Lazer implantadas em todo o Recife pelo Prefeito João Paulo foram apresentadas em Caxias do Sul (RS), no período de 21 a 24 de abril de 2004, durante o IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer.

Neste evento, cujo tema geral foi a ***Participação Popular: governo e população partilhando o poder da decisão***, João Paulo participou de uma Mesa Redonda, juntamente com o prefeito de Caxias do Sul a época, Gilberto Pepe Vargas, abordando o tema ***Democracia Participativa***.

Além da participação do Prefeito do Recife na programação deste evento, a Prefeitura enviou uma delegação composta por 30 pessoas relacionadas ao Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer, dentre gestores, professores e monitores. Todos envolvidos na

apresentação de trabalhos na forma de Comunicações Orais e Pôsters.

Esta delegação recifense foi responsável pela participação em todas as oito mesas de trabalhos, socializando as experiências desenvolvidas em Recife e discutindo o Planejamento Participativo das Políticas Públicas; Gestão Coletiva; Metodologia Participativa na Construção das Políticas; Inclusão Social através do Esporte e do Lazer desenvolvidas em rede no Brasil.

A participação da delegação recifense estendeu-se também ao Encontro de Gestores Públicos Estaduais e Municipais, programação realizada simultaneamente ao seminário.

Tamanha a importância da participação da delegação recifense no IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer em Caxias do Sul, que a Diretoria Geral de Esportes, vinculada à Secretaria de Turismo e Esportes no primeiro mandato do Prefeito João Paulo, assumiu a responsabilidade de realizar a quinta versão do evento, em 2005. Contou com apoio fundamental da ONG Instituto Tempo Livre para garantir não só o apoio à realização do evento, como sua própria realização caso não houvesse a recondução do Prefeito João Paulo à Prefeitura do Recife, através do pleito eleitoral daquele mesmo ano.

Sendo reconduzida com votação expressiva, em primeiro turno, a gestão municipal petista confirmou a avaliação positiva da população e pôde dar continuidade aos projetos iniciados na primeira gestão. A Política Municipal de Esporte e Lazer do Recife migrou para ser realizada pela Autarquia Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, órgão de Administração Indireta vinculado à Secretaria de Educação, Esportes e Lazer, dando continuidade e ampliando os projetos do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer.

Buscando superar a perspectiva de “capacitação” em serviço, comumente desenvolvida em órgãos públicos ou privados, a Prefeitura do Recife, através da Autarquia Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães busca realizar uma Formação Continuada enquanto espaço/ tempo de planejamento/ avaliação sistemático da Política Municipal para o setor, considerando ser este um processo fundamental de Organização do Trabalho dos Projetos e Ações.

A Formação Continuada de Trabalhadores em Lazer realizada no Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer se dá sob a forma de Círculos de Cultura, com a participação efetiva e a construção coletiva dos sujeitos que fazem parte do processo, possibilitando as condições

---

---

para a criação de um processo educativo emancipatório, tendo em vista atuar na organização social, a partir de uma intervenção de caráter político-pedagógico e do desenvolvimento de possibilidades criativas de acesso ao esporte e lazer. Portanto, a Formação Continuada deverá estar pautada nos mesmos princípios que regem a Política Pública e do desenvolvimento de possibilidades criativas de acesso ao esporte e lazer. Portanto, a Formação Continuada deverá estar pautada nos mesmos princípios que regem a Política Pública que está sendo desenvolvida.

Sendo assim, como a preocupação com a Formação Continuada, é importante considerar que “onde está o trabalho em um tipo de sociedade (...) está a educação” (Mészáros, 2005:17). Portanto, para que possamos contribuir possibilidades de autodeterminação (autogestão, auto-organização e auto-educação).

Mészáros (2005), traz elementos fundamentais sobre esta questão ao tratar da *alienação das mediações de segunda ordem* (Estado, Mercado e Trabalho), sem as quais o capital não seria hegemônico e não sobreviveria nem ao menos uma semana. Para o autor, a alternativa seria, portanto, “... a *automediação*, na sua inseparabilidade do *autocontrole* e da *auto-realização* através da liberdade substantiva e da igualdade, numa ordem social reprodutiva conscienciosamente regulada pelos indivíduos associados” (p. 72). Ainda o mesmo autor sintetiza: “A 'auto-educação de iguais' e a 'autogestão da ordem social reprodutiva' não podem ser separadas uma da outra. A autogestão – pelos produtores livremente associados – das funções vitais do processo metabólico social é um empreendimento *progressivo* – e inevitavelmente *em mudança*” (p. 74).

A realização de Eventos de caráter formativo e o incentivo à participação de todos os trabalhadores envolvidos no Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer nestes e em outros eventos são elementos fundamentais da Formação (Educação) Continuada realizada pela Autarquia Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães. Desta forma, tanto a participação no IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, quanto à responsabilidade pela realização do V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer são elementos desta organização da Política de Formação adotada pela Prefeitura do Recife no setor de esporte e lazer.

Logo no primeiro ano do segundo mandato do Prefeito João Paulo (2005-2008), a Prefeitura do Recife, através da Autarquia Ginásio de

Esportes Geraldo Magalhães, em co-realização com a ONG Instituto Tempo Livre, deu consequência ao compromisso firmado em 2004 de realizar a quinta versão do Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer.

Nessa quinta versão, o evento teve como objetivo central **AVALIAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE ESPORTE E LAZER**, com o intuito de sintonizar diferentes sujeitos políticos na luta pela consolidação do esporte e do lazer como direitos sociais.

Para oportunizar a diversificação do debate e a ampliação da participação, foram criados cinco eixos focalizando temas fundamentais na discussão sobre políticas públicas de esporte e lazer na atualidade, para os quais os participantes encaminharam os seus trabalhos que foram publicados na íntegra em CD ROM e no site do ITEL ([www.itel.org.br/seminário](http://www.itel.org.br/seminário)).

A cidade do Recife, terra do frevo, do maracatu e de importantes lutas libertárias para o nosso país, no período de 10 a 14 de agosto de 2005, foi o palco desse evento que vem ao longo dos anos se constituindo como espaço de construção do esporte e do lazer voltados para o processo de emancipação humana.

Participaram do V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, realizado no período de 10 a 14 de agosto de 2005, no Centro de Tecnologia da UFPE (Recife/ PE), 318 pessoas, entre estudantes, pesquisadores, gestores e professores de todo o país. Esta quinta versão do Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer ampliou a participação, através da criação de cinco eixos temáticos: Financiamento do Esporte e Lazer; História da Política Brasileira de Esporte e Lazer; Política Nacional de Esporte e Lazer; Políticas Locais de Esporte e Lazer. Houve também um grande investimento na sistematização e socialização do conhecimento através da publicação dos 81 trabalhos aprovados em CD Rom.

## **1 - O V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer – Avaliação da Política Brasileira de Esporte e Lazer**

Tendo como objetivos avaliar e socializar as políticas públicas de esporte e lazer realizadas pelas Prefeituras, Estados e no âmbito do Governo Federal; garantir o planejamento e a discussão de ações conjuntas pelos gestores das políticas públicas realizadas no setor de

---

---

---

esporte e lazer e socializar as ações e projetos dos Círculos Populares de Esporte e Lazer, através de apresentações de trabalhos, exposição de fotos e da exibição de vídeos, o V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer contribuiu para o debate nacional histórico no setor e potencializou o trabalho realizado na Prefeitura do Recife, promovendo espaço importante na formação dos trabalhadores vinculados ao Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer.

Na sessão de abertura, estiveram presentes a Secretária de Educação da Prefeitura do Recife, Maria Luíza Aléssio, representando o Prefeito João Paulo; o Diretor-Presidente da Autarquia Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, Jamerson Almeida e representantes da ONG Instituto Tempo Livre, da Associação dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer e do Banco do Brasil.

O Presidente da Asmel, Júlio Filgueiras, destacou que “é recente uma postura de perceber os esportes e o lazer como de suma relevância para o desenvolvimento social. Só agora temos uma estrutura ministerial completa destinada aos esportes e ainda é grande a luta entre os municípios. Por isso é oportuno o momento em que se realiza este seminário”.

A cerimônia de abertura do evento contou também com a apresentação do Grupo de Dança Forrobodó que já começou demonstrando, com seu caráter lúdico, a importância de atividades corporais para a socialização e inclusão, valorizando elementos da cultura local, capazes de gerar identificação popular. Na seqüência, após a conclusão da Conferência de Abertura, apresentaram-se também a bailarina de frevo Flaira Ferro e o Coral da Chesf.

A Conferência de Abertura, com o tema ***A crise do capitalismo real e o papel das políticas democrático-populares***, ministrada pelo Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto, hoje professor titular da UERJ, discorreu sobre o problema da democracia, situando a questão em relação ao como qualificar para muitos. Sobre essa questão, situou Recife enquanto uma cidade que vem trabalhando massivamente na democratização da política pública em esporte e lazer.

Em seguida, levantou questões em relação ao processo de mercantilização do corpo operado pelo capitalismo. Levantou também questões em torno do socialismo e do capitalismo, considerando que, apesar da queda do muro de Berlim, o socialismo

---

---

não fracassou. Porém considera que o projeto socialista ainda não está maduro para o Brasil. Por outro lado, pergunta o conferencista: 1) O que é a crise do Capitalismo Real? 2) Quais os projetos para sua superação? 3) Qual a política pública que orienta os projetos? Em relação a essas questões, considera que o socialismo se faz no esgotamento das contradições do capitalismo, isto é, a partir de sua crise. O capitalismo surge como igualdade, liberdade e fraternidade, enquanto estratégia de liberdade e fraternidade, enquanto estratégia de marketing. O capitalismo real encontra a saída da crise na regulação do capital. No entanto, desregulamenta os direitos conquistados pelos trabalhadores. O capitalismo perde sua capacidade civilizatória, então só existe direito, se existir política pública. O direito então passa a ser na prática e massivo.

Levantou também questões relacionadas ao Tempo Livre, problematizando que numa relação de exploração, o “tempo livre” do desempregado é procurar emprego, portanto, não é livre. O tempo de trabalho também não é livre. O capitalismo não valoriza quem produz. O número de pobres aumenta nos países ricos. Exploração dos bancos, cobra pelo tempo de uso. A educação vive da pedagogia da empregabilidade no país que não tem emprego. Ter o governo não é ser o poder. Não existe a democracia sem política, para tanto precisamos ser sujeitos históricos nessa formação, criando assim mecanismos. Os direitos passam a ser serviço. A educação foi privatizada e privatiza seu pensamento. Onde não há leitura da realidade não há busca por alternativas. O capitalismo valoriza o capital e os indivíduos se fazem a partir dele. O socialismo se constrói na contradição. Temos que fazer políticas compensatórias e emancipatórias.

Concluída a Conferência, durante o debate, questões foram colocadas em relação à desregulamentação do tempo; sobre a possibilidade de realização de políticas que não sejam governamentais e políticas governamentais que não sejam públicas; sobre a necessidade da classe trabalhadora ocupar o espaço do poder público, mesmo sendo contraditório, como forma de acumulação de forças; sobre o hip hop enquanto forma de expressão contra o capitalismo; sobre as parcerias entre o poder público e as OSCIPs e sobre a importância das políticas públicas de esporte e lazer para a transformação social.

De forma a dialogar com estas intervenções, Frigotto discutiu,

---

---

como considerações finais; a questão do poder enquanto uma força que se move muito para além do Estado. O Chile foi exemplo quando quis fazer uma mudança parlamentar. Em relação a esta questão, Frigotto chama atenção para o fato de que não podemos confundir voto com poder. Devemos governar junto aos movimentos sociais, reconhecer os inimigos e não subestimá-los. Devemos também construir alternativas a partir da realidade, para não construirmos o poder. Segundo o palestrante, estamos migrando de um país republicano onde o institucional passa a ser mercado. E o próprio espaço do esporte está muito mais no privado do que no público.

No segundo dia do evento, foi realizada a Mesa Redonda 1 – ***Financiamento do Esporte e Lazer***, com a participação de Cláudia Bonalume (ex-Secretária de Esporte e Lazer da Prefeitura de Caxias do Sul), de Rodrigo Terra e de Júlio Filgueiras (Secretário de Esporte da Prefeitura de Guarulhos).

**Cláudia Bonalume** discutiu a experiência de Financiamento do Esporte vivenciada em Caxias do Sul. Para ela, a área de esporte tem uma grande missão e o seu desafio é exatamente a questão do financiamento. Aponta a intervenção da população como um dos canais mais importantes para a conquista desse financiamento.

Em seguida, apontou alguns elementos referentes ao Fundo Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer. Dentre esses elementos ressaltou o objetivo e os beneficiários desse Fundo. Enquanto objetivo, o Fundo deve prestar apoio financeiro para implementação e/ou ampliação de programas e projetos que visem fomentar e estimular o desenvolvimento do Esporte e do Lazer no Município de Caxias do Sul.

Segundo Cláudia Bonalume, há uma demanda muito grande por parte da população, sendo necessário se estabelecer alguns critérios para que os projetos possam ser aprovados. Este processo, para Cláudia Bonalume, é um processo burocrático, mas importante para a segurança dos gestores. Para tanto, são os critérios gerais: economicidade; universalidade e democratização; indução à geração de atividade econômica e visibilidade pública; priorização de programas e projetos. Para a apresentação de projetos, deve existir um prazo definido.

**Rodrigo Terra** apresentou o trabalho: Financiamento Esportivo: a experiência de Mato Grosso do Sul ( 1999 a 2004). Em 2004 foi criada a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer no governo do

Estado de Mato Grosso. Rodrigo tratou da questão do financiamento apresentando a experiência de criação do Fundo de Investimento no estado, apresentando os marcos regulatórios que garantiram esta criação:

- Conselho Estadual de Desporto (1979);
- Lei Estadual de Incentivo Fiscal às atividades esportivas (1999);
- Sistema esportivo estadual;
- FIE (2001) 11 de setembro – para Rodrigo Terra esse Fundo foi um grande acerto da política;
- Política Estadual para o Esporte e Lazer (2003);

Ressalta que Mato Grosso do Sul é um dos únicos ou o único Estado que tem uma Política para o Esporte e Lazer em lei. Rodrigo esclarece que a Lei de Sistema Esportivo Estadual foi inserida na Política Estadual, coexistindo com o fundo de investimento.

O palestrante reforçou ainda a necessidade de se ter claro as competências/ funções de cada entidade. Quais as competências do Município, Estado, Governo Federal? O Fundo de Investimento Esportivo tem como objetivo viabilizar financeiramente projetos esportivos e de lazer. Sua importância se dá no sentido de ser um instrumento de gestão da Política estadual de esporte e lazer para alcançar as diretrizes de democratização, descentralização e popularização do esporte e lazer:

- Possibilita parcerias estratégicas entre o governo e universidades, Ong's, Associação Comunitária, prefeituras, entidades esportivas e classistas.
- Descentraliza e democratiza o acesso aos recursos públicos, apoiando projetos em todas as regiões do Estado por meio da Rede Comunitária.
- Divisão do Estado em regiões e criação de pólos para reuniões, debates e realização de cursos de capacitação e jogos.
- Permite qualificar as demandas das regiões ao prepará-los em conjunto;
- Descentraliza as decisões de projetos esportivos e de lazer;

**Júlio Filgueiras** procurou abordar uma questão mais geral sobre Financiamento do Esporte, partindo de três pontos importantes:

- 
- 
- Um olhar social do Esporte e Lazer;
  - Sistema Nacional de Esporte e Lazer;
  - Política Nacional de Financiamento.

Dentro do olhar social, Júlio Filgueiras tratou da sociedade. Esse olhar social diz respeito ao Estado, ao papel das Políticas Públicas e da existência de um sistema que assegure universalidade (acesso), integralidade (indivíduo), qualidade (atendimento). Esporte e Lazer como direitos sociais fundamentais dos cidadãos. Esporte e Lazer diretamente associados à qualidade de vida/ promoção da saúde.

Esporte e Lazer podem ser atividades altamente inclusivas socialmente. Para Júlio Filgueiras, a qualidade de vida e a Inclusão devem constituir-se como os pilares das políticas públicas de Esporte e Lazer. A política não pode desprezar o caráter de inclusão social.

Quanto ao Sistema Nacional do Esporte, vimos que as políticas públicas devem estar articuladas entre si e integradas no Sistema Nacional do Esporte e Lazer, conforme deliberação da I Conferência Nacional do Esporte, ocorrida em Junho de 2004. O palestrante ressaltou que sem dúvida o Governo Lula trouxe grandes avanços para a área.

A partir disso apontou as dimensões e objetivos da Política Pública: Esporte não competitivo e lazer; Esporte competitivo; Financiamento; Recursos Humanos e Controle Social. De acordo com Júlio Filgueiras o grande desafio é não só discutir as políticas públicas de financiamento, mas qual é essa política.

Dentre os objetivos apontou:

- Assegurar a permanência e continuidade do Financiamento, atendendo às três esferas: União, Estados e Municípios;
- Assegurar a implementação das Políticas de inclusão de pessoas com deficiência e com necessidades especiais.

Júlio ainda falou da questão da Equipe Multifuncional e Equidade. Que a Política Nacional deve considerar a existência de uma multiplicidade de fontes de financiamento.

A Mesa Redonda 2 – História da Política de Esporte e Lazer, com a participação do Prof. Dr. Victor melo e do Prof. Dr. José Luís de Paiva, aconteceu através das contribuições dos palestrantes no seguinte sentido: **Victor Melo** traz um olhar sobre a história, apontando o século XIX – França/ Brasil/ Rio de Janeiro

Controle e hiperestimularidade (cafés, parques, estádios, teatros) – Capitalismo: cidade para ser consumida e não vivenciada. Em relação a este tema, discute o palestrante que a modernidade trouxe o pequeno burguês. Neste sentido, o lazer significou estratégia social e motivo de políticas públicas sob uma concepção de controle. No Rio de Janeiro do século XIX e XX, o remo foi o primeiro esporte de classe média e em 1901 foi criada a primeira lei de incentivo ao esporte. Durante a palestra relatou a Trajetória de Pereira Passos fazendo ponte com a estrutura adquirida de Paris para modernizar e provocou os presentes com uma reflexão sobre o governo César Maia e a Política de Esquerda. Já **José Luís de Paiva** tratou de trazer a visão do Lazer enquanto mercadoria, considerando que o trato do lazer pelos órgãos públicos se deu de forma restritiva no decorrer dos tempos. O palestrante discute que o lazer passa a ser um direito social a partir da Constituição de 89, mas que ninguém sabe o que fazer com ele. Situa a revista *Licere*, o *Combrace* e o *Enarel* como espaços importantes nas discussões sobre o lazer.

A Mesa Redonda 3, sobre a **Política Nacional de Esporte e Lazer**, contou com a participação do Prof. Dr. Jamerson Almeida, do Prof. Dr. José Roberto Gnecco e do Prof. Roberto Liao. **José Roberto Gnecco** iniciou sua intervenção tratando da gestão de uma organização. Segundo ele, qualquer organização apresenta os seguintes níveis: nível estratégico/ político; gerencial/ executivo e técnico/ profissional. A fala do palestrante traz uma contribuição no nível político. O gestor é uma estrategista que tem como função pensar a política para um campo específico. Levantou algumas questões para discussão: Esporte – lazer x lazer – esporte; Esporte moderno x Esporte “em geral”; Políticas públicas x órgãos públicos; Políticas do setor público x setor privado. Tratou-se do Esporte em geral. Política Pública não é exercida apenas pelo setor público. Não se tem uma definição clara do que seja política pública, mas pouco se discute política pública.

Em seguida o diretor presidente do GEGM **Jamerson Almeida** fez suas intervenções no sentido de superar o ataque que o trabalhador também vem passando dentro da conjuntura atual. Para Jamerson Almeida, estamos em um momento de crise política, mas precisamos ter atitude corajosa e colocar questões que possam iluminar a nossa reflexão, identificando quem são nossos reais inimigos e tentando construir alternativas.

---

---

Estão fazendo um ataque ao trabalhador, ameaçando um projeto muito mais amplo. Nesse sentido apresenta o título do trabalho que será apresentado: “Socializar a máquina programável e conquistar o Tempo Livre”.

Luta pela sociedade da excelência da Revolução Tecnológica. A nossa luta precisa chegar a um ponto de movimento em defesa do Tempo Livre.

Segundo o palestrante, a defesa da Política de Tempo Livre está vinculada à política cultural. “Pensar Esporte e Lazer como política cultural é pensar cultura como organização de consciência que o povo tem de si. Não dá para pensar política cultural sem pensar sobre a base que essa política vai se sustentar. É preciso programar a máquina para que o homem possa ter seu tempo livre para a criação. Redução do tempo de trabalho”. O capitalismo explora o trabalho produtivo através de um processo de terceirização, acarretando menos tempo disponível; menos espaços de lazer; concentração dos meios de produção na mão do capital; expansão do lazer mercadoria e necessidade de responsabilização da população proletária em relação à construção de uma política diferenciada.

O eixo central desse contraponto é a autodeterminação dessas classes populares do setor de esporte e lazer. Devemos deixar claro a nossa posição estratégica, ou seja, quem são os beneficiários da nossa política. Esporte e Lazer numa perspectiva de autodeterminação. O palestrante ainda discutiu sobre a formação de quadros. Existe uma confusão por parte das pessoas se são gestores ou militantes revolucionários.

Segundo Jamerson Almeida, devemos diminuir a distância entre dirigentes e dirigidos. Não existe autodeterminação sem elevação cultural. A autovalorização é um elemento fundamental. Ainda deixa uma indagação: O que o Ministério tem feito nessa linha? É preciso ampliar e conquistar novos direitos numa perspectiva da acumulação proletária.

**Roberto Liao**, representante do Ministério do Esporte, defende que estamos longe do verdadeiro desenvolvimento, porque esse só ocorre quando atinge toda a sociedade. Segundo o palestrante, a política de Esporte e Lazer do Governo Lula deve ser entendida como desenvolvimento humano.

Roberto Liao cita uma referência caracterizando o Governo: O governo Lula é muito além do anterior, aquém do que queremos e

---

---

além do que parece. No índice de desenvolvimento humano ainda não ocupamos uma posição honrosa, mas pretendemos alcançar. Precisamos nos perguntar constantemente a serviço de que projeto societário as políticas estão sendo desenvolvidas. Que projeto histórico de sociedade almejamos?

A Mesa Redonda 4 tratou do tema **Políticas Locais de Esporte e Lazer**, contando com a participação de Cláudia Regina Bonalume, Tânia Maria Sampaio e Eduardo Granja.

Iniciamos o trabalho da Mesa Redonda 4 com a apresentação do professor **Eduardo Jackson dos Santos Granja**, onde abordou a Política de Esporte e Lazer desenvolvida na cidade do Recife. Para fazer sua intervenção em torno da política, Eduardo Granja fez referência à vitória de João Paulo no primeiro mandato municipal. Em seguida, apontou os princípios da gestão e os princípios do Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer. O palestrante situou que a nossa política está estruturada a partir do Programa Círculos Populares, através de várias ações: diálogo permanente com a população; atividades nas comunidades; Esporte do Manguê direcionado ao público juvenil, promovendo espaços de debate e estimulando a participação política desses jovens. Exemplificou a associação dos skatistas e Futebol Participativo que tem um caráter altamente democrático em todo o seu processo e é o maior futebol de várzea do Brasil. Outras ações apontadas foram: animação de parques e praças; requalificação da Aurora e a organização da gestão de equipamentos.

Em seguida, a professora **Cláudia Regina Bonalume** apresentou uma experiência também vivenciada em Caxias do Sul, tendo como título: “Políticas Públicas de Esporte e Lazer em Caxias do Sul: uma vivência construída coletivamente”. Essa política aconteceu no período de 1997-2004 quando ocupava o cargo de gestora.

Cláudia Bonalume abordou inicialmente a ausência de espaços para Esporte e Lazer, espaços estes ocupados para moradia. Cláudia colocou que os esportes que seriam praticados com mais facilidade na região, são caros. Quanto à questão do Tempo Livre, em Caxias do Sul as pessoas pensam em reduzir o tempo de para desenvolver outra atividade para aumentar a renda, mas não para aproveitar esse tempo e realizar um outro tipo de atividade (criação, conhecimento). Para ela, essa concepção aos poucos vem se modificando.

---

---

A política de Caxias do Sul tinha por objetivo investir na possibilidade de construção/ realização humana, estabelecer o contraponto à estrutura social vigente e de reconstruir as normas que regem a realidade social. Os eixos norteadores são: Lazer comunitário; Esporte popular; Eventos; Equipamentos públicos de Esporte e Lazer; Assessoria Comunitária e Financiamento ao Esporte e Lazer.

Existia também uma preocupação com o lazer para PPDs (Pessoas Portadoras de Deficiência) que eram incluídos no trabalho com grupos de convivência. Um outro evento apontado foi o “Caxias do Sol” – Programação de verão. Quanto ao Esporte:

A **Professora Tânia Mara Vieira Sampaio**: Apresentou a Cooperativa de Produção, onde desenvolveu uma atividade de lazer nessa cooperativa. A professora fez uma discussão ampliada sobre a questão das necessidades e desejos, a fim de situar a experiência de um grupo de mulheres vítimas de violência que acabavam sendo castradas das atividades de lazer. Para a professora Tânia, não devemos antepor as necessidades em relação aos desejos. Cita exemplos mostrando que a partir do trabalho com o grupo, percebe que as mulheres vêm de fato “alinhando sonhos e costurando esperanças”.

A Mesa Redonda 5 tematizou a **Formação de Quadros para Esporte e Lazer**, através das palestras do Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino e da Profa. Dra. Katharine Ninive Pinto Silva.

**Nelson Carvalho Marcellino** tratou da questão discutindo que a Formação e desenvolvimento de quadros vem ganhando mais espaço no Brasil devido à expansão do Esporte e Lazer e do aumento de cursos de graduação e pós-graduação de lazer e turismo. Contudo, o palestrante chama atenção para o fato destes cursos têm buscado especializar os alunos.

Segundo o palestrante, na política pública, é necessário que haja formação de quadros, buscando a reversão do processo colocado pela indústria cultural. As universidades não estão preparando os alunos para reverter essa situação. Chama atenção para o fato de que estamos tratando de políticas públicas setoriais: Esporte e Lazer. Na verdade, estamos tratando de um dos componentes: formação e desenvolvimento de quadros. Não é uma política de eventos e sim de animação cultural. O lazer precisa ser tratado de forma intersetorial.

**Katharine Nínive** considerou em sua palestra a Formação de

---

---

Trabalhadores em Lazer: por uma educação para o tempo livre; a necessidade de construir Política Pública a partir da sistematização e análise destas pesquisas; do método da pesquisa-ação e do lócus da pesquisa de doutorado realizada: os auditórios de formação continuada para fazer a pesquisa.

A abordagem dada ao tema além de perpassar pelas ferramentas institucionais e pelos fóruns democráticos de formação, transpôs o assunto abordando também setores acadêmicos e culturais cuja reflexão é que todos esses setores estão inseridos em uma verdadeira política emancipatória e revolucionária.

A Mesa Redonda 6: **Redes Solidárias de Conhecimento em Políticas Públicas**, contou com a participação dos seguintes palestrantes: Prof. Dr. Jamerson de Almeida, Prof. Dr. Nelson Marcelino, Prof. Dr. Victor Melo, Prof. Dr. José Luís Paiva, Bruno Alcântara e Profa. Dra. Katharine Ninive. **Bruno Alcântara** expôs as preocupações do grupo em relação às atividades que não têm uma lógica de mercado, como organizações culturais; **Nelson Carvalho Marcellino** apresentou seus projetos e suas publicações, inclusive o livro Repertório de atividades de esporte e lazer; **Victor Melo** apresentou o Grupo Anima, apresentando uma perspectiva de trabalho interdisciplinar, constituindo-se enquanto um Movimento Social, enquanto uma Rede Híbrido Americana de Orientação Culturais, com comentários cinematográficos e projetos de cinema; **Katharine Ninive** apresentou a preocupação com a sistematização das experiências; com o aprofundamento dos conhecimentos (porque as especializações não dão conta das políticas públicas); trabalho pioneiro em monitoramento informatizado e publicações da Prefeitura do Recife através da Autarquia Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães; **Jamerson Almeida** apresenta a produção de conhecimento fora do âmbito da Universidade e para dentro da realidade política pública, produzindo de forma participativa e coletiva a pesquisa-ação como método para acúmulo de experiência onde buscar inferências para organizar o trabalho na contribuição do marxismo categoria tempo livre. Apresentação dos principais pedagógicos contidos no livro, se inspirou na teoria socialista. Apresentação do projeto Esporte do Mangue junto à juventude radical: as políticas públicas como instrumento para uma política emancipatória; **Roberto Gnecco** apresentou a discussão de algumas observações sobre a candidatura de São Paulo a sediar os Jogos

---

---

Olímpicos.

A partir da apresentação dos palestrantes e do debate instalado, algumas questões foram concluídas em relação ao tema das Redes Solidárias de Conhecimento em Políticas Públicas:

- A Indústria Cultural é estratégica para que os indivíduos retornem mais críticos e pensem a formação do animador cultural. Não dá para definir cultura popular da forma diversificada que é, dependendo de sua lógica. O campeonato das favelas é realizado pela CBF, que tenta limpar sua imagem, promovendo em evento para o proletariado;

- O capital se apropria daquilo que o trabalhador produz. Devemos lutar pela ocupação dos meios de produção.

- Os equipamentos estão centralizados nas regiões de maior poder aquisitivo. Criar consórcios para cuidar de grandes áreas. Não existe programação ou animação nos equipamentos existentes. A população prefere criar um espaço a utilizar o espaço público, porque não se sente parte do processo de utilização. Não existe tradição em ouvir a população para construir equipamentos, há 48 anos.

- Nos parques mais conhecidos, não é possível ir sem carro e dinheiro. As praias da periferia não são utilizadas, e quanto mais se aproxima da periferia, mais negativos são os espaços de lazer. Os clubes populares da classe média quebraram.

Além das Conferências e Mesas Redondas, o V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer contou com a apresentação de trabalhos a partir de Comunicações Orais e Exposições de Pôsteres, distribuídos por eixos.

A maior quantidade de trabalhos no âmbito das **Comunicações Orais** foram relativas ao Eixo 4 - **Políticas Locais de Esporte e Lazer**: Análise dos espaços esportivos de cinco parques públicos da cidade de Porto Alegre; Juventude e Políticas Públicas: uma intervenção no âmbito do esporte e lazer, na cidade do Recife; Bosque das Mangueiras: uma parceria entre o público e o privado; Corredor histórico-turístico-cultural e Políticas de Lazer em Natal; As vivências e os espaços urbanos de lazer no bairro Pitimbu – Natal/RN; Modelo participativo de construção de Políticas Públicas de Esporte e lazer no Município de Santarém; Novos olhares sobre as Políticas de Lazer em natal – uma análise crítica sobre a “Rua de

Lazer”; A Mulher e suas relações de Lazer e Trabalho na Comunidade Santana do Bairro Aura; Políticas Públicas de Lazer: o descaso com as praias de Niterói; O princípio da auto-organização na educação para o tempo livre de jovens; Prefeitura nos bairros: diagnóstico da sua atuação na cidade do Natal – Rio Grande do Norte; Ensaio de interpretação sobre a Política de Lazer e o Espaço urbano; Política Pública Municipal de Esporte e Lazer: uma experiência com os Círculos de Convivência Social no Recife; Investigação dos equipamentos públicos de lazer no bairro de Igapó: as condições que se encontra o lazer urbano; Espaços artísticos e culturais do Seridó Norte-Riograndense: Onde estão as Políticas Públicas?; Políticas Públicas de Lazer para idosos na região do Vale do Taquari/ RS.. Um estudo descritivo dos grupos de convivência e bailes da 3ª idade; O Profissional e o projeto Autoformativo; A representação dos Campos de Várzea na cidade: um espaço de memória; Parque Temático Esportivo: uma reflexão necessária; Bairro Nossa Senhora de Nazaré: Uma análise dos Espaços e Equipamentos Públicos de Lazer.

Foram apresentados trabalhos relativos também ao Eixo 1 – **Financiamento do Esporte e Lazer:** Facilidades de investimento em esportes para cegos e deficientes visuais; Eixo 2 – **História da Política Brasileira de Esporte e Lazer:** Necessidades Especiais: Inclusão sócio-desportiva através de Políticas Públicas e Embasamento teórico e princípios para formulação de políticas públicas de lazer; Eixo 3 – **Política Nacional de Esporte e Lazer:** Uma análise da Política Pública “PETI” desenvolvida no Município no que se refere ao segmento do lazer e Programa Segundo Tempo: uma análise do seu funcionamento na cidade do Natal; Eixo 5 – **Formação de quadros para Esporte e Lazer:** Atividades lúdico-aquáticas para portadores de necessidades especiais: um estudo com crianças com idade entre 4 e 8 anos, participantes do Projeto Piracema – UNICS – APAE de Santa Cruz do Sul – RS e Lazer e o PETI: um relato do bairro Nossa Senhora de Nazaré.

Já os **pôsteres** apresentados no V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer se distribuíram nos seguintes eixos:

Eixo 3 – **Política Nacional de Esporte e Lazer:** Jogos Populares: um resgate da cultural local no Projeto Esporte e Lazer da Cidade e Projeto Esporte e Lazer da cidade de Castanhal: a valorização do lazer enquanto espaço de exercício da cidadania

---

---

cultural.

**Eixo 4 – Políticas Locais de Esporte e Lazer:** Bairro Ribeira: um olhar mais crítico sobre a Política Cultural Local; A participação dos skatistas na construção das Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Recife; Formação Continuada dos Educadores Sociais dos Círculos Populares de Esporte e Lazer: ação fundamental para uma prática transformada; Projeto de Formação de Equipes Esportivas: o rendimento a serviço do tempo liberado; Parabólica e Satélite do Mangue: a juventude discutindo e refletindo as problemáticas da cidade; Política Municipal de Esporte e Lazer: uma experiência coletiva no Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães; Monitoramento e Avaliação dos Círculos Populares de Esporte e Lazer; Círculos Populares de Esporte e Lazer; um sonho se tornando realidade; Políticas Públicas de Lazer em Niterói: focalizado Charitas; Atividade Física para idosos em Porto Alegre: um estudo dos Programas da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC; Espaços e equipamentos de lazer em cidade sede de região metropolitana – I; Espaços e equipamentos de lazer em cidade sede de região metropolitana – II; Locais disponíveis para aplicação de lazer em Campina Grande – Paraíba; Como as Políticas Públicas em esporte são desenvolvidas e compreendidas em cidades da Paraíba e o que espera a população; Manhã de Lazer e Recreação a Feira de Saúde, no Município de Santa Cruz do Sul: um relato de experiência; Futebol Participativo: fazer diferente é fazer coletivamente; Círculos Populares de Esporte e Lazer no Parque do Caiara: ressignificando uma história; Juventude, Esporte e Lazer “um passo a frente e você não está mais no mesmo lugar”; A Catarse nos Círculos de Convivência Social; Círculos Populares de Esporte: Dançar educando. Um relato de experiência; Círculos Populares de Esporte e Lazer construindo o lazer com participação popular; A importância do trabalhador e da trabalhadora do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães no desenvolvimento da política municipal de esporte e lazer; Círculos Populares de Esporte e Lazer no Barro, garantindo a utilização dos espaços públicos de esporte e lazer: um relato de experiência; Contribuição do Esporte e do Lazer para a reflexão sobre a utilização dos espaços da comunidade do Alto José do Pinho; O lazer nos projetos sociais do corpo de bombeiros militar do Pará; A atuação política nos equipamentos e espaços públicos de lazer: o bairro de lagoa nova em questão; Levantamento de características

---

---

culturais do bairro da Macaxeira – Recife/ PE, para ações em políticas públicas de esporte e lazer; Bairro Pajuçara: identificação, diagnóstico e avaliação de seus equipamentos públicos de lazer; círculo de Convivência Social na Mustardinha: relato de experiência da contribuição do programa Círculos Populares de Esporte e lazer no processo de conquista do Tempo Livre; Ampliação dos Círculos de Convivência Social da torre: uma experiência vivenciada; Círculos de Convivência Social do Arraial Novo do Bom Jesus; Ter e reconhecer o espaço público de lazer: caracterização da orla de Brasília Teimosa; Projeto Geraldão Melhor; Aprendendo na Praça: uma Política Pública de Inclusão Social; Setenta anos de Esporte: Abcd Bandeirantes e as Políticas Públicas de Esporte e Lazer na Cidade de Rio Claro; Os Círculos Populares de Esporte e Lazer em Dois irmãos: um relato de experiência; Círculos de Convivência Social – um relato de experiência no bairro de Campo Grande.

**Eixo 5 – Formação de Quadros de Esporte e Lazer:** “Educação Física em questão” atualização de Professores de Educação Física em um Espaço de Lazer; Projeto Piracema – atividades aquáticas como forma de lazer para pessoas portadoras de necessidades especiais; As praças públicas como equipamentos de lazer que auxiliam nas atividades complementares das faculdades de Educação Física; Formação de agentes de juventude, esporte e lazer – uma contribuição coletiva com a juventude de Recife/ PE.

A Conferência de Encerramento tratou da **Avaliação da Política Brasileira de Esporte e Lazer**, sendo realizada pelo Prof. Dr. Jamerson Almeida. A conferência ressaltou o compromisso e contribuições nos debates durante o evento. Devido ao falecimento de Miguel Arraes, o conferencista resgatou o histórico de luta do político, pelo significado e contribuição na organização dos movimentos populares, lembrando que o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer vêm resgatar este estímulo aos movimentos populares e tem como uma das referências o Movimento de Cultura Popular (MCP). Além do MCP, o entendimento sobre cultura de Gramsci é uma referência fundamental, se contrapondo ao conceito capitalista da cultura enciclopédica, onde os conhecimentos são compartimentalizados em saberes superiores, aos quais poucos têm acesso.

Conclui afirmando que o Seminário construiu um espaço de autoconhecimento e desenvolvimento não só intelectual, mas

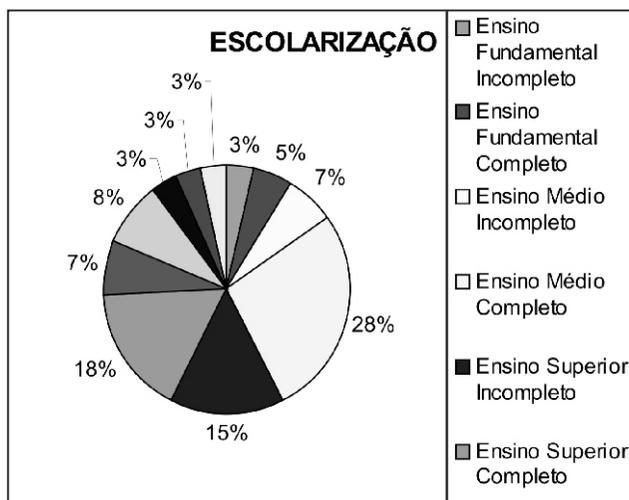
---

---

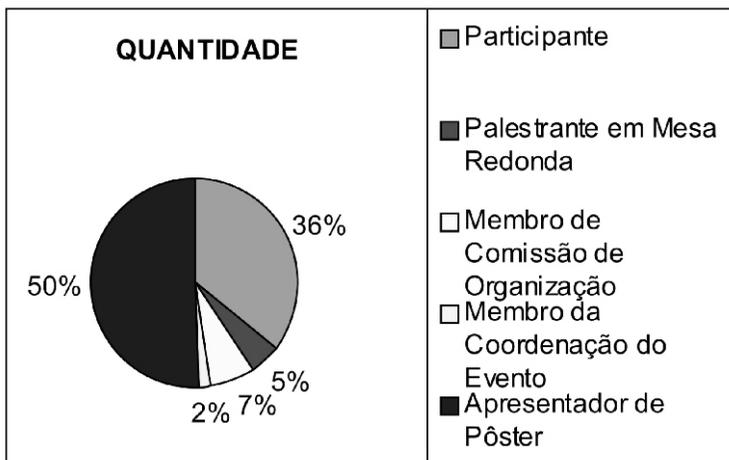
histórico e socialista. Ao final, o conferencista e organizador do V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer convidou os organizadores do próximo Seminário, através da pessoa de Georgino, de Montes Claros (MG), que ressaltou a qualidade do IV e do V Seminários, salientando a intenção em manter os níveis de discussão no VI Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer com a provável temática do **CONTROLE SOCIAL SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS**.

## 2 - Avaliação do V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer

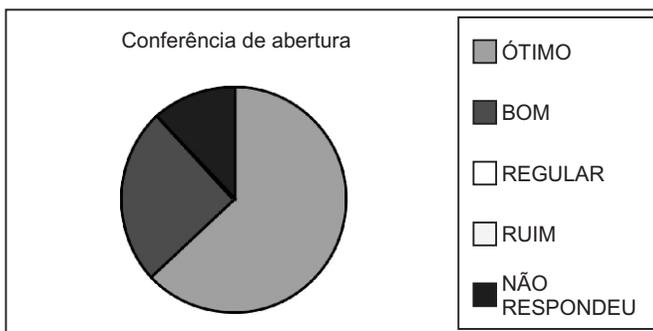
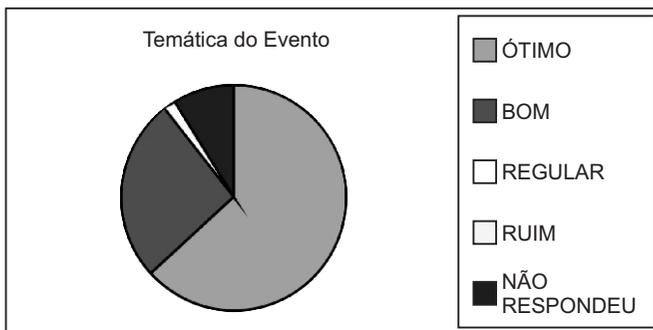
A quinta versão do Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer contou com a participação de gestores, professores, pesquisadores, estudantes e trabalhadores do país inteiro e, ao fazer parte da Política Municipal de Formação Continuada em Esporte e Lazer, pôde contar com a participação de um público variado, com escolarização também variada, como podemos observar através do gráfico abaixo:

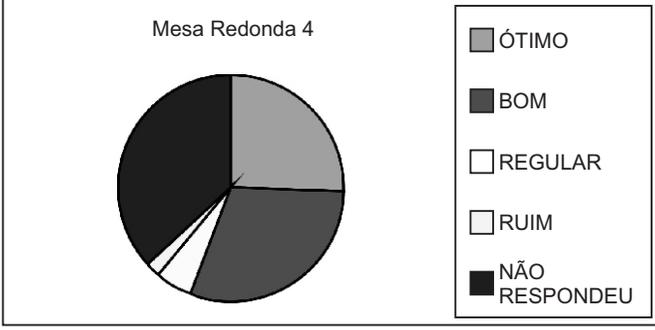
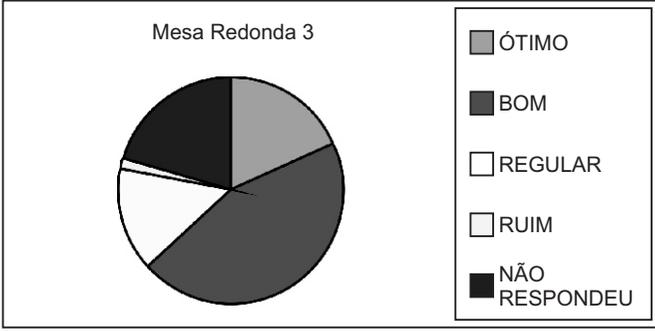
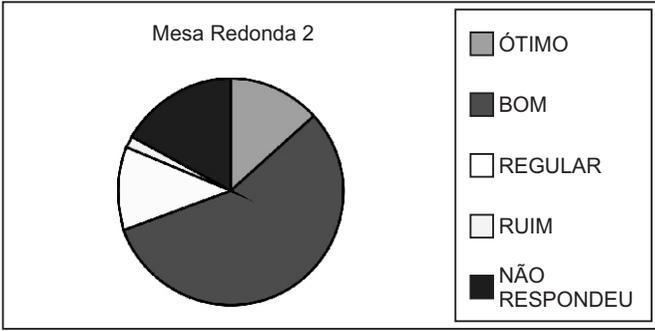
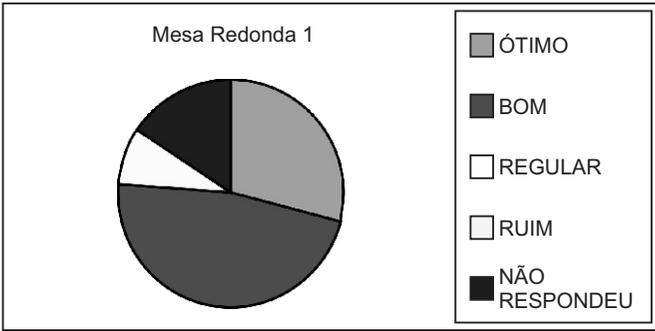


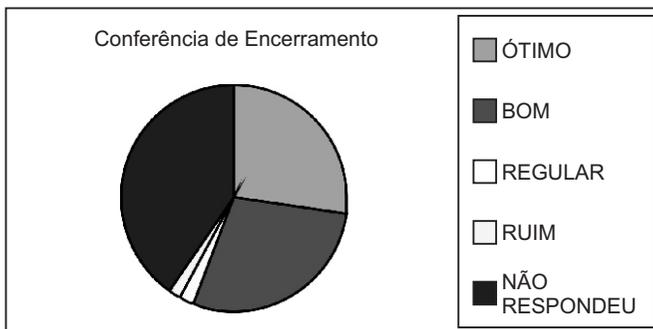
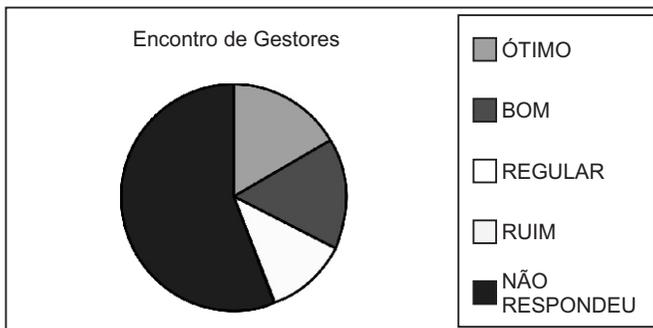
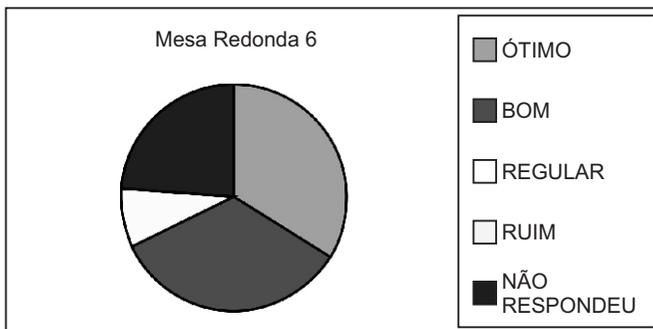
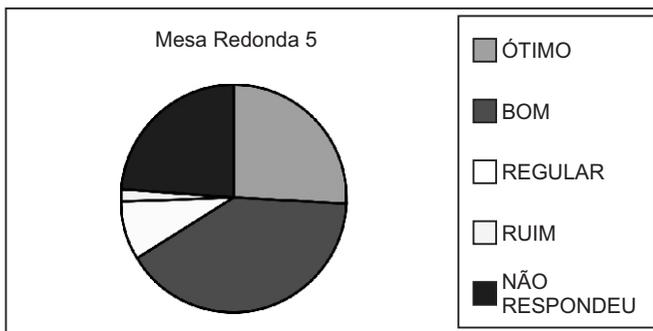
O tipo de participação no V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, realizado em Recife/ PE, no período de 10 a 14 de agosto de 2005 também foi variado, como podemos perceber no quadro abaixo:

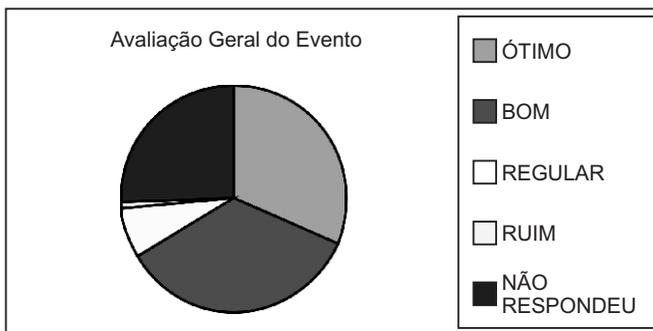


Quanto à programação do evento, a avaliação se deu através da atribuição dos conceitos ótimo, bom, regular, ruim e não respondeu. Podemos acompanhar a avaliação a partir dos seguintes gráficos:





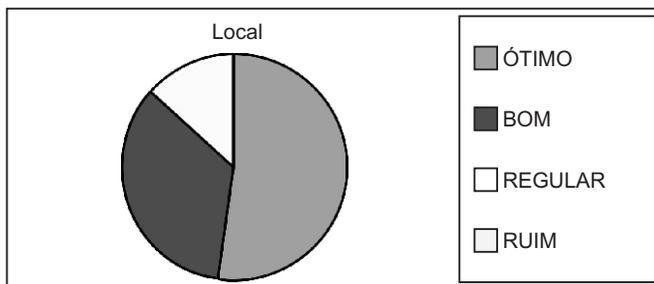
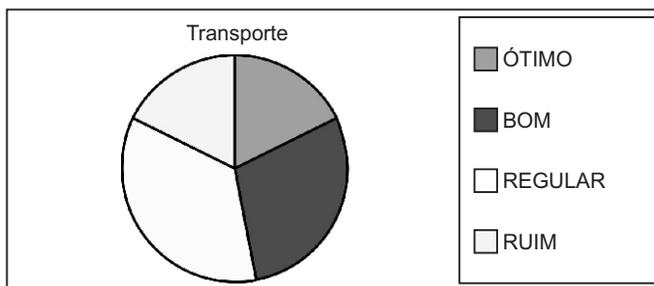
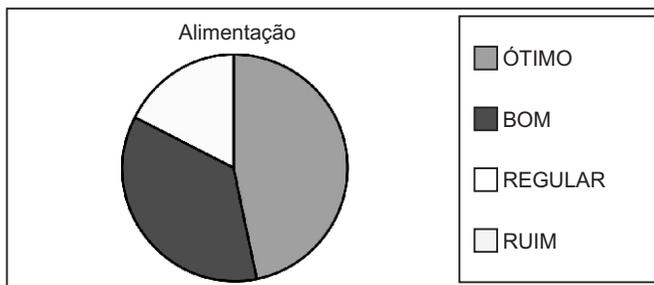
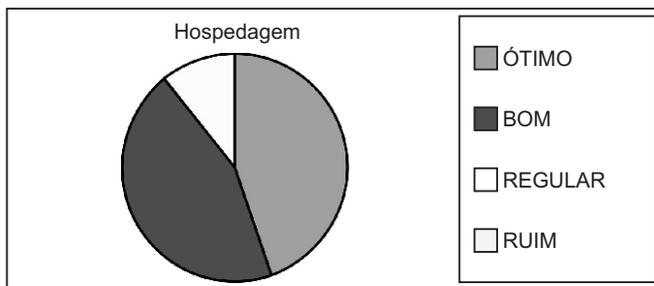


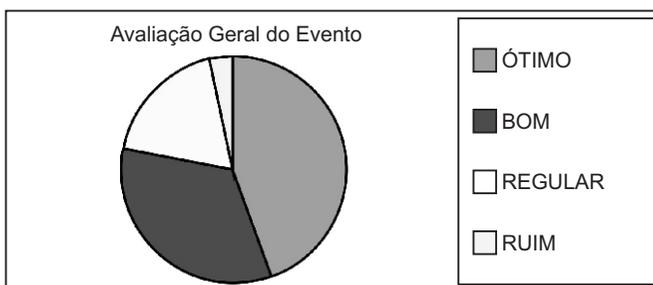
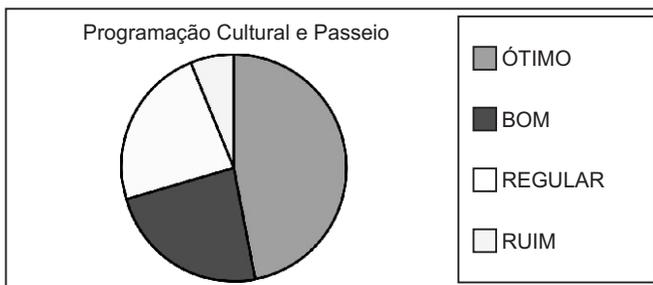


Do ponto de vista qualitativo, os participantes que avaliaram através da ficha de avaliação deram justificativas aos conceitos atribuídos em relação à programação do evento, dos seguintes tipos:

- A grande maioria considerou a temática geral, os trabalhos e palestras significativos, com algumas variações de conceitos, em virtude de um maior aprofundamento ou não do tema;
- Uma parte dos participantes considerou que o Seminário poderia ser realizado em menos dias, com a programação acontecendo concomitantemente, mesmo havendo quem avaliasse que o fato de algumas ações da programação acontecerem simultaneamente durante o V Seminário deveria ter sido evitado;
- O seminário poderia ser concluído em menos dias;
- Algumas avaliações consideraram que em algumas palestras houve fuga do tema ou não esclareceram pontos importantes, mas que o Seminário foi um espaço de conhecimento importante;
- Nas avaliações os participantes consideraram que a divulgação deveria ter sido mais ampla dentro da própria Universidade e em outros setores da sociedade que se interessam pelo tema;
- Algumas avaliações criticaram a formalidade do espaço, que não permitia um envolvimento maior de todos;
- As avaliações entregues pelos participantes salientaram que de um modo geral os temas foram tratados a luz de teorias progressistas e bem fundamentadas.

A avaliação da estrutura se deu da seguinte forma:





Do ponto de vista qualitativo, os participantes que avaliaram através da ficha de avaliação deram justificativas aos conceitos atribuídos em relação à estrutura do evento, dos seguintes tipos:

- Em relação ao local de realização, parte dos participantes considerou muito descentralizado e parte considerou um local bastante central, devido principalmente à proximidade com um ponto de ônibus com muitas opções de linhas;
- Quanto às instalações, a estrutura foi considerada boa, apesar da distância entre as salas e o auditório e da dispersão no horário do almoço, já que não havia um único local possível;
- Algumas pessoas, no entanto, consideraram o fato da livre escolha do local de alimentação um ponto positivo do evento;

A partir do instrumento de avaliação do evento, os participantes puderam sugerir questões para a próxima versão do Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer:

#### QUANTO À TEMÁTICA:

- As políticas públicas e o público na política;

- Equipamentos e espaços de Esporte e Lazer: diagnóstico, proteção ou reconhecimento institucional, (co) gestão, projetos e propostas de equipamentos para diferentes segmentos;
  - Políticas nacionais de financiamento de esporte e lazer;
- Avaliação das políticas de financiamento do Esporte e Lazer;
- Controle Social sobre as políticas de Esporte e Lazer;

### QUANTO À PROGRAMAÇÃO:

- Comunicações Orais por temas específicos;
- Que seja mantida a organização através de apresentações culturais no início, mostrando a cultura local da cidade, mesas, comunicações orais, painéis e aconteçam momentos culturais nos intervalos;
- Acontecer em final de semana, evitando os dias de semana, caso ocorra coquetel ou outras confraternizações, que seja no final e não no começo;
- Em questão do horário (pontualidade), precisa-se avaliar uma maneira de conter a dispersão do pessoal;
- Não coincidir programação. Por exemplo: Mesa e Tema Livre. A mesa por período para sobrar mais tempo para o debate;
- Ter vivências.

### QUANTO A NOVAS ENTIDADES:

- Envolver Secretarias de Cultura e Turismo, Educação, Esporte e Lazer dos Municípios e Estados e Universidades com cursos de Educação Física, Educação, Turismo e Artes;
- Incentivar a participação de representantes de comunidades;
- Envolver clubes de futebol, entidades esportivas, associações de bairro e ONGs;

---

---

## QUANTO À INFRA-ESTRUTURA:

- Uma estrutura com auditório, salas amplas, local para alimentação que comporte todos os participantes;
- Um local central e de fácil acesso.

## OUTRAS SUGESTÕES:

- Selecionar grupos diversificados para fazerem apresentações culturais durante a realização do evento;
- Realização deste evento no primeiro semestre, garantindo uma maior divulgação, especialmente entre gestores.

### **3 - Desdobramentos**

O V Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer sistematizou um banco de dados com as informações das outras versões deste Seminário, relativas aos participantes dos últimos anos. Este banco de dados foi encaminhado à Comissão Organizadora do VI Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer em Montes Claros (MG).

A Prefeitura do Recife, mesmo não podendo contribuir com a representação na participação nesta sexta versão, incentivou o envio de trabalhos o que possibilitou o incremento da programação do evento.

No VII Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, realizado em Natal/RN, a Prefeitura do Recife enviou uma representação que apresentou os vários trabalhos aprovados, além de realizar uma oficina sobre Monitoramento e Avaliação no evento.

É ainda como desdobramento que sistematizamos este artigo, de forma a contribuir com a história deste seminário, iniciativa importante do VIII Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, a se viabilizar neste ano de 2008, em Manaus/ AM.

## Referências

MARCELLINO, N. C. *Lazer: Formação e Atuação Profissional*. Campinas: Papirus, 2001.

MÉSZAROS, Í. *A Educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SILVA, J. A. de A. da e SILVA, K. N. P. S. *Círculos Populares de Esporte e Lazer: Fundamentos da Educação para o Tempo Livre*. Recife: Bagaço, 2004.

SILVA, K. N. P. *Formação Continuada em Esporte e Lazer – por uma educação no e para o Tempo Livre*. Tese de Doutorado em Educação (UFBA), 2005.

## **VI Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer: Por Detrás dos Montes Claros**

Georgino Jorge de Souza Neto<sup>1</sup>

Elisângela Chaves<sup>2</sup>

Leandro Batista Cordeiro<sup>3</sup>

Ricardo Magalhães Dias Cardozo<sup>4</sup>

### **Considerações Introdutórias**

O presente artigo tem por finalidade delinear todo o processo de construção do VI Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, ocorrido na cidade de Montes Claros-MG, no período de 24 a 26 de Agosto de 2006, no campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro.

Tendo como temática norteadora o “Controle Social em Políticas de Esporte e Lazer”, o Seminário reuniu cerca de 500 pessoas, entre gestores, políticos, pesquisadores e estudantes de várias partes do país, configurando-se em espaço de debates no que tange às políticas públicas voltadas para o setor, mais especificamente quanto à temática do controle social, tema escolhido durante o V Seminário Nacional, ocorrido em 2005 na cidade de Recife (PE). Neste evento, o Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Montes Claros (SMEL), Georgino Jorge de Souza Neto, o Gino, lançou de maneira corajosa e arrojada a candidatura de Montes Claros para sediar o VI Seminário Nacional, sendo assim definido na plenária final. Este fato foi bastante comemorado pelos gestores montesclarenses e do Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha, assim como pela comunidade

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Educação Física e do Desporto da Universidade Estadual de Montes Claros, Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Montes Claros no ano de 2006.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Educação Física e do Desporto da Universidade Estadual de Montes Claros, Coordenadora de Extensão Comunitária da Unimontes.

<sup>3</sup> Professor do Departamento de Educação Física e do Desporto da Universidade Estadual de Montes Claros, chefe da Divisão de recreação e lazer da Prefeitura Municipal de Montes Claros.

<sup>4</sup> Professor. De Educação Física da Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira – Guanambi – BA, Chefe de Seção de Ruas de Lazer da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Montes Claros no Ano de 2006 e Professor do Departamento de Educação Física e do Desporto da Universidade Estadual de Montes Claros no ano de 2006.

---

acadêmica local, pois pela primeira vez a cidade seria sede de um evento de tal porte, que poderia contribuir sobremaneira para o desenvolvimento local e regional.

O VI Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer foi organizado pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Montes Claros, em parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e com o Ministério dos Esportes.

Após a escolha da “Capital do Norte de Minas” para sediar o VI Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, foi definido o grupo de trabalho entre os profissionais da SMEL e UNIMONTES, que ficariam sob a coordenação geral do Secretário Municipal de Esportes e Lazer, o Gino, com auxílio do Prof. Leandro Cordeiro (Chefe da Divisão de Lazer da SMEL), da Prof(a) Elisângela Chaves ( Coordenadora de Extensão Comunitária da Unimontes), e do Professor Ricardo Cardozo (Chefe da Seção de Ruas de Lazer da SMEL), sempre sob a orientação do Prof. Nelson Carvalho Marcellino, idealizador do referido evento.

É importante destacar que discutir o lazer (e o esporte) na perspectiva de sua inserção nos mais diversos programas sociais, trazendo à tona a fundamental e necessária lógica da participação popular, representada pelos seus múltiplos espaços e agentes, foi o viés central adotado pela organização do evento.

Cabe-nos agora a responsabilidade (prazerosa responsabilidade), de narrar a trajetória deste Seminário, desde a sua concepção e gênese até os seus desdobramentos posteriores. Para tanto, iniciaremos falando um pouco da cidade de Montes Claros, sede do referido evento, para posteriormente tratarmos de tudo aquilo que o mesmo envolveu.

## **1 - Conhecendo Montes Claros: "A Capital do Norte de Minas"**

Distante 422 quilômetros da capital Belo Horizonte e segundo entroncamento rodoviário nacional, o Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas foi elevado à categoria de Vila por lei de 13 de outubro de 1831, durante a vigência dos governos

---

---

---

regenciais<sup>5</sup>. Em 16 de outubro de 1832 foi instalado o município - Montes Claros de Formigas - com Câmara Municipal. No mesmo dia elegeram-se o Agente Executivo e instalou-se o Termo, que equivale hoje à comarca. Assim, Montes Claros foi emancipado em relação ao Município de Serro, passando a ter seu próprio poder legislativo - a Câmara Municipal -, o executivo, exercido pelo Agente Executivo, e o judiciário. Em 03 de julho de 1857, a vila Montes Claros de Formigas recebeu o título de "cidade de Montes Claros", hoje com 150 anos de emancipação política.

Segundo dados da Prefeitura Municipal, o município possui atualmente cerca de 336.000 habitantes<sup>6</sup>, sendo o principal pólo de desenvolvimento da região Norte de Minas Gerais, que reúne 89 municípios. Na estrutura produtiva da região predominou, durante séculos, a atividade agropecuária. Todavia, a partir da chamada era SUDENE, as atividades industriais e o setor de serviços se expandiram consideravelmente, especialmente nos municípios de Montes Claros, Bocaiúva, Várzea da Palma, Pirapora e Capitão Enéas.

Com um IDH estimado de 0,783 (em 2000), Montes Claros se situa acima da média estadual, que é de 0,773, assim como da média regional que é de 0,648<sup>7</sup>. Como pólo regional, com influência até o sul do Estado da Bahia, Montes Claros recebe cotidianamente populações migratórias que buscam o desenvolvimento social e humano.

No Norte de Minas, e em Montes Claros não é diferente, são inúmeras as manifestações folclóricas: reinados, reisados, congados, macumbas, candomblé, cantigas de rodas, lendas, bem como as comidas típicas fazem parte da cultura popular, transmitida oralmente por muitos e muitos anos, como o arroz com pequi, o churrasco de carne de sol, o frango ao molho pardo e o irresistível feijão tropeiro, tornando a cidade um verdadeiro “cardápio” de gostos e prazeres.

Quanto ao esporte e lazer, a atual gestão pública municipal,

---

<sup>5</sup> VIANNA, Urbino de Souza. Monographia do município de Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916, p. 58.

<sup>6</sup> Disponível em [www.montesclaros.gov.br](http://www.montesclaros.gov.br).

<sup>7</sup> Atlas do Desenvolvimento Humano. Fundação João Pinheiro. Disponível em [www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br).

---

---

enquanto teve o prof. Gino como timoneiro da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, consciente do contexto social, cultural e econômico da cidade de Montes Claros, estabeleceu como proposta de governo a construção de uma política pública que permitisse ao cidadão uma efetiva participação na idealização e execução das ações voltadas para o campo do esporte e lazer, sempre com o olhar voltado para a inclusão social. Assim, os eventos, projetos e programas no referido campo de atuação do poder executivo local seguiriam por este caminho, um caminho democrático e participativo.

## **2 - A Candidatura de Montes Claros ao VI Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer**

A história deste VI evento tem sua origem na cidade de Recife-PE, em agosto de 2005. Na oportunidade, o então secretário municipal de esporte e lazer de Montes Claros, Prof. Georgino de Souza Neto - Gino participava do V Seminário Nacional de Políticas em Esporte e Lazer. Em meio a todas as discussões e debates do evento, foram estabelecidos contatos com várias pessoas, com o intuito de captar experiências e vivências que pudessem contribuir na elaboração do Programa de Políticas para o esporte e o lazer do município. Durante todo o Seminário, uma dessas pessoas se revelou particularmente atenciosa ao interesse e envolvimento de um professor, agora também gestor: o Prof. Nelson Carvalho Marcelino. Depois de muitas conversas e troca de idéias regadas a um reconfortante cafezinho, foi solicitado ao Prof. Marcelino, idealizador, criador e organizador geral dos Seminários a proposição do sedimento do próximo encontro na cidade de Montes Claros. Defendendo a importância da realização de um evento deste porte e natureza para região norte mineira, estereotipada pela carência econômica e limitada em suas propostas de desenvolvimento social, o então gestor Gino apresentou suas possibilidades de sedimento do evento e seus anseios com o mesmo. Outras necessárias conversas ocorreram, a idéia foi amadurecida e então foi apresentada a intenção na plenária final, sendo confirmada e referendada por todos os presentes. Ficou acordado também, que o tema do VI Seminário seria o “Controle Social em Políticas de Esporte e Lazer”, desdobrando os

---

---

diálogos construídos no Seminário de Recife, cuja temática foi a “Avaliação da Política Brasileira de Esporte e Lazer”.

### **3 - Breve Considerações Sobre a Temática**

De acordo com Cunha e Cunha (2002) as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área.

Trazendo a perspectiva de Bramante<sup>8</sup> as políticas públicas podem ser consideradas como: regras estabelecidas para governar funções e assegurar que elas sejam desempenhadas de acordo com objetivos desejados, ou seja, políticas servem como guia para uma determinada ação. Stigger<sup>9</sup> por sua vez lembra que a posição política ideológica que norteia uma política pública é ponto fundamental, já que esta deverá estar inserida na concretização de todas as ações que vierem a ser adotadas.

Segundo Fleury<sup>10</sup>, as políticas públicas além de melhorar a capacidade do poder público em dar respostas às demandas sociais, são muito mais que um simples instrumento para possibilitar acesso a espaços ou serviços devendo servir como poderoso instrumento para forjar a sociedade que queremos criar definidas as condições de inclusão do cidadão na comunidade, ou seja, incentivando a cidadania.

Assim, pensando em uma conceituação de política pública corroboramos com Amaral<sup>11</sup> que nos diz que:

centrado num modelo de co-gestão, as políticas públicas são formuladas e implementadas com a participação ativa das

---

<sup>8</sup> BRAMANTE, A.C. Formulação de uma política setorial de lazer: Avaliação contextual do distrito federal. *Revista Conexões*. Vol. 1, N. 2, 1999.

<sup>9</sup> STIGGER, M.P. Políticas sociais em lazer, esporte e participação: uma questão de acesso ao poder; ou subsídios para tomar posição frente a pergunta: são as políticas públicas para Educação Física, esporte e lazer efetivamente políticas sociais? Florianópolis: Revista de Motrivivência da UFSC, ano X, n. 1, 1998.

<sup>10</sup> FLEURY, S. Políticas sociais e democratização do poder local. In: VERGARA S. C. (org) *Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>11</sup> AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Políticas Públicas de Lazer e participação cidadã: Entendendo o caso de Porto Alegre. 2003, 192f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

---

---

comunidades que se co-responsabilizam pelo bom andamento das mesmas. Estabelece-se uma relação entre poder público e sociedade civil que transpõe a dependência das comunidades nos governos locais e fortalece a independência das organizações civis para a crítica ao poder estatal, para influenciar e definir o destino das verbas públicas.

Estas conceituações vêm ao encontro da perspectiva de uma gestão participativa, na qual o controle social é parte integrante como instrumento de participação efetiva da população. Neste sentido pode-se trazer Marcellino<sup>12</sup> que nos diz que a política pública deve ser fruto da mais ampla participação da sociedade.

Continuando, entende-se que toda e qualquer política pública pode ser entendida como uma linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. Neste sentido, deve-se vislumbrá-la (uma política pública) com a participação dos diversos atores e instituições que compõem a sociedade, compondo uma rede prestadora de serviços, rede esta que deve buscar atender as expectativas e demandas encontradas no cotidiano do cidadão.

No contexto das políticas públicas, a figura do controle social apresenta-se cada vez mais necessária, visto o papel relevante que o mesmo deve cumprir. Assim, consideramos pertinente tratar conceitualmente o tema do Seminário: “O Controle Social em Políticas de Esporte e Lazer”.

A princípio, falar da política pública de esporte e lazer se torna essencial. Com o avanço cada vez mais crescente na tecnologia de produção, o homem moderno dispõe de mais tempo para outras atividades que não as profissionais.

Na perspectiva de democratização do esporte e lazer, se verifica a importância de oportunizar estratégias de ação comunitária, na busca de se trabalhar políticas de esporte e lazer junto à comunidade, com o objetivo de contemplar seus anseios à vivências enriquecedoras, permitindo que cada indivíduo desenvolva suas potencialidades.

Segundo Dumazedier (1985), a democratização das atividades

---

<sup>12</sup> MARCELLINO, N.C. *Políticas Públicas setoriais de lazer*. Campinas: Autores Associados, 1996.

---

---

voluntárias de lazer não se trata apenas de realizar atividades para o benefício dos trabalhadores, mas organizá-las na perspectiva de igualar as condições de acesso a todos, tendo em vista que muitas vezes esse acesso não é oportunizado pelo trabalho. Ainda no entendimento do mesmo autor,

é no lazer que existe a melhor oportunidade de realizar ou fracassar a democracia cultural de uma sociedade. Quanto mais se desenvolve o processo de desenvolvimento industrial e urbano, mais a máquina econômica se torna capaz de produzir, ao mesmo tempo, riquezas e mais tempo liberado ... isto dá a dimensão profunda de uma política de lazer na instituição de uma democracia cultura.

Na perspectiva de melhor oportunizar essa democratização, Reuix (1980) destaca que devem-se considerar algumas diretrizes que atuam com igual valor e importância no desenvolvimento de políticas públicas, que são: ordenação de espaço; política de atividades; e questões relativas à formação de pessoal para atuação.

Assim, apesar de considerar e enfatizar a necessidade de serem trabalhadas todas as diretrizes acima mencionadas, Marcellino (1995), aponta que um dos pilares fundamentais para a composição de uma política de esporte e lazer deve ser a formação de recursos humanos para a atuação, sendo importante o desenvolvimento dessa formação em toda a estrutura de animação proposta por Dumazedier, que envolve os animadores de competência geral; animadores de competência específica; e os animadores voluntários.

No campo do esporte e lazer, as políticas são concebidas no intuito de estabelecer padrões de decisões, aplicando-os aos tipos de situações consideradas singulares. Ela é o fruto do entendimento e ascensão de determinada filosofia que estabelece princípios com a finalidade de determinar diretrizes orientadoras expressas através do regulamento para atingir metas e objetivos pré-estabelecidos. Portanto, considera-se que as políticas podem ser guias para a ação e não a ação em si, gerando desta forma, caminhos para atingir determinadas metas.

Na visão de Marcellino (2001), “tratar o lazer como programa de governo requer uma mudança de mentalidade”. Segundo o mesmo

autor, há a necessidade de um trabalho integrado em políticas setoriais de lazer – e por isso um programa de governo se justifica a partir da consideração de, pelo menos, quatro eixos:

1. a partir dos conteúdos culturais – requer trabalho integrado intersecretarias ou órgãos da chamada área cultural (artes, cultura, esporte, meio ambiente, turismo, patrimônio, entre outros.);
2. a partir dos valores associados ao lazer – requer trabalho integrado intersecretarias ou órgãos que extrapolem a questão cultural (educação, saúde);
3. a partir das barreiras para a sua prática – requer trabalho integrado intersecretarias ou órgãos que também extrapolem a questão cultural (promoção social, transporte, parques e jardins);
4. a partir das circunstâncias que o cercam – política de reordenação do solo urbano, do tempo (necessidade de relação com o Legislativo).

No dizer de Gutierrez (1998), uma política pública que contemple, também, a questão do lazer tende a potencializar toda a gestão, facilitando a realização de outros objetivos além da sua dimensão específica e original. A melhoria da qualidade de vida da população depende de uma política pública articulada, onde seus diferentes aspectos estejam sendo tratados de forma a que se auxiliem e potencializem mutuamente, num efeito de sinergia cujo resultado final será maior que a soma das partes.

Se aproximando da idéia central de controle social em políticas públicas de esporte e lazer, trazemos aqui a contribuição de Stigger (2003), que aponta: “é nesse sentido que encontro aproximações evidentes entre a idéia da capacidade de escuta com a perspectiva do desenvolvimento de uma política de lazer e esportes, na qual a participação da população seja fundamental. Além da idéia de participação – como a intenção de proporcionar o acesso da população aos bens sociais construídos historicamente pelos seres humanos (no caso, as atividades realizadas no lazer) – estou aqui também me referindo ao interesse em possibilitar a apropriação do poder de decisão da população sobre esses mesmos bens”. E segue,

---

---

dizendo que “o exercício da escuta não se resume a responder às demandas da população (o que é possível acontecer em políticas paternalistas e assistencialistas, realizadas para a população numa lógica semelhante à de mercado), mas, sim, constitui-se numa política realizada com a participação da população, que se estabelece na democratização do poder decisório, o principal eixo político de uma política social participativa”.

Assim, desenvolver uma política de esportes e lazer nessa perspectiva significa, mais do que oferecer serviços à população, criar condições para a promoção do debate e da reflexão sobre essas mesmas políticas, no sentido da construção de um projeto coletivo, em que as escolhas aconteçam democraticamente, de forma qualificada e consciente.

Uma política de lazer adequada pode incentivar a integração do cidadão aos seus grupos de referência mais próximos, como os vizinhos de rua ou bairro, freqüentando associações de cunho cultural e esportivo.

Para Gutierrez (1998), nos dias de hoje, onde nenhum governo parece capaz, ou disposto, a arcar sozinho com suas responsabilidades sociais, esta rede de solidariedade e amizade pode ser utilizada em programas de mutirão e auxílio mútuo, onde a população com o apoio do poder público procura resolver seus problemas mais imediatos através de uma ação de natureza autogestionária. Uma política direcionada para a busca da melhoria da qualidade de vida da população deve articular todas as instâncias sociais num esforço conjunto e conseqüente, objetivando resultados de longo prazo.

Pode-se pensar que o desenvolvimento está diretamente relacionado com o grau de coesão e participação comunitária intensa dos cidadãos de um dado território. Tal participação social gera uma série de normas e uma cultura de ajuda mútua, aumentando a confiança política e social das pessoas na comunidade em que vivem. Contudo, a participação ativa da comunidade (e do grau de confiança mútua) funda-se na liberdade social e política, garantida por um conjunto de políticas públicas (saúde, educação, trabalho e a própria

garantia de participação e gestão pública compartilhada).

Portanto, é salutar afirmar que a participação popular é condição *sine qua non* para que o controle social seja exercido. Fiscalizar, conhecer, se apropriar de fato da política pública só será possível com a conscientização das camadas populares de que a sua integração à órbita que circunda a elaboração das políticas públicas se efetivem na prática.

Pensando em participação, cabe salientar que segundo Benevides<sup>13</sup>

A participação popular supera a velha polêmica sobre o “verdadeiro” significado de cidadania ativa na filosofia política, desde o século XVIII. Esta cidadania ativa supõe a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes.

Vala<sup>14</sup> nos diz que “a participação popular se diferencia de outras formas da mesma porque se trata de uma participação politizada, na qual vários setores da sociedade civil envolvem-se na definição de políticas públicas. Para esse autor a participação popular contém uma contradição, pois de um lado legitima a política do Estado diante da população; por outro, significa um canal para que as entidades populares disputem o controle e a destinação da verba pública”.

Convém, ainda, destacar sempre que uma política eficiente não pode ser fruto de um planejamento tecnocrático, mas dependerá fundamentalmente de uma discussão ampla e democrática, com a população interessada. Entendendo democrático no seu sentido radical, onde a chamada à participação dos setores populares é acompanhada de ações concretas que permitam a manifestação em condições de igualdade, como a instrução, a prática do debate e o livre trânsito das informações.

#### **4 - O Evento em Monte Claros: Organização, Desenvolvimento e Dificuldades**

A princípio pensado para o primeiro semestre de 2006, o

---

<sup>13</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa – referendo, plebiscito e iniciativa popular*. 3.ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

<sup>14</sup> VALLA, Víctor e STOTZ, Eduardo N. (org). *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993

---

---

---

Seminário teve que ser adiado para o semestre seguinte, devido à dificuldade da liberação de recursos financeiros por parte da Prefeitura Municipal.

Embora com enormes barreiras a transpor, principalmente orçamentárias e estruturais, devemos enaltecer o fato da colaboração de muitos órgãos e entidades, que viabilizaram a ocorrência do evento. Dentre elas, não podemos deixar de explicitar a valiosa contribuição do Ministério dos Esportes e da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), parceiros e co-realizadores do Seminário, assim como da Empresa Novo Nordisk, que contribuiu financeiramente no que tange ao coquetel de abertura.

É importante frizar que a união da secretaria e da universidade durante a organização e realização deste evento foi o diferencial para superação dos problemas de diferentes ordens que a comissão organizadora enfrentou. O estranhamento, o desafio, a audácia de realizar, de fazer acontecer o tão sonhado Seminário, gerou um intenso envolvimento de professores, funcionários e acadêmicos. Um grupo que com certeza honrou uma das garantias apresentadas por Gino para trazer o evento, “Montes Claros tem pessoas...” sertanejos, migrantes, sonhadores, lutadores. Não foi fácil, inexperiência, dificuldades orçamentárias, atrasos logísticos, todos os problemas ao mesmo tempo, e as soluções devagar, mas a tempo.

Em se tratando das dificuldades estruturais, algo que nos deixou bastante preocupados foi o local para a realização da abertura e, posteriormente, das mesas redondas, visto que Montes Claros não possui auditório apropriado para um evento de grande porte. No entanto, tal fato não impediu o desenrolar das atividades previstas para o Seminário, sendo feitas algumas adaptações na quadra 1 do Centro Esportivo da Unimontes, que permitiram a concretização do evento.

Vale também destacar que foi estruturado um local para entretenimento e divertimento dos participantes do Seminário, ao lado da quadra 1, com boa música e uma ótima gastronomia local; neste ambiente os congressistas se conheceram melhor e trocaram idéias e experiências. Como aconteceu também nos cafés e lanches

servidos nos intervalos de atividades, que criaram um agradável momento de integração e descontração aos participantes.

Enfim, não obstante as dificuldades enfrentadas, estruturou-se toda uma concepção logística, que atendeu às demandas de estrutura, divulgação, coordenação geral, hospedagem, transporte, dentre outros.

Assim, na noite de quinta-feira, 24 de agosto de 2007, (uma típica noite clara do sertão mineiro), na Universidade Estadual de Montes Claros, deu-se a abertura do VI Seminário Nacional de Políticas em Esportes e Lazer, com a honrosa presença do Ministro dos Esportes, Sr. Orlando Silva Júnior, dentre outras autoridades políticas e acadêmicas. Foi apresentada a todo o público presente (cerca de mil pessoas), uma mostra da cultura norte-mineira, com os catopês, caboclinhos e a marujada, além de uma orquestra de rabecas.

A conferência de abertura foi proferida pela Profa. Dra. Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto, que discorreu sobre a temática do encontro. Após a conferência houve um coquetel de confraternização entre acadêmicos, gestores, políticos, professores e pesquisadores. Vale aqui destacar a presença marcante de acadêmicos no evento, principalmente do curso de Educação Física, fato que chamou a atenção dos professores conferencistas.

No dia seguinte, duas mesas redondas ocorreram. Uma pela manhã, com o tema “Instrumentos de Controle Social na Gestão Participativa”, com a participação enriquecedora da Profa. Dra. Sílvia Cristina Franco Amaral, da Unicamp, e da Profa. Cláudia Bonalume, representando o Ministério dos Esportes. Na parte da tarde, tivemos a ocorrência da segunda mesa-redonda, que discutiu o “Financiamento e o Controle Social”. Participaram desta mesa os professores Dr. Fernando Mezzadri, da Universidade Federal do Paraná, e o Dr. César Leiro, da Universidade Federal da Bahia. Logo após, o prof. Nelson Carvalho Marcellino brindou-nos com uma palestra sobre as políticas públicas de esporte e lazer, discutindo e trazendo à tona elementos cruciais para a compreensão do tema. Ao final do dia, foram apresentados os trabalhos de comunicação visual e oral, conforme tabela na próxima página:

**Tabela 1: Comunicações Visuais do VI Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e lazer**

CV 1	Equipamentos de Lazer e Esporte: relações entre a cidade sede e as de pequeno e médio porte – subsídios para políticas públicas em regiões metropolitanas	Nelson Carvalho Marcellino Felipe Barbosa Stéphanie Mariano Alice da Silva Érica Fernades
CV 2	Política de Formação para Atuação Profissional: um caso de política pública em Piracicaba-SP	Gustavo de Brito Nelson Carvalho Marcellino
CV 3	Formação e Desenvolvimento de Pessoal para Atuação em Políticas Públicas de Lazer – Diagnóstico e Prognóstico: os casos de Piracicaba e Campinas	Nelson Carvalho Marcellino Helder Isayama Edmur Stoppa José Luís de Paiva André Chaberibery Denis Terezani Rosangela Benito
CV 4	A Cidade como Equipamento de Lazer: as possibilidades do lazer na contribuição para a preservação e revitalização do patrimônio ambiental urbano – os casos de Piracicaba e Campinas	Nelson Carvalho Marcellino Sílvio Ricardo da Silva Felipe Barbosa Stéphanie Mariano Débora da Silva Karina Sarto Cáthia Alves
CV 5	Espaços Públicos à procura de políticas públicas	Gustavo de Brito Veruska Granja

**Tabela 2: Comunicações Orais do VI Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e lazer**

CO 1	Políticas Públicas: assumindo o desafio de unir saúde e lazer	Tânia Mara Sampaio
CO 2	Políticas Públicas de Lazer nos Espaços Públicos: o caso do Bairro de Capim Macio – Natal-RN	Gustavo de Brito Veruska Granja

CO 3	Lei de Incentivo ao Esporte: a experiência de Curitiba	Celso Sawaf
CO 4	Políticas Públicas de Lazer em Espaços Artísticos e Culturais	Gustavo de Brito Veruska Granja
CO 5	A Construção de um Sistema Municipal de Esporte: um estudo de caso para o município de Manaus	Almir Liberato da Silva Sidney Netto Alberto Puga Barbosa Hulda Soares
CO 6	O Controle Social no Esporte e Lazer: um estudo exploratório sobre indicadores de controle	Almir Liberato da Silva Sidney Netto Alberto Puga Barbosa Hulda Soares

É válido ressaltar que a comissão científica do evento, coordenada pelo prof. Leandro Cordeiro e pela profa. Elisângela Chaves, recebeu trabalhos de vários Estados brasileiros, destacando-se Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraná e São Paulo. No entanto, somente os trabalhos supracitados foram apresentados durante o evento. Entendemos, após a avaliação final do Seminário realizada pela equipe organizadora, que falhas na divulgação e dificuldade de acesso aéreo a Montes Claros foram os principais motivos que dificultaram a vinda de outros pesquisadores.

Por outro lado, acreditamos que os trabalhos apresentados ( comunicações orais e visuais ) trouxeram experiências e conhecimentos relevantes aos participantes, permitindo o fluxo do conhecimento, mediante um debate amplo e democrático.

No sábado, a terceira mesa-redonda tratou da temática “A Conferência Nacional de Esportes: Avanços e Possibilidades”. O assunto foi debatido pelo prof. Dr. Fernando Mascarenhas, presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), e por representantes do CONFEF e do Ministério dos Esportes.

A última mesa-redonda procurou abarcar as diversas possibilidades de intervenção das políticas sociais e sua interface com o controle social, sob a denominação “Controle Social: um debate multi-profissional”. Foram convidados a explicar sobre o

---

---

tema o Prof. Ms. Vero Franklin, secretário municipal de Ação Social de Montes Claros, o Prof. Dr. Gilmar Narciso, secretário municipal de Educação de Montes Claros e o Prof. Dr. José Geraldo de Freitas Drummond, presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Ao final do dia realizou-se a plenária final, com avaliação dos trabalhos desenvolvidos durante o evento e escolha da cidade-sede para realizar o VIII Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, sendo escolhida a cidade de Manaus, que apresentou candidatura mediante exposição dos professores Almir Liberato da Silva, Sidney Netto e Hulda Soares.

## **5 - Desdobramentos e Perspectivas**

Pretendemos aqui refletir sobre as conseqüências de um evento de alcance nacional que discute a Política de Esportes e Lazer. Naturalmente, por si só, um seminário como este altera a percepção dos participantes, à medida que amplia significativamente o olhar sobre as questões lançadas e debatidas ao longo dos seus três dias. Mas também é significativa a riqueza dos momentos que ocorrem nas entrelinhas. Nos intervalos, nos encontros culturais, na festa, são possibilitados contatos que nos engrandecem, pessoal e socialmente.

Como o encontro propiciou o diálogo entre o poder público, universidades e vários setores da comunidade, é de se esperar que as ações implementadas a partir dele, se consubstanciem de forma mais coerente e efetiva. A participação dos acadêmicos, por exemplo, mostrou o quão importante foi o evento, pois era claro o aumento do interesse e da participação de boa parte deles. Sendo docentes da Unimontes, percebemos uma mudança extremamente positiva na relação que os discentes passaram a ter com questões ligadas às políticas de esporte e lazer.

Um outro avanço percebido foi em relação aos gestores da região, que tiveram a oportunidade de participar do Encontro de Gestores, promovido pelo Seminário. Todos eles demonstraram uma postura de preocupação em se inteirar melhor das discussões acerca das problemáticas da gestão pública em esporte e lazer, além de

socializar e partilhar experiências (de êxito e fracasso), bem como as aflições e angústias pertinentes ao cargo de gestor. Tão importante se tornou o momento, que a sugestão de um encontro anual de gestores da região foi prontamente aceito, com o suporte da Universidade Estadual de Montes Claros e o Ministério dos Esportes.

Infelizmente, nem todos conseguem perceber a necessidade de uma gestão pública em esporte e lazer participativa e qualificada. A prefeitura de Montes Claros teve o contra-senso de acabar com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, transformando-a em um órgão vinculado à Secretaria Municipal de Educação. A perda da autonomia da gestão nas políticas de esporte e lazer se transformou em um ato de insensibilidade política com graves conseqüências para o prosseguimento do Programa de Esporte e Lazer do município que até então vinha sendo desenvolvido. Isto ocorreu poucos meses depois da realização do Seminário de Políticas Públicas realizado na cidade, e causou o espanto e a revolta de toda uma comunidade envolvida com o processo de construção do Programa Social de Esportes e Lazer.

Mas o espírito de envolvimento e participação que o Seminário trouxe continua vivo, e dando provas de que um evento como este deixa sua marca indelével, ao proporcionar o debate e a discussão das diretrizes norteadoras das políticas setoriais em esporte e lazer, levando em consideração os contextos culturais, sociais e de participação da comunidade.

## **Considerações Finais**

Fazer o exercício de reflexão sobre o Seminário na cidade de Montes Claros, olhando para trás no tempo em mais de um ano, foi extremamente prazeroso. É igualmente interessante pensar sobre o evento, sua história e motivações, as vivências ocorridas durante a sua realização e as conseqüências posteriores.

Temos absoluta convicção de que o impacto do Seminário foi essencialmente positivo, visto que proporcionou a percepção de alternativas e possibilidades de atuação e intervenção dos gestores, profissionais, acadêmicos e pesquisadores do esporte e lazer,

---

---

particularmente ao que diz respeito à elaboração e políticas públicas e o seu controle social.

Quanto a Montes Claros, fica aqui o agradecimento dessa cidade e do seu povo a todos aqueles que por aqui estiveram durante o VI Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer.

Não poderíamos concluir este relato sem destacar o agradecimento (imensurável), ao Prof. Nelson Carvalho Marcellino, motivo maior da realização dos Seminários, criados com o intuito de democratizar o debate acerca das políticas setoriais em esporte e lazer.

Portanto, e finalmente, é necessário sempre acreditar na construção de um amanhã diferente e melhor, pois como nos ensinou Mahatma Gandhi, “não somos utópicos, somos idealistas práticos”. Sejam idealistas práticos, pois.

### **Referências:**

CUNHA, E.P; E.S.M. CUNHA. Políticas públicas sociais. In Políticas Públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex, 2002.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1985.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. Lazer e Pobreza: aspectos de uma falsa questão. In: **Conexões: educação, esporte e lazer**. Campinas, Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.) **Lazer e Esporte**. Campinas: Ed. Autores Associados, 2001.

\_\_\_\_\_ (org.) **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Ed. Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_ (org.) **Lazer: Formação e Atuação Profissional**. Campinas: Ed. Papyrus, 1995.

REQUIXA, Renato. **Sugestões de Diretrizes para uma Política Nacional de Lazer**. São Paulo: Sesc, 1980.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas Públicas em Esportes e Lazer: considerações sobre o papel do profissional educador. In: **Formação e Desenvolvimento de Pessoal em Lazer e Esporte**. Campinas: Ed. Papyrus, 2003.

## **VII Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer: Articulando o Movimento, Construindo Resistências e Apontando Caminhos**

Marcus Vinícius de Faria Oliveira<sup>1</sup>

Maria Isabel Brandão de Souza Mendes<sup>2</sup>

Lerson Fernando dos Santos Maia<sup>3</sup>

O VII Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, realizado em Natal-RN no ano de 2007, foi organizado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte, através do seu Curso Superior de Tecnologia em Lazer e Qualidade de Vida e de sua base de pesquisa em Políticas Públicas de Lazer, vinculada ao Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e Lazer (REDE CEDES/CEFET-RN). Tendo como eixo central de discussão: as políticas de esporte e lazer e suas interfaces com o poder público, o “terceiro setor” e a sociedade civil organizada, o Seminário objetivou aprofundar as discussões em torno das políticas de esporte e lazer nas diversas esferas da sociedade e, também, trazer para o debate a questão da responsabilidade do poder público na atual conjuntura, quanto ao seu papel no processo de democratização do direito ao Lazer.

A necessidade de trazer um evento dessa natureza para Natal foi criada paulatinamente, através da participação dos pesquisadores da base de pesquisa em Políticas Públicas de Lazer nos seminários anteriores e dos debates dos fóruns de lazer promovido pelo Curso Superior de Tecnologia em Lazer e Qualidade de Vida. O grupo de pesquisadores sentia a necessidade de realizar em Natal um evento nacional que tivesse estreita relação com sua produção acadêmica. Nada melhor do que o Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, que tem uma história recente, mas construída com muita solidez, ao lado do compromisso da construção de políticas públicas de lazer voltadas para a participação popular e a garantia de direitos sociais. Era a oportunidade de ouvir, debater e trocar experiências com os pesquisadores, gestores, estudantes e agentes

<sup>1</sup> Doutorando em Educação - Docente do CEFET/RN – pesquisador da Rede CEDES-CEFET-RN e do Núcleo de Estudos Culturais da Ludicidade Infantil.

<sup>2</sup> Doutora em Educação - Docente do CEFET/RN – pesquisadora da Rede CEDES-CEFET-RN e do Grupo Corpo e Cultura de Movimento (GEPEC).

<sup>3</sup> Mestre em Educação-Docente do CEFET/RN - Coordenador da Rede CEDES-CEFET-RN.

sociais de esporte e lazer do país inteiro.

As experiências no campo popular e democrático da gestão pública voltada para o lazer no Estado do Rio Grande do Norte são raras, e ainda inconsistentes, prevalecendo as de caráter assistencialistas e conservadoras que, historicamente, fizeram do esporte e do lazer um instrumento ideológico para afirmarem projetos políticos aliados com o capitalismo. Daí a importância da realização do seminário no Estado. Era a oportunidade de colocar os gestores públicos estaduais em contato com as discussões e experiências inovadoras e progressistas na gestão do esporte e lazer implementadas em algumas regiões do Brasil, principalmente nos municípios e estados de alinhamento com uma proposta de governo popular e democrático e a nível federal, que a partir de 2003, vem demonstrando com a realização das duas conferências nacionais e programas sociais como o Programa Esporte e Lazer da cidade entre outros, uma efetiva determinação de construir um novo rumo para o esporte e o lazer do povo brasileiro.

O processo de organização do seminário foi árduo e, ao mesmo tempo, enriquecedor. Faltou apoio das secretárias públicas locais, ligadas ao esporte e lazer. Também havia a preocupação com o esvaziamento do evento, já que estava previsto a realização no mesmo semestre do XIX Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) e do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) e o II Congresso Internacional de Ciências do Esporte ambos em Pernambuco, Estado muito próximo do Rio Grande do Norte. Avaliava-se com isso, que a tendência das pessoas de Estados longínquos era a de optar pela participação em apenas um único evento, por serem todos de natureza semelhante.

Entretanto, os desafios colocados contribuíram para unir o grupo de professores em torno das soluções, dando mais consistência às ações organizativas. As dificuldades iniciais foram superadas com uma organização do trabalho que prezou pela coletividade, unindo esforços de algumas instituições de ensino e pesquisa, inclusive da Secretaria do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte do RN. O apoio do Ministério do Esporte, através da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL), também, foi decisivo para a viabilização do evento.

O Seminário ocorreu no período entre 01 e 04 de agosto de 2007 e contou com representantes de 19 Estados da Federação – Acre,

---

---

Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Pará, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Sergipe, Santa Catarina, São Paulo e o Distrito Federal –, destacando-se pela forte presença de gestores públicos. A programação foi diversificada, com mini-cursos, conferências, mesas redondas e apresentação de trabalhos científicos nas modalidades de pôster e comunicação oral, além de uma programação cultural inserida no tempo e espaço do evento. Os objetivos do seminário na sua VII edição foram:

- Aprofundar as discussões em torno das políticas de esporte e lazer nas diversas esferas da sociedade, situando responsabilidade dos diversos segmentos da sociedade na atual conjuntura, quanto à democratização do direito ao lazer;
- fomentar e consolidar a pesquisa na área do esporte e lazer;
- mobilizar os diferentes segmentos profissionais, comunitários, acadêmicos e institucionais em torno das questões que envolvem a promoção do esporte e do lazer;
- divulgar a produção de conhecimento no campo do esporte e do lazer;
- articular e socializar as experiências das gestões públicas no campo do esporte e do lazer.

O público alvo foi administradores, membros dos poderes executivos municipais, estaduais e terceiro setor, além de profissionais e estudantes de graduação e pós-graduação ligados às questões da educação física, administração, turismo, lazer, ciências humanas, educação, arquitetura, urbanismo, dentre outros.

A relação entre Estado e sociedade civil organizada no provento e condução das políticas públicas voltadas para o lazer foi objeto central da discussão do Seminário. Na atual conjuntura social, nada mais pertinente para a condução de um debate do que um tema como esse, visto que o terceiro setor, na maioria das vezes, financiada por recursos públicos, se apresenta como o redentor dos problemas sociais, em substituição ao Estado. Dados do próprio Ministério do Esporte aponta que em 2006/2007 algo em torno de 40% dos convênios realizados com os dois principais programas sociais de esporte e lazer do governo federal, o Programa Segundo Tempo (PST) e o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) foram realizados com o terceiro setor.

O Estado brasileiro, nos últimos anos, sofre uma forte pressão das forças neoliberais para terceirizar suas ações e relativizar o seu papel na condução das garantias dos direitos sociais. Hoje, o terceiro setor assume cada vez mais um papel substitutivo ao Estado, pulverizando as ações políticas ao particularizar a sua atuação em determinado local e problema social. Desloca-se o enfrentamento das causas geradoras das desigualdades e exclusão social para a sua manifestação fenomênica. A estrutura política social geradora das desigualdades sociais deixa de ser combatida a partir da organização coletiva das forças progressistas, na perspectiva de sua superação, para se atacar os problemas por ela gerados, de forma setORIZADA e fragmentada.

[...] o papel das organizações da sociedade civil no processo de enfrentamento ao neoliberalismo e no caminho de superação da ordem. Papel claramente diferenciado se as entendermos como organizações de uma esfera isolada e autônoma, sem determinações de classes, sem a perspectiva de lutas e de confronto, do que se as entendemos a partir da central contradição capital/trabalho, e como lutas numa arena particular mas articulada aos processos de lutas da sociedade como um todo (MONTAÑO, 2005, p. 21).

Assim, o terceiro setor, de acordo com Montañó (2005), apresenta-se ideologicamente vinculado aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal, cumprindo uma função ideológica e mistificadora que facilita a aceitação das reformas de desregulamentação do Estado. No Estado neoliberal as respostas às demandas sociais deixam de ser um problema de Estado, e passam a ser responsabilidade de organizações da sociedade civil ou dos próprios sujeitos.

Isso traz mudanças políticas essenciais no processo de intervenção na realidade social. No campo do esporte e do lazer essas mudanças ocorrem de uma forma muito rápida, e com um agravante: o país não tem ainda uma política verdadeiramente de Estado que garanta a continuidade de suas ações quando das mudanças de governos. Campos (2007) aponta que os discursos de alguns dirigentes das ONG`s apresenta a compreensão de lazer como sendo uma experiência funcionalista e alienadora, ainda se mostra presente em alguns discursos. Esse fato confunde mais ainda a relação entre Estado e sociedade civil, transferindo mais responsabilidade social

---

---

para o terceiro setor.

Daí a pertinência do tema. A reflexão sobre a relação do Estado com a sociedade civil, precisa ser feita à luz de fenômenos sociais mais amplos que a determinam e, ao mesmo tempo, dão elementos para sua explicação. A discussão das relações entre a sociedade civil e o Estado deve passar pela análise crítica da conjuntura política e econômica do capitalismo contemporâneo. Sem isso é impossível compreender as ofensivas neoliberais de desmonte do Estado brasileiro e as pressões por reformulações nas responsabilidades sociais no trato com as questões do esporte e do lazer.

Assim, mais do que resistir à opressão e degradação da vida visível no atual modelo societário (CAMPOS, 2007), as práticas do lazer fora da lógica da indústria cultural e de um esporte mercadoria, aliadas à atuação de um Estado forte poderão plantar um germe da autonomia e emancipação do povo brasileiro.

Foi com essa perspectiva de análise que ocorreu a conferência de abertura proferida pelo professor Dr. Herculano Ricardo de Campos, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, intitulada: “O terceiro setor e as políticas públicas: contextualização na sociedade brasileira”. O professor Herculano Ricardo trouxe para o público participante uma leitura muito clara e aprofundada do atual contexto do capitalismo e sua relação com as políticas públicas e a sociedade civil. A palestra desmistificou o discurso neoliberal de ataque ao Estado, e a sua defesa de um Estado mínimo, em que as ações no campo social são delegadas para as Organizações Não-Governamentais.

No segundo dia de evento aconteceu a mesa redonda: “Políticas Públicas de Esporte e Lazer: o papel do poder público e do terceiro setor”. Composto a mesa estavam os professores doutores Nelson Carvalho Marcellino e Marcelo Paula de Melo. Marcellino chamou a atenção para que a discussão sobre o papel da Administração Pública, com relação às políticas de lazer, leve em consideração um entendimento amplo de lazer e esteja atenta aos limites da Administração Pública Governamental e à necessidade de fixação de prioridades, a partir da análise de cada situação específica, considerando relevante a intersetorialidade, a reorganização do tempo e do espaço urbano na construção de uma efetiva política pública de esporte e lazer. Marcelo Paula fez uma análise dos papéis do Estado e do terceiro setor, buscando a relação com a política

---

---

neoliberal e as implicações para o esporte e a educação física. O palestrante denunciou que a exacerbação de campanhas de voluntariado e as supostas parcerias entre organismos da sociedade civil no campo do trabalho e os organismos do capital favorecem o abandono da noção de direito social.

Ibraim Soares, Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Nova Iguaçu/RJ e Andrea Nascimento Ewerton, Diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte, participaram na mesa redonda denominada “Relato de experiência de programas de políticas públicas no âmbito do esporte e lazer”. O Secretário articulou sua participação descrevendo a exitosa experiência do Programa Bairro Escola, desenvolvido no município em parceria com diversas Secretarias e o Governo Federal. Apontando que esse programa, além de está otimizando o contra turno escolar dos estudantes, vem ressignificando os espaços públicos até então ociosos nas comunidades. Andrea Nascimento Ewerton relatou sua experiência como gestora pública de um programa social no campo de esporte e lazer de âmbito federal, denominado Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) que apresentam diretrizes e princípios que consideram a auto-organização comunitária, o trabalho coletivo, a intergeracionalidade e a autonomia comunitária como mola propulsora de uma nova maneira de intervir nas políticas públicas desse setor. Ultrapassando a lógica até então predominante de políticas públicas de esporte e lazer com cunho meramente assistencialista e eleitoreiro. Os relatos apontam para programas de esporte e lazer, concebido a partir da lógica de governos do campo democrático e popular, resultado de uma construção histórica feita a partir do acúmulo de experiências realizadas na última década.

“Corpo, cidade e lazer: contribuições para as políticas públicas” foi o tema da mesa composta pelas professoras doutoras Terezinha Petrócia da Nóbrega e Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima, que teceram reflexões em torno das relações entre corpo, cidade e lazer, buscando contribuições para as políticas públicas. Terezinha Petrócia apresentou idéias e reflexões sobre a gestão do corpo e da alma na cidade, com ênfase nos interesses e motivações dos sujeitos que participam de práticas corporais na cidade de Natal. No decorrer de suas análises, a professora demonstrou que o corpo, além de ser objeto de vigilância e controle, também é capaz de criar espaços de

---

---

resistência, e ressaltou que, para se configurar políticas públicas no campo do lazer, é preciso pensar sobre as condições sociais objetivas e subjetivas do lazer por meio da invenção de novas formas de estar junto, tendo a cidade como espaço de convivência.

A professora Dália Cavalcanti discutiu os espaços públicos de lazer urbano relacionando-os com as questões referentes às desigualdades sociais. A professora destacou a importância do espaço público de lazer urbano como possibilidade material para a democratização das oportunidades de lazer nas cidades atuais e ressaltou, ainda, o papel do Estado para o planejamento do espaço urbano numa perspectiva de resistência à reprodução social, que seja capaz de se contrapor à lógica mercantilista.

As professoras Cláudia Regina Bonalume, representante do Ministério do Esporte, e Mônica MacDowell, presidente da ONG Natal Voluntários, participaram da mesa redonda “Poder Público, terceiro setor e controle social: construindo diretrizes para as políticas públicas”. Cláudia Bonalume focalizou sua fala na importância do controle social das políticas de esporte e lazer. Para a professora, a participação popular nesse processo requer oportunidades igualitárias de acesso à informação e de capacitação, para que as discussões sejam feitas entre pessoas com entendimento claro das questões para a construção de alternativas e decisões que contribuam para o avanço coletivo. Numa perspectiva que ultrapassa a tradição autoritária, Bonalume defendeu uma concepção democrática, capaz de favorecer a valorização da participação ativa, no sentido de contribuir com os governos na consideração dos interesses dos setores populares socialmente construídos.

“O Poder Legislativo e os Contornos Políticos da Atuação do Terceiro Setor nas Políticas Públicas de Esporte Lazer” foi tema da mesa em que estiveram como palestrantes, o professor doutor Prof. William Serrano Smethurst da Universidade Estadual de Pernambuco, abordando principalmente as questões relacionadas aos aspectos da legislação vigente e a importância do lazer e da atividade física para a terceira idade, apontando que esse segmento vem recebendo pouca atenção das políticas públicas de esporte e lazer e considera urgente a necessidade de se ter um outro olhar para essa população, evitando a infantilização das atividades propostas para esse público, principalmente em algumas programas e projetos de políticas públicas que percebe o idoso como um retorno a fase de

criança. O professor Esp. Fernando Mineiro, Deputado Estadual do Rio Grande do Norte, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Relatou as suas lutas políticas, e de outros pares, dentro do parlamento, com as forças conservadoras, na perspectiva de construir políticas públicas de esporte e lazer que atendam verdadeiramente os anseios da sociedade. Destacou a participação popular nesse processo, à medida em que fortalecem as suas atuações e proporcionam uma melhor sintonia com os anseios e demandas das classes populares quando da formulação de leis e programas sociais. Lembrando que os governos, principalmente a nível municipal e estadual, na maioria das cidades e estados brasileiro ainda carecem de uma efetiva política pública de esporte e lazer. Considera uma temática relevante, e descreve que até mesmo nos governos de alinhamento mais progressista as políticas públicas de esporte e lazer ainda encontra “certos” preconceitos.

A Conferência de Encerramento, “O Controle Social, Políticas Públicas e o Terceiro Setor: uma questão pertinente”, foi proferida pelo Professor Dr. José Eduardo Sabo Paes, da Universidade Católica de Brasília e representante do Ministério Público Federal. Reportou a importância de a sociedade civil fiscalizar a própria sociedade civil, representadas pelas Organizações Não governamentais (ONG’s), as Fundações, as associações e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIP’s), demonstrando na sua explanação que existem vários instrumentos legais para que essa relação entre Estado e terceiro setor seja efetivamente monitorado e controlado. Durante sua explanação ficou claro que o terceiro setor não é um espaço sem controle da legislação brasileira, pelo contrario, existe todo um arcabouço jurídico de significativa abrangência que possibilita um efetivo processo de controle social

A programação do evento contou, ainda, com oficinas sobre os programas sociais desenvolvidos pelo Governo Federal e outras instituições, como o Banco do Nordeste e a Petrobras. Essas oficinas tiveram a finalidade de apresentar e incentivar os gestores públicos a participarem dos editais públicos com intuito de implementar os programas de Esporte e Lazer nos seus municípios. Assim, cada oficina versava sobre um programa específico, abordando a filosofia, princípios, objetivos, metodologia e aspectos técnicos referentes à construção de projetos para concorrerem aos editais. Foram essas as oficinas ministradas:

- 
- 
1. Oficina 01: Esporte e Lazer da cidade (Ministério do Esporte) - Ministrante: Andrea Nascimento Ewerton.
  2. Oficina 02: Escola Aberta (MEC) - Ministrante: Luiz Otávio Neves Mattos.
  3. Oficina 03: As políticas públicas intersetoriais nas regiões metropolitanas (Escola de Governo da UFRN) - Ministrante: Maria Dulce Bentes e Maria do Livramento.
  4. Oficina 04: Segundo Tempo (Ministério do Esporte) - Ministrante: Geanne Lepre.
  5. Oficina 05: Elaboração de projetos (Petrobras Cultural) - Ministrante: Evanya Maria Maciel Correa.
  6. Oficina 06: Projeto Vida Saudável (Ministério do Esporte) - Ministrante: Andrea Nascimento Ewerton.
  7. Oficina 07: Monitoramento e avaliação de projetos de esporte e lazer - Ministrante: Raphael José D'Castro.
  8. Oficina 08: Elaboração de projetos (BNB Cultural) - Ministrantes: Luana Batista da Silva e Deyse Lene Santos de Moura.

A realização do VII Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer veio coroar o esforço despendido por um coletivo de pessoas, comprometidas com os avanços do esporte e do lazer no Estado do Rio do Grande do Norte. São elas: Lerson Fernando dos Santos Maia, Marcus Vinicius de Faria Oliveira e Maria Isabel Brandão de Souza Mendes, que fizeram parte da Coordenação Geral do evento; Lauro Pires Xavier Neto, Lerson Fernando dos Santos Maia, Marcus Vinicius de Faria Oliveira, Maria Isabel Brandão de Souza Mendes, Nelson Carvalho Marcellino e Sandoval Villaverde, que compuseram a Comissão Científica; Kátia Simone Santiago Teixeira, Lucyana Kelly Silva da Costa Medeiros, Paula Nadyne Silva de Oliveira, Nayara Gomes de Olveira e Isabela da Silva Pereira, responsáveis pela Secretaria; Ana Cláudia Mafra da Fonseca e Zelma Wanderley de Farias, da Comissão Cultural; Gizelda Lúcia dos Santos Maia, José Arnóbio de Araújo Filho, Fábio Romano Freire e Andréa Carla Ferreira de Oliveira, membros da Comissão de Infra-Estrutura e Transporte; Everaldo Robson de Andrade, Gustavo André Pereira de Brito, João Carlos Neves de Souza e Nunes Dias e Sônia Cristina Ferreira Maia, que formaram a Comissão de Avaliação.

Os mais de 50 trabalhos apresentados em comunicação oral e os pôsteres foram publicados em anais com registro na Biblioteca

Nacional. As palestras e trabalhos mais relevantes foram publicados em um livro intitulado “PODER PÚBLICO, TERCEIRO SETOR E CONTROLE SOCIAL: interfaces na construção de políticas de esporte e lazer”.

Portanto, os avanços no campo das ações e intervenções em esporte e lazer que resultaram das discussões e trocas de experiências oportunizadas pela realização do VII Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, foram vários para o Estado do Rio Grande do Norte. Destacam-se a participação ativa de gestores públicos do Estado, que possibilitou a troca de experiências e de novos contatos com gestores de outros Estados da Federação; a apropriação de experiências inovadoras no campo do esporte e lazer por parte de gestores públicos do Estado; o fomento a estudos na área de políticas públicas; a capacitação dos gestores, professores, estudantes e agentes sociais de esporte e lazer; maior visibilidade dos programas sociais direcionados ao esporte e ao lazer; e, por fim, a abertura para formulações de políticas públicas de esporte e lazer mais democráticas, participativas e sintonizadas com os reais interesses da população.

### **Referências:**

CAMPOS, Caroline Cristina Arruda. Organização não governamentais: perspectivas de atuação no campo do lazer. Natal. In: MAIA, Lerson Fernando dos Santos; OLIVEIRA, Marcus Vinícius de Faria; LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti de. **Políticas de lazer e sua múltiplas interfaces no cotidiano urbano**. Natal : CEFET-RN : 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão de intervenção social**. 3. ed. São Paulo : Cortez, 2005.

MENDES, Maria Isabel Brandão de Souza; MAIA, Lerson Fernando dos Santos; OLIVEIRA, Marcus Vinícius de Faria. **Poder público, terceiro setor e controle social: interfaces na construção de políticas de esporte e lazer** Natal : CEFETR-RN, 2007.

# **VIII Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer: ESPORTE E LAZER - Sustentabilidade Ecológica**

Artemis Soares  
Almir Liberato

## **1 - Do Evento**

Ao apresentar A FEF/UFAM para concorrer como responsável pela realização do VIII Seminário na cidade de Manaus-AM, decisão de grupo da FEF, tínhamos a segurança de que concorríamos com grande chance de sairmos vencedores. E foi exatamente o que aconteceu naquele final da manhã em Montes Claros-MG.

A Amazônia é uma região com indiscutível potencial turístico e Manaus, cidade sorriso para muitos e cidade do mormaço para outros, é inegavelmente conhecida pelo seu Teatro, pelo encontro das águas, pela festa do boi, pela sua culinária regional e sobretudo pela hospitalidade do seu povo. Por isso a nossa certeza.

Com um pequeno material de mídia, mas de grande poder de convencimento, fizemos a nossa apresentação aos participantes do VI Seminário. E não precisamos de muito tempo. Ao final, a FEF foi aclamada vencedora.

Evidentemente ficamos felizes com essa decisão, afinal foi para isso que até lá nos deslocamos. Mas retornamos a Manaus com o peso da responsabilidade que um grande evento impõe.

Na FEF sentíamos a necessidade de trazer para dentro da Universidade um evento desse porte que discutisse as Políticas Públicas em Esporte e Lazer, tema do maior interesse na formação dos nossos profissionais e que ainda não havia sido debatido em grandes proporções. O Seminário de Políticas, como continua sendo chamado, seria o evento ideal. Representava a oportunidade de trazer a público algumas experiências inovadoras na gestão do esporte e lazer por esse Brasil a fora.

Uma vez decidido ser Manaus a sede, inicia-se então um processo de negociação na busca dos parceiros para assegurar a realização plena do evento.

O caminho não é nada fácil, embora enriquecedor, como bem sabe quem costuma realizar eventos. Mas a FEF/UFAM tem suficiente credibilidade para garantir parceiros.

---

---

## 2 - Dos Parceiros

De início, o apoio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte foi a mola propulsora. A seguir tivemos a aderência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, da Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões – UNISOL, da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas - SEDUC, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, e da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer do Estado do Amazonas - SEJEL. Nossa credibilidade atravessa o oceano e vai buscar o apoio da Faculdade de Desportos da Universidade do Porto, Portugal, nossa parceira em grandes eventos internacionais.

## 3 - Da Realização:

E assim, a Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Amazonas – FEF/UFAM, realizou no período de 15 a 18 de abril de 2008 o **VIII Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer** reunindo gestores, generalistas na área de ecologia e pesquisadores da atividade física relacionada com o meio ambiente, visando a discussão das perspectivas ecológicas do Esporte, do Lazer e da Qualidade de Vida.

O evento contou com participantes de vários Estados brasileiros e a presença de gestores públicos destacando-se os presidentes de ligas esportivas da cidade e do interior.

O seminário teve como tema: **ESPORTE E LAZER NA PERSPECTIVA ECOLÓGICA- relação do ambiente com o esporte, o lazer e a qualidade de vida**. A programação foi variada, com conferências e palestras, mesas redondas, oficinas, mesas temáticas de comunicação oral e pôster

No âmbito do VII Seminário realizou-se com grande sucesso o **Workshop: Olimpismo Brasil - Portugal**, evento que superou as expectativas para onde ocorreu grande numero de gestores públicos de ligas e associações de bairros. Este encontro foi enriquecido com as presenças do dr. *José Vicente Moura* Presidente do Comitê Olímpico de Portugal, do jornalista *Vítor Serpa*, Editor Jornal A BOLA, de Lisboa, Portugal, do Bel. Roberto Gesta de Melo, Presidente da Confederação Brasileira de Atletismo e da Confederação Sulamericana de Atletismo, do jornalista Eduardo Monteiro de Paula,

Presidente da ACLEA - Associação dos Cronistas e Locutores Esportivos do Estado do Amazonas e do Prof. Alberto dos Santos Puga Barbosa, docente da FEF – Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Amazonas.

Além das questões relativas ao *olimpismo*, aprofundo-se as discussões em torno das políticas de esporte e lazer nas diversas esferas da sociedade, e também debater o papel do poder público diante das questões do lazer e da ecologia, os quais estão no entorno da qualidade de vida pós-moderna.

**O Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer** teve sua primeira edição em 2001, e vem sendo realizado anualmente, colocando em discussão questões relacionadas ao esporte e ao lazer, com relevância na produção do conhecimento.

Aberto à participação dos mais diversos segmentos da sociedade, procurou-se criar um *locus* de pluralidade política e acadêmica buscando beneficiar a população com a socialização do conhecimento resultante.

Pela importância do Seminário, a FEF juntamente com seus parceiros locais, nacionais e internacionais promove a edição deste livro trazendo a público as contribuições produzidas pelos pesquisadores convidados, das diversas edições.

## **4 - Dos Objetivos**

Aprofundar o debate com gestores, pesquisadores das relações da atividade física com o meio ambiente e generalistas da área de ecologia, visando subsidiar novas propostas relacionadas ao Esporte, ao Lazer e à Qualidade de Vida na perspectiva ecológica.

## **5 - Dos Temas Abordados**

Os temas foram abordados dentro da perspectiva do meio ambiente e da qualidade de vida, onde destacamos:

### **5.1 - Conferências:**

#### **5.1.1. Perspectiva de Uma Epistemologia Renovada Para o Meio Ambiente e Sua Relação Com o Esporte e Lazer**

Tema da conferência de abertura proferida pelo Prof. Dr.

Lamartine Pereira da Costa, Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação Física da Universidade Gama Filho –RJ, pensador, escritor e pesquisador conhecido e respeitado tanto dentro como fora do país.

Em sua fala abordou inicialmente as questões ecológicas tendo como referência a realização da Copa do Mundo de Futebol a ser realizada no Brasil, em 2014.

Em seguida discorreu sobre o conhecimento no que diz respeito a *construções exploratória do conhecimento*, onde observa que no Brasil, o tema do esporte e lazer na perspectiva ecológica foi resumido em seus fundamentos históricos e características de construção por Almeida & DaCosta (2007, pp. 13 - 27) na obra em três volumes “Meio Ambiente, Esporte, Lazer e Turismo - Estudos e Pesquisas no Brasil, 1967-2007“, que reuniu 86 autores nacionais e 103 estudos e pesquisas.

Na sequência o nobre conferencista trata sobre as *construções pioneiras do conhecimento e diz que a primeira síntese científica nacional identificada na revisão de Almeida & DaCosta (Ibidem, p. 17) que redundou numa recriação do conhecimento tradicional surgiu na década de 1960 ao ser publicado no Rio de Janeiro o livro “A Atividade Desportiva nos Climas Tropicais e uma Solução Experimental: o Altitude Training” (Imprensa do Exército, 1967) por Lamartine DaCosta, contendo relatórios de pesquisas de campo produzidas por este autor nas áreas naturais do Rio de Janeiro entre 1964 e 1966. Estas investigações tiveram o objetivo declarado de medir o gradiente redutor da performance física de longa duração sob impacto direto dos raios solares, como também os efeitos do mesmo esforço ao se realizar à sombra, em meio ao ambiente florestal.*

Como terceiro ponto de sua exposição o conferencista destaca sobre as ciências sociais e ambientalismo esportivo e trata o assunto da seguinte forma: a observação à posteriori dos acontecimentos do início e de meados da década de 1990, sugerem de fato a existência de uma fase profícua de produção científica ambientalista-esportiva tanto no Brasil como no exterior. Neste mesmo período, em 1993, a área de turismo exibiu reações similares: Rita Mendonça, especialista brasileira em Planejamento Ambiental da UNESCO e mestre em Sociologia do Desenvolvimento pela École des Hautes em Sciences Sociales, da França, publica o artigo “Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição” (in Almeida & DaCosta, Op. Cit., pp. 147 - 156)

denunciando que no Brasil “o turismo, tal como vem sendo implantado, não apresenta característica de sustentabilidade a médio e longo prazos”.

Relativamente à maturidade do conhecimento ambientalista-esportivo o expositor enfatiza que a observação à posteriori dos acontecimentos do início e de meados da década de 1990, sugerem de fato a existência de uma fase profícua de produção científica ambientalista-esportiva tanto no Brasil como no exterior. Neste mesmo período, em 1993, a área de turismo exibiu reações similares: Rita Mendonça, especialista brasileira em Planejamento Ambiental da UNESCO e mestre em Sociologia do Desenvolvimento pela École des Hautes em Sciences Sociales, da França, publica o artigo “Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição” (in Almeida & DaCosta, Op. Cit., pp. 147 - 156) denunciando que no Brasil “o turismo, tal como vem sendo implantado, não apresenta característica de sustentabilidade a médio e longo prazos”.

No que diz respeito *as tendências centrais do conhecimento construído* o conferencista diz que: em 1999 teve lugar no Rio de Janeiro-RJ a Terceira Conferência Mundial sobre Esporte e Meio Ambiente, promovida pelo COI e organizada pelo Comitê Olímpico Brasileiro-COB. Este evento foi o maior até então ocorrido no seu tema, com a presença de 93 representantes de Comitês Olímpicos Nacionais e de 19 Federações Internacionais de esportes. O significado desta participação inédita prendeu-se ao crescente envolvimento das modalidades esportivas per se nas questões ambientais, em complementação aos interesses voltados para os Jogos Olímpicos e megaeventos esportivos em geral. Segundo avaliação de DaCosta produzida em 2001 por solicitação da Universidade de Colônia, Alemanha, em 29,7% das contribuições e discussões da Conferência de 1999, o foco se pôs na ética, sobretudo em termos de comportamento pessoal e de intervenções de governo. Já 27,0% dos trabalhos voltou-se para perspectivas e projeções futuras do tema de proteção ambiental, enquanto 24,3% abordou técnicas e instrumentos de manejo ecológico. Os assuntos de promoção de eventos e os relacionados com a educação e cultura foram residuais com 18,9%.

Na sequência de sua exposição o conferencista trata de *conhecimentos renovados por megaeventos esportivos* e diz que em geral, os textos inventariados do conjunto maior referido à produção 2003 – 2007 convergem para pontos comuns de análise sobretudo

quando abordam a temática do eco-turismo e a dos problemas de impactos ambientais. A interpretação deste fato estaria ligada ao sentido sinérgico com variadas especializações multidisciplinares assumido progressivamente pelo conceito de sustentabilidade. Em outras palavras, a coerência interna de estudos e pesquisas de cunho ambiental estaria se situando tanto nos temas quanto na diretriz da sustentabilidade imaginada originalmente como fundamental.

Finalmente discorre sobre o *conhecimentos re-criados por legados dos megaeventos* e resume da seguinte maneira: havendo conceitos ambientalmente apropriados, capacidade de identificação e mensuração de impactos e gestão adequada para o uso de boas práticas, há um mínimo de condições de se obter sustentabilidade num determinado megaevento esportivo. Este nexos se apoia tanto nas experiências brasileiras de manejo ambientalista de esporte, lazer e turismo como no exemplo destacado do Green Gol da Copa do Mundo de Futebol de 2006.

Em conclusão o conferenciata faz a seguinte observação: o confronto entre conhecimentos subjetivos e objetivos para uma pretensa ecologia esportiva conforme elaboração da seção anterior, aparentemente delineará os desafios técnico-científicos e conceituais dos próximos anos tanto no exterior como no Brasil. Contudo, a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 em vários Estados brasileiros e a já anunciada candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, criam um sentido de urgência para a busca de soluções práticas e antecedentes aos desenvolvimentos teóricos almejados.

### **5.1.2. Do Homo Sportivus: Acerca Das Relações Entre Desporto, Cultura e Natureza**

Conferência proferida pelo ilustre Prof. Dr. Jorge Olímpio Bento, Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Desporto/UP, grande orador e escritor, cuja admiração e respeito pelas coisas e causas brasileiras são por demais conhecidos.

Com muita propriedade o Prof. Bento inicia a abordagem do tema com base nos estudos dos filósofos gregos que chegam a divinizar o homem para em seguida falar do Homem dos jogos e o do desporto, o herói do Estádio, o Homem afirmado e celebrado pelas proezas e excessos do seu corpo, quer o dos atletas da idade média premiados como santos graças à ascese e mortificação, quer o dos santos dos

novos tempos glorificados como atletas devido à *superação e exaltação*. *O Homem que procura a coroa de louros, a admiração, o apreço e o reconhecimento nos mais distintos pódios olímpicos*. Afirmo o professor que o Homem - o seu entendimento e conceito, o seu ser, a sua essência e aquilo que ele deve ser – constitui, pois, o genuíno e mais interessante objecto de estudo e labor da humanidade, desde sempre, no passado, no presente e no futuro.

Ao tratar do *Homo Sportivus* o Prof. Bento nos diz ser uma das expressões resultantes da linha de conceitualização evolucionária que estabeleceu o problema da relação de *cultura e natura* na configuração do homem, nomeadamente na do seu corpo, fundamentado nas ideias de clássicos do século dezoito como Rousseau (1712-1778), Kant (1724-1804), Pestalozzi (1746-1827) e Humboldt (1767-1835) e sobre o impulso e esclarecimento que eles projectaram para os seus continuadores, para percebermos que o *Homo Sportivus* tem aí as suas raízes.

Ja o *Homo Olympicus*, trazido ao mundo pela mão do pedagogo Pierre de Coubertin (1863-1937), tem um modelo traduzido no axioma *Citius, Altius, Fortius* e um ideal que não se confina a um domínio particular da praxis humana, como é o caso do desporto; não, ele pretende ser um modelo de inspiração para uma vida exemplar em toda a sua abrangência.

Considera o conferencista que o *Homo Sportivus* apresenta-se como um *ideal de síntese* que concebe e anuncia um homem não apenas novo, mas sobretudo superior, reunindo em si corpo e alma, espírito e natureza, bondade e força; e correspondendo a uma criação e conjugação maravilhosas de elementos heróicos e divinos com apreciado estatuto de sublimação, entronização e eternidade. Deste modo, através de uma vivência correcta do desporto, o homem transcende o *Homo Mundanus*, torna-se *Homo Heroicus* e ascende a *Homo quasi Divinus*.

Ao concluir, o ilustre conferencista considera que os esforços investidos na transformação, conservação e melhoria da fiabilidade do corpo inserem-se, na linha de procura do *homem novo*. São a face visível do desejo e da possibilidade de nos tornarmos outra pessoa, são parte do sonho e da esperança de uma vida melhor. A nova e paradoxal 'utopia' convida-nos a inventar constantemente a vida e administrá-la a nosso bel-prazer, a deixar de lado as promessas longínquas e a procurar aqui e agora as curas e soluções.

Mostra-nos que é neste ponto que o *dilema* e a *contradição* se introduzem: em vez de censurar, devemos incentivar a continuidade da procura da nossa verdadeira identidade, no pressuposto de que ela nunca seja encontrada. Sob pena de a graça e o encanto acabarem e o mistério e a felicidade se perderem para sempre. Conclui ele:

“Não temos feito grande coisa, mas podemos tentar mudar o que somos. Podemos fazer, parecer e ser melhores. Mesmo que ao nosso conceito de humanidade continuem a colocar-se dúvidas e desafios difíceis de responder, fluidez e fragilidade nada fáceis de iludir, há características iniludíveis que a inspiram e movem, das quais não devemos desdenhar, nomeadamente as seguintes: uma “herança biológica” de instintos e reflexos mal desenvolvidos que deixa os humanos abertos à mudança; o legado de transformação “de um ser biologicamente determinado a um ser socioculturalmente determinado”; e, acima de tudo, o inesgotável “potencial utópico”, a vocação para transcendermos fracassos e defeitos, “os nossos esforços para atingir metas sobre-humanas e evitar o inumano”.

É isto que perfaz a essencialidade e substância do desporto e nos intima a seguir em frente na senda da *areté* grega, da ética e da estética, da virtude e da excelência, procurando diluir o negrume trágico da noite com o canto efusivo do optimismo em cada dia. Ademais a utopia tem uma paciência sem limites. Por isso ela é a prótese de que mais carecemos nesta hora. Precisamos – e muito! - de ser utópicos, mas não desesperados, nem sequer derrotados.

Apertado e esmagado entre dois nadas, o homem torna-se, no dizer de Nietzsche, “ponto de interrogação, enigma fatigado”. E ao entregar-se às novas, poderosas e promissoras tecnologias, confiando nelas para obter todas as respostas, é mais *homo demens* do que *homo sapiens*; por fugir às interrogações fundamentais, ele foge e desvia-se verdadeiramente de si mesmo.

Creio que é na manutenção do mistério e na procura da distante e aliciante felicidade que o Homem se reencontra e é nisso que residem a causa e razão do nosso labor; é para esse fim que se devem orientar as nossas reflexões e discussões, os nossos discursos e escritos, os nossos simpósios e conferências”.

## **5.2 - Mesas Redondas**

### **5.2.1. A Pesquisa em Esporte e Lazer e Fontes de Financiamento**

Tema de interesse geral e em particular dos professores-pesquisadores da área, brilhantemente abordado por duas experts que facilmente conseguiram deixar os participantes com informações preciosas sobre o financiamento das atividades de pesquisa.

A Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto, Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério do Esporte, pronuncia-se a partir do reconhecimento da pesquisa como aliada indispensável a uma política social de qualidade pela SNDEL-Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, consolidando seu compromisso como financiadora de pesquisas que estarão presentes em nossa realidade para além das prateleiras das bibliotecas, inserindo-se nos territórios vivos das nossas ações de esporte e lazer e suas histórias. A SNDEL fomenta a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos atenta às demandas do atual cenário das políticas públicas brasileiras de esporte e lazer, que incluem necessidades específicas das regiões, estados e municípios. A Profa. Leila mostra também que, aliada ao fomento a pesquisa é indispensável a gestão dos conhecimentos e informações produzidos de modo a criar caminhos para que os saberes possam ir e vir em experiências locais, incrementando laços de solidariedade e cooperação entre pesquisadores, gestores e público beneficiário; entre a cultura acadêmica e a cultura popular; criando condições para que sejam gestadas tanto ações sustentáveis com consciência de direitos e de responsabilidades, assim como novos questionamentos e estudos. A partir desta perspectiva a SNDEL está investindo em pesquisas que possam contribuir com a formação humana pela competência do conhecimento. Pesquisas tratadas como ação educativa cotidiana, que capacita os cidadãos a agir com autonomia; que oriente gestores e agentes na construção e reconstrução de seus fazeres; que fomenta ações teórico-práticas críticas, criativas e éticas (FREIRE, Paulo, 1998). Em síntese, disse disse ela, “reconhecemos que a pesquisa em políticas públicas desempenha, especialmente, três papéis principais, ou seja, de avaliação, de educação e de comunicação”.

A Profa. Dra. Elizabeth Brocki, Dretora Técnico-Científica da FAPEAM fez uma abordagem sobre a importância da pesquisa para o crescimento humano e destacou o crescimento da participação da

FAPEAM no financiamento de pesquisas no Amazonas.

### **5.2.2. A Cidade, o Esporte e o Lazer**

Tema dos mais instigantes, teve a participação de pesquisadores e historiadores ilustres. O Prof. Dr. José Ademir de Oliveira, Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia vez sua abordagem a partir da *Cidade e a produção dos espaços públicos de lazer*.

O Prof. José Manuel Constantino, Presidente da OEIRASVIVA – Oeiras/Portugal, trouxe para os participantes a sua enorme e brilhante experiência num projeto relativo ao *Desporto, a cidade e o lazer*.

Dr. Robério dos Santos Pereira Braga, historiador e escritor brilhante, Secretário de Estado da Cultura que vem revolucionando na forma de fomentar e valorizar a cultura local, abordou sobre a *Função social das cidades*.

### **5.2.3. Lazer e Patrimônio Ambiental Urbano**

Para este tema foram convidados a Prof<sup>ta</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marutschka Martini Moesch, Docente da Pontifícia Universidade Católica / PUC, e ex-secretária de Turismo de Porto Alegre, onde teve uma atuação das mais produtivas, e o criador do Seminário, primeiro nome na questão do Lazer no Brasil, Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcelino, Docente da UNIMEP/SP- CNPq- Rede CEDES.

A Profa. Marutschka Iniciou abordando a questão da cidadania, mostrando que esta tem a capacidade de trazer para fora a subjetividade, no sentido de expressá-la no mundo. A busca de formas possíveis de justiça e igualdade, liberdade e, ao mesmo tempo de individualidade, embora impliquem uma relação complexa, difícil de resolver. Como exercitar esta nova cidadania – a cidadania globalizada ? Ela nos diz que primeiro é preciso retomar o histórico da construção da idéias de cidadania, olhando a cidade não como um espaço físico, mas como um espaço onde circulam pessoas, idéias e saberes, e onde as culturas, o imaginário urbano e a idéia de cidadania, seriam pactuados. O morador da cidade não pode desconhecer esta contingência, o que o coloca em tensão com os processos de homogeneização incentivados pela globalização das tecnologias e do sistema econômico, em especial, neste caso, nas cidades maiores. Na

questão da cidadania e lazer, ela defende a desaceleração do tempo, não para apenas repor as forças para o tempo do trabalho, mas para animar, vibrar a Anima, a vida, a alma. A cidadania, se associada ao Lazer, encaminharia outras possibilidades de construção do sujeito histórico, aquele em condições de se expressar e de se apropriar das suas circunstâncias espaciais e temporais, seja como sujeito histórico urbano, seja como sujeito histórico planetário. Para o lazer atuar como mediador de um novo diálogo do indivíduo consigo mesmo, com a sociedade e com a natureza, é preciso criar ambientes de aprendizagem nos quais as atenções estejam voltadas para o resgate do ser humano, para a busca e as descobertas de novas formas de pensar e compreender o mundo, de valorar as questões pedagógicas, de facilitar o resgate do potencial humano. Ao abordar o mercado e o lazer, a Profª. Marutschka mostra que o mercado transforma os espaços urbanos, e hoje até os rurais, em produtos culturais para o consumo durante o tempo de lazer. Este mesmo sistema não resolve os problemas de carência, de recursos individuais, da diversidade de culturais locais. Em referência à consolidação perante o público, ela nos diz é preciso: democratizar o acesso ao potencial histórico-cultural, possibilitar um maior aprendizado sobre história da cidade, fazendo com que o cidadão proteja o seu patrimônio e queira compartilhar com os visitantes esta áurea, este olhar não rotineiro. Na questão do compromisso lazer turismo a professora defende que: organizar, divulgar, permitir o acesso, circular e co-patrocinar a animação sócio-cultural dos espaços de lazer deverá ser a agenda dos grupos de trabalho dos planos diretores das localidades.

O Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcelino iniciou sua fala localizando historicamente o Seminário de Políticas, para em seguida adentrar nos conceitos de lazer, cultura e cidade. Caracterizou o lazer como a cultura vivenciada no “tempo disponível”, salientando ser fundamental como traço definidor, o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (MARCELLINO, 2005, p.28). A noção de cultura deve ser entendida em sentido amplo, consistindo “[...] num conjunto de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve” (MACEDO, 1982, p.35).

Implica, assim, no reconhecimento de que a atividade humana está vinculada à construção de significados que dão sentido à existência. A análise da cultura, pois, não pode ficar restrita ao “produto” da atividade humana, mas tem que considerar também o “processo dessa produção”- “o modo como esse produto é socialmente elaborado” (MACEDO, 1982). Ao analisar a cidade como patrimônio coletivo – o patrimônio ambiental urbano, ele nos diz que a cidade é um lugar onde se expressam as nossas contradições sociais. De acordo com Santos (1982, p.22) “[...] os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros [...]”, gerando com isso certa passividade em relação às decisões que atingem diretamente nossas vidas. Nas grandes cidades isso vem ocorrendo com maior ênfase, dando lugar a uma substituição cada vez maior do cidadão pelo consumidor. No cotidiano da vida diária, para a maioria da população, a bela cidade constitui o equipamento mais apropriado para que o lazer possa se desenvolver. É aí, onde se localizam os grandes contingentes da população, que a produção cultural pode ser devidamente estimulada e veiculada, atingindo um público significativo. O crescimento desordenado, a especulação imobiliária, enfim, uma série de fatores vem contribuindo para que o quadro das nossas cidades não seja dos mais promissores, quer na defesa de espaços, quer em termos da paisagem urbana, quando se fala da contemplação estética. Em nome da economia e da funcionalidade, muito se tem feito “enfeitando” a paisagem urbana. Historicamente, entre estudiosos e instituições voltadas para a preservação, nota-se uma ampliação gradativa da abrangência do conceito, com a idéia de excepcionalidade dando lugar a noção de representatividade dos elementos a serem preservados. Dessa forma, evoluiu-se para o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano, constituído por espaços, que inclusive transcendem a obra isolada e que caracterizam as cidades, pelo seu valor histórico, social, cultural, formal, técnico ou afetivo. Com o crescimento urbano, somado às desigualdades sociais, perderam-se espaços públicos para a realização de jogos e brincadeiras e atividades de lazer, que foram transferidos a espaços domésticos ou privados, limitando as opções dos variados conteúdos culturais do lazer. Sendo assim, o lazer mercadoria reduz a imagem da cidade ao jogo de pura imagem. E o olhar do consumo é a fonte matricial do olhar paisagístico atual. Dessa forma, para a requalificação do espaço urbano, as políticas públicas têm importante

papel. E visto com suas características de animação sociocultural o lazer pode contribuir de modo eficaz, porque prazeroso, na busca das denúncias do patrimônio ambiental urbano, considerado como imagem e como imaginário. Sendo assim, na consideração do Patrimônio Cultural Imaterial, a par dos diagnósticos legais, a ação do Poder público deve se fazer sentir através da formulação e desenvolvimento de políticas públicas que objetivem a valorização da cultura nacional, que busquem despertar no cidadão o sentimento de pertencimento a um lugar, a uma comunidade, de fazer parte de uma história, de um país rico em diversidade cultural. Isso não exige a sociedade civil organizada de pressionar o Poder público e tomar iniciativas nesse sentido (AGUINAGA, 2007). Portanto, há muito a ser feito na área, para que a situação seja alterada, e ela é um dos principais elementos de uma Política de Lazer, que se pretenda democrática e transformadora, preservando espaços e equipamentos, valorizando a paisagem, o meio ambiente e as nossas cidades, incrementando o lazer e o turismo, revitalizando espaços e equipamentos e contribuindo para uma vivência mais humana.

#### **5.2.4. As Políticas Públicas de Esporte e Lazer Na Perspectiva Municipal, Estadual e Federal**

Este tema foi brilhantemente debatido pela representação dos 3 poderes: Dr. Evilásio Pereira Nascimento, Secretário Municipal de Esporte do Município de Manaus, Dr. Lupércio Ramos, Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer/AM e pela Profa. Rejane Penna Rodrigues, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte. O Dr. Evilásio abordou o tema na perspectiva das *Políticas públicas municipal em esporte e lazer*.

No âmbito estadual, o dr. Lupércio Ramos iniciou lembrando que a nossa Constituição assegurou o acesso ao esporte à todo cidadão como direito, estabelecendo-o como dever do Estado a sua oferta. Portanto, define o princípio da inclusão de todos à prática esportiva e do lazer, contribuindo para a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social. Com a criação do Ministério do Esporte em 2003 e de centenas de secretarias e órgãos gestores deste segmento, vieram resultados significativos e fundamentais para o desenvolvimento do desporto nacional. Como exemplo podemos citar a Lei Agnelo-Piva, o Estatuto do Torcedor, a Lei de Incentivo Fiscal do

Esporte, as Conferências Nacionais de Esporte, a realização dos Jogos Panamericanos no Rio de Janeiro, a nova loteria Timemania e o anúncio da Copa de 2014, no Brasil. No Amazonas, o Governo do Estado vem ao longo deste período também alcançando expressivos resultados na missão de promover o esporte como um fator de inclusão social e desenvolvimento humano.

A defesa do meio ambiente e a decisão de construir e implantar uma política de desenvolvimento sustentável para o nosso estado, tem sido a marca permanente do Governo do Estado. Nossos rios, igarapés, florestas e os municípios possuem um inestimável patrimônio natural para a implantação de ações na área do esporte, turismo e lazer. A expansão da economia, a geração de emprego e renda, a melhoria da qualidade de vida da população e a promoção da cidadania são resultados concretos destas iniciativas vitoriosas no campo das políticas públicas. A seguir destaca alguns programas da SEJEL como Bom de Bola, Jovem Cidadão, Segundo Tempo, o Projeto Navegar, Galera Nota 10 e as Escolinhas de Iniciação Esportiva da Vila Olímpica, que promovem o esporte como direito, mobilizando milhares de participantes. Destacou que centenas de eventos esportivos são realizados ou apoiados pela Secretaria, onde milhares de pessoas tem participado, a exemplo os Jogos Escolares do Amazonas e os Jogos dos Servidores Públicos, integrando a população e os municípios do nosso Estado. Relatou ainda que os idosos são atendidos através dos Programas Vida Saudável e Vida Ativa e participam das atividades nos núcleos existentes em Manaus e no Interior, tendo o acompanhamento de profissionais das mais diversas áreas, assim como, os portadores de deficiência/necessidades especiais que se integram de maneira importante nas ações desenvolvidas pela SEJEL, recebendo de forma permanente o apoio para a realização de suas atividades.

Em seguida foi a Profa. Rejane Pena Rodrigues a se pronunciar sobre as *Políticas públicas no contexto federal*.

### **5.2.5. Sistema Nacional de Esporte e Lazer**

Tema apresentado pela Profa. Cássia Damiani –Secretária Executiva do Ministério do Esporte, que abordou com propriedade a Política Nacional e Políticas Setoriais do Esporte.

### **5.3 - Da Comunicação Oral:**

A apresentação de Comunicações Oraís foi realizada nas dependências da FEF, onde um número expressivo de trabalhos foram selecionados pela Comissão Científica, estando todos registrados nos anais em forma de CD.

### **5.4 - Da Exploração de Pôsteres:**

Bastante concorrida, a Exposição aconteceu no hall do Auditório Eulálio Chaves, da UFAM, estando seu registro também em CD. Os trabalhos, selecionados de acordo com a pertinência do tema do Seminário, vieram enriquecer o evento.

### **5.5 - Das Oficinas e Relato de Experiência:**

As oficinas foram bastante procuradas e versaram sobre os programas sociais desenvolvidos pela SNDEL do Ministério do Esportes, sendo conduzidos em sua maior parte por técnicos do referido órgão. Eis os temas e os palestrantes:

1. **Política Pública de Esporte e Lazer de Inclusão Social: Programas do Ministério do Esporte** – Palestrante: Andréa Nascimento Ewerton (Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer /Ministério do Esporte).
2. **Lazer e Esporte: Parcerias e Intersetorialidade** - Palestrante: Andréa Nascimento Ewerton (Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer /Ministério do Esporte).
3. **Gestão do Conhecimento e a Qualificação de Políticas de Esporte e Lazer** – Palestrante: Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto (Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer /Ministério do Esporte).
4. **Lei de Incentivo do Esporte** – Alcino Reis Rocha (Secretaria Executiva/Ministério do Esporte).
5. **Diagnóstico do Esporte e do Lazer na Região Norte – Deflagração de Estudo nos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia** (UFAM; UFPA; ULBRA/RO).
6. **Monitoramento e Avaliação de Projetos de Esporte e Lazer** - (Renata Christiane - Prefeitura de Recife/Geraldão).
7. **Corrida de Orientação** – Discussão de experiências- Prof. Kleist Mendonça – UFAM

## **5.6 - Da Conclusão:**

A realização do VIII SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER foi uma iniciativa de um grupo de professores da FEF comprometido com as Políticas Públicas em Esporte e Lazer no Estado do Amazonas e com a ecologia, e que contando com o apoio coletivo dos colegas da nossa faculdade e da UFAM, com muita determinação foi em busca de parceiros para a sua realização.

O sentimento do dever cumprido não nos inebria, visto ser essa ma função cotidiana pois estamos aqui para pensar e agir. E isso foi feito. Vimos nossos esforços serem coroados de êxito, seja pelo alcance do evento, pelo nível das conferencias e debates apresentados, seja pelos desdobramentos que se traduzem pela adesão de novos participantes nos projetos sociais do Ministério do Esporte e o engajamento na produção científica.

A FEF, como entidade produtora de conhecimento e responsável pela formação de profissionais da área, viu-se no cumprimento de mais uma etapa de trabalho que oportunizou aos profissionais do nosso Estado a possibilidade de ampliação do seu universo de conhecimento como também de enriquecimento pelas trocas possíveis, pela apropriação de exemplos inovadores, por novos desafios.

Devemos destacar o apoio da SNDEL, das Secretarias de Educação do Estado e do Município, SEJEL e SEDUC, FAPEAM e UNISOL, parceiros que nos permitiram essa realização.